



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

**IPORÁ –GO
2022**

No incessante renovar-se das normas jurídicas, o direito, que se quer ou que se espera, passa a ganhar terreno sobre o direito que se tem e se ama. Uma atitude inquieta de *jure condendo* prevalece sobre as tranquilas ponderações de *jure condito*, de sorte que a Ciência do Direito toda ela está imersa na problemática do futuro, o que quer dizer do destino humano, em geral, donde a impossibilidade de uma Ciência Jurídica ausente, distante dos conflitos que se operam no mundo dos valores e dos fatos”. **Miguel Reale**

Sumário

PERFIL INSTITUCIONAL.....	7
Identificação da Mantenedora.....	7
Identificação da Mantida.....	7
BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE DE IPORÁ.....	7
MISSÃO.....	9
OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	10
PRINCÍPIOS E VALORES.....	11
A FACULDADE TEM POR PRINCÍPIOS:.....	17
ASPECTOS FILOSÓFICOS.....	18
ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS.....	20
PRINCÍPIOS DIDÁTICOS METODOLÓGICOS.....	21
ACESSIBILIDADE PORTADORES COM DEFICIÊNCIA.....	22
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	23
DESSA FORMA, NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS, A FACULDADE DE IPORÁ VISA:.....	27
1... DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	30
1.1. DADOS GERAIS DO CURSO.....	30
1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	30
1.3. FORMA DE ACESSO AO CURSO.....	34
1.3.1. Contextualização do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá – FAI.....	36
1.4. OBJETIVOS DO CURSO.....	41
1.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	43
1.5.1. Competência e Habilidades do Egresso do Curso.....	43
1.6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	46
1.7. ESTRUTURA CURRICULAR.....	48
1.7.1. Estrutura Curricular: Coerência da Matriz Curricular com as Diretrizes....	49
1.7.2. Estrutura Curricular: Atendimento aos Requisitos Legais do MEC.....	50
1.7.3. Estrutura Curricular: Coerência da Matriz Curricular com o Perfil do Egresso.....	52
1.7.4 Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular.....	53
1.7.5 Estrutura Curricular: Atividades Complementares.....	53
1.7.6 Estrutura Curricular: Atividade Integradora.....	54

1.7.7	Estrutura Curricular: Eletivas.....	56
1.7.8	Estrutura Curricular: Unidades Curriculares Comuns.....	56
1.7.9	Estrutura Curricular: Atividades Práticas Supervisionadas.....	57
1.7.10	Estrutura Curricular: Unidades Curriculares na Modalidade a Distância.....	58
1.7.11	Estrutura Curricular: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	58
1.7.12	Estrutura Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	60
1.8.	MATRIZ CURRICULAR.....	61
1.9.	CONTEÚDOS DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO	65
1.10.	METODOLOGIA.....	150
1.11.	ESTÁGIO CURRÍCULAR SUPERVISIONADO.....	158
1.12.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	160
1.13.	TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	161
1.14.	APOIO AO DISCENTE	162
1.15.	GESTÃO DO CURSO E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	171
1.15.1.	Auto avaliação do Curso de Bacharelado em Direito.....	173
1.16.	ATIVIDADES DE TUTORIA.....	174
1.17.	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessárias as Atividades de Tutoria.....	175
1.17.1	Competências Essenciais Requeridas do Tutor.....	177
1.18.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’S	179
1.19.	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM.....	180
1.20.	MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO.....	182
1.21.	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	184
1.22.	NÚMERO DE VAGAS	187
1.23.	INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE JUSTIÇA	188
2.	DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	189
2.1.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	190
2.2.	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	192
2.3.	ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	195

2.4.	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	198
2.5.	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	201
2.6.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE EXCLUÍDO A EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	202
2.7.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	203
2.8.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	204
2.9.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	205
2.10.	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	206
2.11.	Funcionamento do Colegiado de Curso.....	207
2.12.	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO	208
2.13.	EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	208
2.14.	MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES, COORDENAÇÃO E ACADÊMICOS	209
2.15.	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	210
3.	DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	211
3.1.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	211
3.2.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	211
3.3.	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	212
3.4.	SALAS DE AULA	213
3.5.	ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ..	214
3.6.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	214
3.7.	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	215
3.8.	PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA).....	217
3.9.	BIBLIOTECA.....	220

PERFIL INSTITUCIONAL

Identificação da Mantenedora

Razão Social: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE IPORÁ EIRELI. – EPP

Endereço: Rua Serra Cana Brava, 512, Jd. Novo Horizonte II, Iporá-GO. Telefone:
(64) 3674-5181

CNPJ: 05.137.878/0001-97

Representante Legal: Ma. Orlandina Ferreira Machado

Identificação da Mantida

Nome: FACULDADE DE IPORÁ- FAI

Diretor Geral: Dr. Raimundo Fonseca Pinheiro

Endereço: Rua Serra Cana Brava, 512, Jd. Novo Horizonte II, Iporá-GO. Telefone:
(64) 3674-5181

BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE DE IPORÁ

A implantação da Faculdade de Iporá – FAI na cidade de Iporá, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Iporá LTDA - EPP, no ano de 2005, foi fruto de pesquisas realizadas em 2003 quando se detectou a carência de ampliar a oferta da Educação Superior no município de Iporá, não para atender somente Iporá, mas toda região.

Nessa época, Iporá contava com apenas uma unidade de Ensino Superior que ministrava exclusivamente cursos de Licenciatura. A pesquisa realizada detectou a carência de profissionais qualificados na área da educação e gestão, bem como, o anseio dos pais que se viam obrigados a enviar seus filhos para estudarem nos grandes centros.

Em 2005 a Faculdade de Iporá - FAI iniciou suas atividades acadêmicas na Av. Pio XII nº 23, Centro, Iporá, no prédio do Colégio Exato. Nos turnos matutinos e vespertinos funcionava as aulas do Colégio e no período noturno as aulas da FAI. O primeiro curso implantado foi Administração com 3 (três) habilitações, a saber: Administração de Empresas, Administração em Análise de Sistemas e

Administração em Marketing. Cursos estes os quais foram os mais solicitados nas pesquisas realizadas em anos anteriores.

Assim, a FAI primou em atender à solicitação deste público, que em sua maioria foram os primeiros alunos da FAI e desde então firmou o compromisso de atender aos anseios e necessidades da população Iporanaense e regional e de todo cidadão ou cidadã que veja a FAI como uma instituição de qualidade e queira aqui construir a vida acadêmica.

Em 2007 iniciou-se a construção do prédio próprio da instituição. Neste mesmo ano, especificamente em dezembro de 2007, a instituição reformulou o Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração, passando a ofertá-lo a partir de 2008 sem as habilitações, sob a denominação de "Administração". Também em 2007 a FAI conseguiu a autorização de funcionamento do curso de Ciências Contábeis.

Em 2009 o prédio da FAI foi inaugurado e desde então a instituição funciona em instalações próprias, sediada à Rua Serra Cana Brava Qd. 02 LT 04 nº512, Jardim Novo Horizonte II, em Iporá Goiás. Hoje a FAI conta com seis blocos, 36 salas de aulas, Biblioteca climatizada, totalmente informatizada com um ambiente moderno, adequado para atender os alunos com a qualidade requerida. Conta ainda com um auditório para 800 pessoas e um conjunto de laboratórios modernos para atender aos cursos.

Com apenas dois cursos, Administração e Ciências Contábeis, no período de 2007 a 2010 a FAI foi se estruturando Acadêmica e financeiramente para então iniciar a expansão da oferta de Cursos para atender a demanda de Iporá e região. Tal ampliação teve início em 2011, quando a FAI conquistou a autorização dos cursos de Pedagogia, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar e Tecnologia em Agronegócio pelas suas respectivas portarias.

Desde então, ano após ano a FAI tem alcançado seu objetivo de expansão. Em dezembro de 2013 o Curso de Engenharia Civil foi autorizado pela Portaria nº 732, de 23 de dezembro. Em junho de 2014 o curso de Engenharia da Produção foi autorizado com conceito 4 (quatro). Em 2015 novas vitórias foram alcançadas, o curso de Direito foi autorizado pela Portaria Ministerial nº 301 de 15 de abril e em 30 de março o curso de Farmácia foi autorizado pela Portaria Ministerial nº 276.

No ano de 2016 mais três novos cursos foram autorizados a saber: Engenharia Ambiental e Sanitária pela Portaria nº 606, de 13 de outubro, Psicologia pela Portaria nº 605, de 13 de outubro e o Curso de Tecnologia em Serviços Penais pelo Parecer CNE/CES nº 173/2016, este último torna a FAI a única Faculdade da região centro Oeste do país autorizada a ofertá-lo. Em 2017 o Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos foi autorizado pela Portaria de Nº 606 de 13 de junho de 2017, assim, a FAI passou a ofertar 16 (dezesesseis) cursos de Graduação Presenciais.

No âmbito da Pós-graduação a FAI oferece regularmente mais de 40 cursos de Lato Senso, bem como, cursos designados como MBA (*Master Business Administration*), colaborando para a efetiva qualificação dos profissionais para o mercado de trabalho.

O processo Educacional da FAI tem uma perspectiva, não apenas de capacitação de um profissional, mas sobretudo na concepção de um sujeito construtor de saberes que estão sempre em moldagem, que defenda princípios e valores éticos, que contribua para a transformação individual e coletiva, promovendo e estabelecendo novas relações sociais, pautadas em laços mais solidários.

Ao longo de sua história, a FAI tem se constituído não apenas como uma instituição de Ensino Superior, mas principalmente como uma Escola de Empreendedores de grande relevância para a região Oeste Goiano e o Estado de Goiás. Para tanto, a FAI implementou nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos em oferta a disciplina Liderança Criatividade e Empreendedorismo, possibilitando a formação de profissionais para atuarem em áreas afins, com visão empreendedora, tendo condições de competitividade no acirrado mercado de trabalho e agindo como influenciador, de forma direta ou indireta, no desenvolvimento sócio-econômico-cultural e ambiental da região, do Estado e do país.

MISSÃO

A FAI busca continuamente tornar-se um centro de excelência em educação e ser reconhecida pela qualidade dos serviços que presta à sociedade, formando pessoas comprometidas com o desenvolvimento nacional e regional, com a preservação e divulgação da história do estado e capacitadas para a iniciação científica, possuidoras de postura profissional competente e ética. Busca estar

respaldada pela missão institucional: **Instruir, educar, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de cidadãos éticos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, sustentável da sociedade.**

Para cumprir a sua missão, a FAI serve a comunidade, gerando conhecimentos e recursos importantes para os desenvolvimentos científicos, econômicos, profissionais, sociais e culturais, objetivando, principalmente, o bem-estar da sociedade e a melhoria da qualidade de vida, sempre defendendo a expressão e o cumprimento da verdade.

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Traduzindo a sua missão e obedecendo aos princípios institucionais, a Faculdade de Iporá, na qualidade de instituição integrante do Sistema Federal de Ensino, tem como objetivo geral: **desenvolver a região do Oeste Goiano e as circunvizinhas, promovendo Ensino Superior de qualidade, propiciando o crescimento cultural, econômico e social, criando estímulo à participação ativa do acadêmico na sociedade, bem como, o desenvolvimento do pensamento científico, reflexivo e crítico.**

Para atingir seu objetivo geral, os seguintes objetivos específicos devem ser cumpridos:

- ✓ Formar profissionais competentes, aptos para atuarem no mercado de trabalho, com formação moral e ética sólida, contribuindo para o desenvolvimento da região;
- ✓ Incentivar o trabalho de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da produção de conhecimento, contribuindo com a difusão da cultura e do saber, e, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano em relação ao contexto social em que vive;
- ✓ Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- ✓ Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão

sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- ✓ Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, a fim de prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- ✓ Promover a extensão, aberta à comunidade em geral, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição;
- ✓ Criar e implementar programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis, programas especiais de formação pedagógica destinados a portadores de diploma de nível superior, formação pós-graduada, projetos de iniciação científica em parceria com outras instituições.
- ✓ Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- ✓ Formar, nas áreas de conhecimento que atuar, recursos humanos aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- ✓ Promover atividades que auxiliem a integração e a cooperação entre os setores produtivos, associações representativas e o município, no que tange às áreas da educação, ciência e tecnologia; e
- ✓ Desenvolver sistematicamente avaliações internas de modo a buscar consonância com os objetivos propostos pelo sistema de avaliação externo, exercido pelo MEC, de modo a desenvolver as atividades concernentes dentro dos padrões de competência e qualidade.

A plena realização da missão da IES e de seus objetivos deverá conduzir, em curto prazo, à formação de uma instituição que deverá congrega valores e atender aos anseios da população regional.

PRINCÍPIOS E VALORES

A contribuição da Faculdade de Iporá para a formação integral do ser humano pressupõe o respeito ao indivíduo, às suas características, à cultura e necessidades,

resgatando sua consciência reflexiva e com aspiração ao valor transcendente, capaz de superar-se, compreendendo a sua importância no coletivo.

A Faculdade de Iporá visa contribuir para a formação de um profissional com competência técnica e política, com pensamentos humanísticos, capacitado para a compreensão dos principais problemas, que o leve à análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

O processo de educação superior tem a responsabilidade na formação do cidadão capaz de transformar o país em busca de mais justiça social, igualdade e pleno desenvolvimento econômico, e que por meio do projeto político pedagógico institucional, a Faculdade norteará suas práticas e visualizará seus valores socioculturais.

Os corpos discentes, docentes e técnicos-administrativos defenderão a solidariedade, a ética, a igualdade social, o reconhecimento das diferenças, a liberdade e o respeito à natureza.

A Instituição, por sua concepção histórica, assume a responsabilidade de contribuir com a formação dos profissionais da região, do estado e do país, tendo no Ensino, Iniciação Científica e na Extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

Para tanto abrange os seguintes Cursos e Programas:

I. Cursos de Graduação: abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em Processo Seletivo e/ou bolsas e Programas Federais;

II. Pós-graduação: Cursos de especialização (*lato sensu*) abertos a candidatos graduados;

III. Cursos de Extensão: Abertos a acadêmicos/comunidade regional que pretendem melhorar seus conhecimentos e técnicas;

IV. Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Abertos a quem esteja cursando ou tenha concluído o ensino médio;

V. Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC: objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

Nessa perspectiva, para cumprir com sua Missão de ofertar ensino de excelência, desenvolver Iniciação Científica e promover a Extensão, a FAI atua nas seguintes áreas de conhecimento:

- I. Ciências Biológicas e da Saúde;
- II. Ciências Exatas e da Terra;
- III. Ciências Humanas;
- IV. Ciências Jurídicas;
- V. Ciências Sociais e Aplicadas.

Atualmente a Faculdade de Iporá FAI oferta os Cursos de Graduação relacionados na tabela a seguir, a saber:

CURSOS	REGULAMENTAÇÃO
Administração	Portaria de Renovação de Reconhecimento: Nº207, de 25 julho de 2020.
Ciências Contábeis	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Portaria Nº 268, de 3 de abril de 2017.
CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Portaria de Reconhecimento de Nº 866 de 09 de novembro de 2015.
CST em Agronegócio	Portaria de Reconhecimento de Nº 62 de 22 de março de 2016
CST em Gestão Ambiental	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Nº 42 de 02 de março de 2018.
CST em Gestão Hospitalar	Portaria de Reconhecimento de Nº 820 de 29 de outubro de 2015.
CST em Recursos Humanos	Portaria de Autorização de Nº 606 de 13 de 16 de junho de 2017.
CST em Serviços Penais	Portaria de Autorização: Nº 249 de 6 de abril de 2018.
Direito	Portaria de Autorização de Nº 301, de 15 de abril de 2015.
Enfermagem	Portaria de Autorização de Nº 133 de 06 de maio de 2016.
Engenharia Ambiental e Sanitária	Portaria de Autorização de Nº 606 de 13 de outubro de 2016.
Engenharia Civil	Portaria de Renovação de Reconhecimento: Nº 110, de 4 de fevereiro de 2021
Engenharia de Produção	Portaria de Reconhecimento: Nº247 de 06 de agosto de 2020.

Farmácia	Portaria de Autorização de Nº 276, de 30 de março de 2015.
Odontologia	Portaria de Autorização nº 548 de 28 de novembro de 2019.
Pedagogia	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Nº 916 de 27 de dezembro de 2018
Psicologia	Portaria de Autorização de Nº 605, de 13 de outubro de 2016.

E no âmbito da Pós-graduação *lato sensu* oferta os *Cursos* abaixo relacionados:

CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO	CH	Vagas
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE		
Psicologia Organizacional e do Trabalho	460	200
Saúde Pública	420	200
Farmácia Clínica e Hospitalar	420	200
Enfermagem no Trabalho	420	200
Enfermagem em UTI	460	100
Análises Clínicas	420	100
Fisioterapia Dermatofuncional	420	200
Atenção Multiprofissional em Oncologia	420	200
Vigilância Sanitária em Serviços de Saúde	400	30
Saúde Pública com Ênfase em Doenças Transmissíveis	420	200
Enfermagem em Obstetrícia	460	200
Saúde da Família	420	200
Neurociência e Psicologia Aplicada	460	200
Gestão da Qualidade nas Indústrias Farmacêuticas e de Cosméticos	416	40
Psicoterapia de Orientação Psicanalítica	460	200
Estética Facial e Corporal	420	200
Qualidade e Segurança Alimentar	420	200
Gestão em Saúde	420	200
Enfermagem em Urgência e Emergência	420	200
Gestão Estratégica em Saúde	360	100
MBA em Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica	420	200
MBA Executivo em Gestão dos Serviços de Saúde	420	200
Desenvolvimento Analítico e Controle à Indústria Farmacêutica	420	200

Gestão de Assistência de Enfermagem	420	200
Ergonomia	420	100
Psicopatologia	400	35
Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada	400	30
Farmácia Hospitalar com Ênfase em Oncologia	400	30
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA		
Engenharia de Manutenção	460	200
Engenharia Sanitária, Tecnologia e Gestão Ambiental	420	200
Projeto, Execução e Manutenção de Edificações	460	200
MBA em Engenharia de Qualidade Integrada	460	200
Tecnologia e Controle de Qualidade e Alimentos de Qualidade Aplicação	420	200
Engenharia de Requisitos de Software	420	200
Segurança e Manutenção de Obras Cívicas	460	200
Sistema JAVAWEB	420	100
Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	460	200
MBA em Gestão Ambiental e Sustentabilidade	460	200
Engenharia da Qualidade e Produtividade com Certificação LEAN SIX SIX SIGMA GREEN BELT	420	200
Segurança e Manutenção de Edificações	460	200
Consultoria em Implantação de Software Sistema de Informação	420	100
Gestão Ambiental e Eco Gestão	460	200
EDUCAÇÃO		
Psicopedagogia Empresarial	460	100
Psicopedagogia Clínica	660	200
Psicopedagogia e Educação Infantil	460	200
Docência Universitária	720	200
Psicologia Organizacional	460	200
Língua Portuguesa e Literatura	460	200
Educação Infantil e Séries Iniciais	460	200
Artes Visuais com Ênfase em Artes da Educação	400	100
Ensino da Língua Inglesa e Uso de Novas Tecnologias	460	100
Língua Inglesa e Tradução	460	200
Tecnologias na Aprendizagem	460	200
Psicanálise: Sujeito e sua Subjetividade	420	200

Psicopedagogia Institucional	660	200
MBA em Gestão Estratégica do Ensino Superior	420	200
Planejamento Educacional e Políticas Públicas	460	200
Gestão em Projetos Educacionais	360	100
CIÊNCIAS HUMANAS		
Auditoria e Controladoria Contábil	360	100
Gestão e Planejamento Urbano	460	200
MBA em Auditoria e Consultoria	460	100
MBA em Auditoria Empresarial	420	200
MBA em Gestão Empresarial	420	200
Gestão de Negócios	360	100
MBA em Gestão em Recursos Humanos	420	200
Gestão de Serviços Hospitalares	460	200
MBA Controladoria de Empresas	420	200
Gestão Financeira e Custo	460	200
Gestão de Negócios e Vendas	460	100
Gestão Estratégica de Pessoas	460	200
MBA em Governança Corporativa	460	100
MBA Gestão Financeira Avançada	420	200
MBA em Gestão da Qualidade e Produtividade	420	200
Gestão de Projetos	460	200
Gestão de Marketing	460	200
MBA em Comércio Exterior	420	200
Gestão em Agronegócio	460	100
MBA Gestão e Estratégia Organizacional	560	100
MBA Controladoria Empresarial e Financeira	460	100
MBA em Logística Empresarial	420	200
Gestão Financeira e de Custos	460	100
MBA em Administração de Finanças e Bancos	420	200
MBA Marketing Comunicação e Eventos	460	100
MBA Gestão em Vendas	420	200
CIÊNCIAS JURÍDICAS		
Legislação Trabalhista e Previdenciária	460	200
Direito e Prática Processual nos Tribunais	460	200
Direito Processual Civil	420	100

Direito Tributário	460	200
Direito Penal e Controle Social	460	200
Direito do Trabalho	460	200
Direito e Processo Penal	460	200
Direito Administrativo e Gestão Pública	460	200
Direito e Processo do Trabalho	460	200
Direito do Trabalho e Previdenciário	460	200
Novas Tendências do Direito Público	460	200
Direito Ambiental	460	200
Direitos Sociais, Ambientais e do Consumidor	460	200
Direito Empresarial e Contratos	460	200
Direito Penal	420	200
Direito Processual e Prática Processual	460	200

Quanto à Educação Profissional Técnica de Nível Médio a Faculdade de Iporá FAI oferta os Cursos Técnicos na tabela a seguir, a saber:

CURSOS	REGULAMENTAÇÃO
Técnico em Enfermagem	Resolução CEE/CEP nº 38, de 25 de março de 2021
Técnico em Radiologia	Resolução CEE/CEP nº 39, de 25 de março de 2021
Técnico em Análise Clínica	Resolução CEE/CEP nº 38 de 25 de maio de 2017
Técnico em Segurança do Trabalho	Portaria nº 379, de 16 de junho de 2020
Técnico em Edificações	Portaria nº 379, de 16 de junho de 2020
Técnico em Qualidade	Portaria nº 379, de 16 de junho de 2020
Técnico em Cuidado com Idosos	Resolução CEE/CEP nº 40, de 25 de março de 2021

A FACULDADE TEM POR PRINCÍPIOS:

- A comunicação ampla e irrestrita das informações inerentes aos processos associados à Instituição, priorizando a clareza e a transparência das informações;
- O processo de aquisição de conhecimento como um contínuo inerente à aprendizagem;
- A ética como referência e prática institucional;

- A qualidade, como objetivo e ação prática associada a todos os processos organizacionais;
- A busca da excelência como norte institucional;
- A flexibilidade na construção dos projetos pedagógicos;
- O respeito às pessoas e às instituições.

Ciente do seu papel como instituição de ensino superior para o progresso social e econômico local, regional e nacional, a Faculdade de Iporá definiu os seguintes valores institucionais para as ações e decisões institucionais no que diz respeito à sua proposta política pedagógica para a formação de seus egressos:

- Qualidade;
- Compromisso e responsabilidade social;
- Transparência;
- Gestão participativa;
- Democracia;
- Humanismo;
- Respeito ao próximo.

ASPECTOS FILOSÓFICOS

A filosofia que direciona o PPI da Faculdade de Iporá está fundamentada na visão dialética em que a relação sujeito e objeto atuam entre si, influenciando-se mutuamente. Essa filosofia remete à reflexão de todos os envolvidos nas ações que serão desenvolvidas pela Faculdade, que quer dizer uma crítica do trabalho que se realiza, o significado que tem para os sujeitos com os quais se trabalha e para a comunidade da qual fazem parte e estão construindo.

Essa concepção exige de todos os colaboradores da Faculdade a necessidade de um olhar mais abrangente, uma visão de totalidade, um esforço de distinguir para unir, e, no que diz respeito ao ensino, à articulação estreita dos saberes e capacidades, à necessidade do trabalho inter-unidade curricular; à relação teoria e prática e a uma avaliação permanente.

Estão inseridos nesse olhar os valores estéticos, políticos e éticos. A organização didática, as formas de convivência acadêmica, a organização do currículo e das situações de aprendizagem e os procedimentos de avaliação que

devem estar coerentes com esses valores que agregam a sensibilidade, a igualdade e a identidade.

A estética da sensibilidade no processo de ensino vem estimular a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade e a afetividade; a política de igualdade tem como ponto de partida nesse processo o reconhecimento dos direitos humanos e o exercício dos direitos e deveres de cidadania, expressando-se também na busca de equidade; a ética da identidade se expressa por um permanente reconhecimento da identidade e do outro, e vem promover o desenvolvimento da consciência, pois tem como objetivo a qualificação humana do ponto de vista do bem e do mal, atributos que promovem a formação de pessoas autônomas.

A Faculdade de Iporá se define como uma instituição de ensino superior onde seus objetivos, metas e o profissional a ser formado estabelecessem uma correlação entre o proposto e o desenvolvimento da região e do país, obedecendo às tendências apontadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Ciente de sua responsabilidade social, a Faculdade objetiva a transformação social por meio da geração e difusão do conhecimento, orientando suas ações de acordo com os paradigmas que nortearão este milênio: inovação, antecipação e excelência.

Inova, na medida em que utiliza estratégias, processos, controles e avaliações de acordo com os modernos princípios da pedagogia e das organizações de saúde modernas. Antecipa quando oferece com base na análise de cenários futuros e de acordo com as necessidades locais, cursos de graduação em diversas áreas, cursos de pós-graduação, atividades de extensão e projetos de iniciação científica que são essenciais para a formação de um novo profissional, capaz de atuar no mercado de trabalho de forma criativa e competente.

Finalmente, busca a excelência do seu processo educacional, através de um projeto pedagógico institucional moderno, com atividades que envolvem parcerias com instituições/empresas, monitoria, iniciação científica, palestras e seminários, colocando em primeiro plano a qualidade dos serviços e, conseqüentemente, a satisfação dos alunos e da comunidade como um todo.

ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS

Os aspectos psicopedagógicos baseiam-se na abordagem interacionista em que o conhecimento é considerado como uma construção contínua em uma relação sujeito-objeto, em que o desenvolvimento não depende apenas do investimento recebido, mas de investimento de cada pessoa envolvida, do seu interesse em construir e reconstruir sua aprendizagem. A aprendizagem se dá de forma dinâmica, sempre relacionando a teoria e a prática.

O fazer psicopedagógico deve permear toda a instituição e requer olhares e práticas que sejam atuais, que recusem a reprodução estéril de fórmulas e modelos, que se apropriem do dinamismo da rotina acadêmica.

A aprendizagem, portanto, é um processo ativo e integral do sujeito na construção do conhecimento, não valendo aqui a transmissão mecânica e descontextualizada. Nesse sentido, o diálogo no processo educativo é essencial para torná-lo dinâmico e promover a interação sujeito e objeto.

Esse paradigma de aprendizagem estabelece-se nos pressupostos Vygotskyanos, quer por considerar o aprendizado como um processo eminentemente social, quer por ressaltar a influência da cultura e das relações sociais na formação dos processos mentais superiores.

Crê num sujeito histórico interferente e produtivo, no qual a consciência nasce da atividade prática e é construído pela interação homem-mundo, mudando de acordo com as mudanças sociais; a interação sujeito-objeto se dá por meio da mediação do outro; a apropriação do conhecimento se dá por um processo ativo do indivíduo em suas relações de trocas com o meio e o outro; a aprendizagem é processo social, caracterizada pelas multi interrelações entre o sujeito e o meio e a linguagem no interior dos grupos é básica, por exercer a função mediadora.

Considerando os pressupostos, as metodologias de trabalho devem partir da experiência concreta do aluno, que deve superá-las elaborando uma nova e mais sofisticada síntese, até porque o conhecimento seccionado do seu contexto sócio-histórico perde seu significado, seu caráter transformador, torna-se apolítico e, assim sendo, não propicia o desenvolvimento do pensamento superior.

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem, que se dá nas relações do sujeito consigo mesmo e com os outros,

as quais se processam num contexto social e institucional marcado pela história subjetiva e coletiva.

Uma intencionalidade para a aquisição de um novo saber; pressupõe, portanto, um ensino em que se dialetizem as relações existentes, não quem aprende e quem ensina, mas a crença de que não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende durante a própria tarefa de ensinar.

Na dialética da interação e da tarefa partilhada, todos e cada um são sujeitos do conhecer; é o grupo que possibilita a conquista de um nível simbólico que integra o plano da experiência, mas que também o supera, com a elaboração de um marco referencial comum.

Essa abordagem teórica possui desdobramentos metodológicos e avaliativos, permitindo aos professores, pedagogos e coordenadores, enfim, a todos os atores escolares, o exercício da criatividade, de práticas humanizadas e rigorosas que recusem o assistencialismo, práticas que se pretendam radicais, sem serem, jamais, sectárias.

PRINCÍPIOS DIDÁTICOS METODOLÓGICOS

A política referente às práticas pedagógicas desenvolvidas pela Faculdade avança em uma linha crítica alicerçada nos seguintes paradigmas:

- Criar e difundir culturas, conhecimentos, produção artística, científica e tecnológica;
- Desenvolver os currículos dos cursos na perspectiva da educação continuada, observados os interesses individuais dos estudantes e a viabilidade pedagógica e administrativa da Instituição;
- Trabalhar o raciocínio crítico;
- Prover práticas pedagógicas reflexivas e dialéticas;
- Formar, nas diversas áreas do conhecimento, profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e político local, regional e nacional;
- Preservar, vinculando-os à vida cotidiana, ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo;
- Priorizar a pesquisa científica, com vistas ao desenvolvimento acadêmico, tecnológico e social;
- Socializar conhecimentos técnicos, sociais, políticos e científicos;

- Priorizar o atendimento às carências locais, regionais e nacionais, atendendo via serviços específicos à comunidade, estabelecendo relações de parceria;
- Valorizar e oferecer espaços para consolidação rotineira das atividades de extensão, considerando os objetivos anteriores que tratam da socialização do conhecimento;
- Considerar a singularidade humana, bem como seus múltiplos aspectos, como ser social, biológico, psicológico, político e cultural, sujeito histórico, enfim.

ACESSIBILIDADE PORTADORES COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 e às expectativas da NBR9050, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a Faculdade de Iporá – FAI constituiu políticas que visam:

- Assegurar o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- Instalar lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- Colocar corrimãos ou construir rampas ou elevadores que facilitem a circulação de cadeiras de rodas;
- Adaptar portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;
- Instalar piso tátil que direcione os alunos com deficiência visual com segurança em toda a extensão da IES;
- Fixar placas e informações em braile para a plena convivência dos alunos com deficiência visual;
- Instalar softwares em computadores específicos do Laboratório de Informática, visando atender aos alunos com necessidades especiais e melhorar a qualidade de seu ensino-aprendizagem e acesso à informação.

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, a IES está comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar sala de apoio contendo: impressora *braille* acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; acervo bibliográfico em áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura;

scanner acoplado a computador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em *braille*.

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES está igualmente comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

A IES coloca à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades da IES e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social de uma instituição de Educação Superior se reflete na forma de conduzir e gerenciar as suas funções (ensino/extensão). A IES socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos seus dirigentes e/ou mantenedores ou sócios.

Esta IES tem como política de responsabilidade social o atendimento à sua comunidade acadêmica, com qualidade, ética, respeito e dignidade, estendendo este atendimento às comunidades sociais do seu entorno, da capital, e do Estado como um todo, vez que coloca à disposição destas, os benefícios da produção intelectual e científica dos seus professores e alunos.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento

econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva é refletida na/o(s):

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- Natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;
- Promoção de um clima organizacional que propicie o relacionamento fraterno e harmônico entre todos os segmentos da comunidade acadêmica e com a comunidade externa;
- Efetividade de programas de benefícios a professores e técnico-administrativos, especialmente, por intermédio dos planos de capacitação de recursos humanos, de carreira docente e de cargos e salários;
- Concessão de bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria aos alunos que demonstrarem aptidão para essas tarefas, de acordo com a programação anual;
- Incentivo e apoio ao voluntariado, entre outras.

Entre outros projetos, as atividades de responsabilidade social da Faculdade de Iporá contemplam a mobilização da comunidade acadêmica e a articulação com diversos parceiros da sociedade civil organizada para contribuir com os desenvolvimentos educacionais, sociais e culturais das comunidades menos favorecidas do estado. Simultaneamente, proporcionam a conscientização e a politização dos estudantes através da vivência de múltiplas realidades e da troca de saberes com as diferentes comunidades. Em linhas gerais, as ações têm o objetivo de:

- Contribuir para o estudo científico dos problemas apresentados a partir de uma abordagem multi unidade curricular, pondo ao alcance das comunidades capacitações, consultorias, cursos, palestras, debates e serviços;
- Exercer ações de integração comunitária, desenvolvendo atividades ético-sociais, valorizando os ideais da Pátria, da cultura e da humanidade;

- Prestar serviços relacionados aos cursos da Faculdade de Iporá, possibilitando a participação dos professores e estudantes em ações práticas relacionadas à sua área de atuação profissional;
- Mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral para a discussão de temas relacionados ao seu cotidiano;
- Estabelecer uma rede de parcerias com organizações governamentais, não-governamentais e privadas, visando à oferta de oportunidades para a população de baixa renda;
- Realizar campanhas de sensibilização social visando conscientizar a sociedade para temas de interesse coletivo;
- Realizar pesquisas visando ao resgate histórico da memória local e nacional, valorizando e divulgando a arte, a cultura e a história do Estado.

Com o compromisso ético-político de valorização e preservação da cultura brasileira, a Faculdade de Iporá propõe interligar suas ações à promoção de atividades que visam o fortalecimento das raízes culturais do país, com destaque para as manifestações locais.

A FAI é responsável por fomentar novas discussões acerca da cultura brasileira, com ênfase na cultura goiana, através de debates e apresentações artísticas. Para tanto, mobiliza a comunidade acadêmica, especialmente os jovens, que participarão ativamente dos eventos. Entre as atividades desenvolvidas, estão: palestras; debates; shows musicais; apresentações teatrais; exposições; concursos.

Adicionalmente, a Faculdade de Iporá desenvolve e mantém parcerias com a comunidade, mediante convênios, acordos e contratos, para a implantação e desenvolvimento de:

- Estágios curriculares e extracurriculares para os alunos dos cursos de graduação;
- Práticas investigativas, serviços e cursos de extensão;
- Trabalhos de conclusão de curso, sob a forma de projetos experimentais, consultorias, auditorias, relatórios ou projetos;
- Atividades complementares culturais, artísticas, educacionais e científicas;
- Parcerias para a interação teoria-prática;
- Atividades sociais e desportivas;
- Realização de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, para interação entre a comunidade acadêmica e comunidade em geral;

➤ Projetos comunitários.

A Faculdade de Iporá assume que as diferenças humanas são normais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez de o educando se adaptar ao processo de aprendizagem.

Assim, a FAI, possui uma pedagogia centrada no educando de modo a torná-lo apto a lidar com as diferenças, beneficiando assim a sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode reduzir consideravelmente a taxa de desistência e repetência e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar.

Uma pedagogia que tenha como foco o educando pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão frequentemente presentes nos programas de educação de baixa qualidade, calcada na mentalidade educacional de que “um tamanho serve a todos”.

A inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. Dentro do campo da educação, isso se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades.

A educação inclusiva proporciona um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total dos portadores de necessidades especiais no processo de aprendizagem. O sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais da educação, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

A educação inclusiva deve responder às necessidades diversas do educando, acomodando diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Atenta à sua responsabilidade social e aos indicadores e padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação nos manuais de avaliação institucional e das condições de ensino, a Faculdade de Iporá disponibiliza equipamentos e infraestrutura para os portadores de necessidades especiais:

- I. Para alunos com deficiência visual, a Instituição poderá proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio (Projeto Visão Cidadã);
- II. Para alunos com deficiência auditiva;
- III. Para alunos com deficiência física;

Adicionalmente capacita seus docentes e técnicos administrativos para a educação inclusiva, bem como, realiza campanhas de sensibilização e em busca de parcerias junto a comunidade em geral.

Os cursos e programas de educação superior e os projetos de extensão da Faculdade de Iporá contribuem para a redução das desigualdades sociais e regionais, especificamente, na cidade de Iporá e os que lhes são limítrofes, ampliando a responsabilidade social institucional.

DESSA FORMA, NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS, A FACULDADE DE IPORÁ VISA:

- Promover o aprofundamento das ciências e da tecnologia no contexto histórico das áreas de códigos e linguagens, sociedade e cultura, ciências da natureza e matemáticas, buscando vigorosa e metodicamente a construção do conhecimento por intermédio da livre discussão do ensino, da iniciação científica e da extensão, fazendo da ação profissional sempre uma ação retomada do passado para o presente e o futuro;
- Privilegiar a produção e a construção do conhecimento de forma sistematizada e sistêmica, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa e Inter unidade curricular;
- Recuperar o conhecimento como prática, reflexão, dúvida, compreensão e crítica do que nos é oferecido pela observação e pela experiência do mundo físico e social, bem como pelas mídias tecnológicas disponíveis.

Nas matrizes curriculares dos cursos que serão oferecidos pela Faculdade de Iporá observar-se-á os fundamentos da estética da sensibilidade, política da igualdade e a ética da identidade, como também os princípios específicos de flexibilidade, autonomia, Inter unidade curricularidade e contextualização.

A identidade supõe uma inserção no meio social que leva à definição de vocações próprias, que se diversificam ao incorporar as necessidades locais e as

características dos alunos e a participação dos professores e das famílias no desenho institucional.

A diversidade é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida dos alunos, que requerem diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir um resultado comum nos pontos de chegada.

Com a flexibilidade procurar-se-á promover a adaptação às diferenças individuais, respeitar os diversos ritmos de aprendizagem, integrar as diferenças locais e os contextos culturais.

A autonomia deve refletir o compromisso da proposta pedagógica com a aprendizagem dos alunos pelo uso equânime do tempo, do espaço físico, das instalações e equipamentos, dos recursos financeiros, didáticos e humanos.

Na sala de aula, a autonomia tem como pressuposto, além da capacidade didática do professor, seu compromisso, que faz do trabalho cotidiano de ensinar um permanente voto de confiança na capacidade de todos para aprender.

A Inter unidade curricularidade baseia-se na interdependência, na interação e no diálogo permanente entre os vários ramos do conhecimento, e deve buscar a integração do conhecimento num todo harmônico e significativo.

O princípio pedagógico da contextualização permite à IES pensar o currículo de forma flexível, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão do saber. O conteúdo de ensino deve provocar aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade.

A contextualização evoca, por isso, áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas.

Esses princípios pedagógicos visam contribuir para a formação da totalidade humana em consonância com as novas demandas do mundo contemporâneo. Também é observado como eixos estruturais na organização dos cursos, o “*aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser*”, eixos encaminhados pela UNESCO que orientarão a seleção dos conteúdos significativos.

O currículo deve ser dinâmico, parcial, mutável e flexível. A sala de aula deverá estar aberta não só para uma série de saberes que historicamente dela foram excluídos, como também para a promoção permanente do diálogo entre os

universos de conhecimento que sejam oriundos da prática ou dos fundamentos científicos.

O currículo deve mobilizar recursos e atividades facilitadoras da construção de competências, integrando teoria e prática, e a metodologia de ensino deve ser ativa, dinâmica e envolvente; os meios devem ser o mais próximo possível da realidade do aluno.

O currículo, em observância à LDB/96 e à legislação que orienta a organização curricular, segue as especificidades de cada nível e modalidade de ensino, sendo ainda ofertados componentes optativos e unidade curriculares específicas que promovem a complementação de estudos.

Um curso ou programa deve oferecer aos alunos referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Precisa estar integrado às políticas, diretrizes, parâmetros e padrões de qualidade definidos para cada nível educacional e para o curso específico, atendendo às orientações do órgão federal competente.

1. DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

1.1. DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do Curso:	Bacharelado em Direito				
Modalidade:	Presencial				
Endereço de Oferta:	Faculdade de Iporá - Rua Serra Cana Brava, Qd. 2 Lt. 4 – Jardim Novo Horizonte II.				
Turno de Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Vagas anuais:	-	50	-	50	100
Regime de Matrícula:	Semestral				
Dimensão das Turmas:	Teóricas			Práticas	
	50			25	
Duração do Curso:	Tempo Mínimo			Tempo Máximo	
	10 semestres			16	Semestres
Carga Horária Geral	4460 horas				
Estágio Supervisionado	400 horas				
Atividades Complementares	300 horas				

1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Inicialmente, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, Colegiado e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Faculdade de Iporá – FAI, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o escolar definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais. Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação, Colegiado e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim, este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC auxiliam na consolidação e efetivação da missão institucional e social da IES.

Nesse contexto, para o Curso de Bacharelado em Direito, a IES, a partir dos órgãos gestores, NDE e colegiados responsáveis pelo curso, estimula as políticas institucionais relativas à aprendizagem, em uma perspectiva de constituição de estudos autônomos e constituição de profissionais críticos, inovadores, promovendo oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso com características inovadoras e tecnológicas de ensino.

Afinal, apesar de sua organização acadêmica não se encontrar em relativa autonomia, a IES entende que é por meio de ferramentas de aprendizado investigativo, pesquisa e produção, que se pode assumir a perspectiva de considerar os profissionais egressos em sua capacidade de decidir e de sempre estarem prontos a rever, reaprender e reavaliar as suas práticas e teorias, pelo confronto de suas ações cotidianas com as produções; ou seja, pela pesquisa da prática e a produção de novos conhecimentos para a teoria e prática profissional, além de possibilitar a relação interpessoal exitosa.

Ainda nesse contexto, a gestão do curso e da IES têm plena consciência de que as políticas extensionistas, de complementação, inovação de métodos novos, modernos e condizentes com a situação social estão associadas permanentemente ao âmbito do ensino, da pesquisa e da investigação, plausíveis previstas no seu PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, devem ser delimitadas em consonância interdisciplinar interno e externo ao curso.

A título de exemplo dessa possibilidade de realização da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, surgem as Atividades Integradoras, as Unidades de Aprendizagem interdisciplinares, os projetos e execuções dos mesmos delineadas neste curso de maneira muito séria e passíveis de realização/execução proporcionando a maior efetividade em se tratando de aprendizagem profissional e teórica.

Assim, as políticas institucionais no âmbito do curso estabelecidas a partir do PDI da IES, fundamentam-se na integração do ensino com a pesquisa aplicada e a extensão, da inovação de aprendizagem, do planejamento interdisciplinar, objetivando formação de qualidade técnica-acadêmica e profissional, tudo a partir de uma prática institucional calcada em princípios éticos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação sócio-político-econômica e ambiental da sociedade, em especial da região de inserção da IES.

Para constituir essa prática formativa, a Coordenação, o Colegiado e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso dentre os princípios básicos das Políticas Institucionais identificadas no PDI, aquelas que interferem diretamente no Curso de Bacharelado em Direito:

- Planejamento e atenção às necessidades da sociedade e, em especial, na região centro-oeste do Estado de Goiás, no que concerne à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação Bacharelado em Direito;
- Atualização permanente do projeto pedagógico, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Bacharelado em Direito, respondendo assim as exigências do mercado e as demandas sócio-econômico-culturais da região em que a IES está inserida;
- Discussão permanente sobre a qualidade do ensino do Bacharel em Direito, através de diferentes reuniões, encontros, envolvendo a comunidade acadêmica do curso, gerido pelo NDE - Núcleo Docente Estruturante.
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- Qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas, tais como projetos e programas inovadores;
- Manutenção e controle da situação legal do curso;

- Apoio e acompanhamento da ação pedagógica no âmbito do curso. Lidando, diariamente, com os fatos, problemas e criando soluções para inserir o egresso na sociedade capaz e preparado para encarar, enfrentar, estudar e apoiar o desenvolvimento regional. Assim, deseja fazer-se presente na busca participativa de soluções que ajudem a minorar a dívida social para com a sua população, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida.
- Inovação no saber – A Faculdade de Iporá, em contínua construção, não pode, não deve e não quer ser mais um órgão destinado ao simples processo de rapasse do saber. Ela pretende revitalizar de várias maneiras possíveis a educação até assumir características próprias de enriquecimento e fecundidade social. Dele espera-se que não tenha uma simples função reprodutora. O saber reproduzido, como seu próprio nome diz, é secundário, dependente, pobre e com riscos de esterilidade. O saber que se constrói na Faculdade de Iporá é um saber novo, gerado pela iniciação científica, alimentado pela prática, comprometido com o bem-estar do ser humano. Um saber renovado e renovador, formador, inovador, crítico e adequado. Ensinar, avaliar, criticar, pesquisar, partilhar e inovar são verbos perfeitamente adequados para uma conjugação com o saber.

Para o desenvolvimento de valores, inovação, e empreendedorismo foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- Promover a autorregulação da conduta, definida como compromisso ético, no qual a ética e compromisso social sejam instrumentos de realização da visão e da missão da FAI.
- Orientar ações e explicitar a postura social da comunidade acadêmica e a todos com quem mantém relações;
- Consolidar na cultura organizacional as crenças e valores que reflitam a cultura, e a difusão sistemática do conhecimento, envolvendo funcionários para que contribuam com sugestões nos processos de trabalho;
- Dialogar de forma transparente com a comunidade, destacando o compromisso mútuo com as metas estabelecidas e assegurando canais de comunicação que viabilizem o diálogo estruturado;
- Executar ações voltadas para a responsabilidade social permitindo a avaliação dos resultados, direcionando recursos para o futuro, que monitoradas pelo sistema de Autoavaliação, através do qual se acompanha a evolução do corpo docente,

especialmente quanto a sua titulação e carga horária, o desempenho acadêmico dos alunos, professores e coordenadores de curso e os resultados dos levantamentos censitários promovidos anualmente. Nestes professores, alunos e coordenadores são motivados a responder questionários em que são enfocados os diversos aspectos das atividades desenvolvidas e das condições de oferta dos cursos.

Com base nos resultados dos processos da Autoavaliação institucional são tomadas medidas corretivas e de estratégias operacionais, permitindo assim o acompanhamento dos diversos cursos, desde a análise da evolução da demanda do processo seletivo, às ocorrências registradas ao longo dos cursos, como trancamentos, abandonos e transferências, o que permite aferir-se o desempenho e o interesse social pelos cursos, do que depende, diretamente, a sua viabilidade.

1.3. FORMA DE ACESSO AO CURSO

Ao delinear esta Política a FAI visualizou a necessidade de implementar ações para ampliar o acesso de estudantes aos cursos por ela oferecidos, assim como garantir a permanência bem-sucedida destes estudantes na Instituição. Complementarmente fez-se necessário compreender os motivos que levam aos altos níveis de evasão verificado na maioria das Instituições brasileiras e buscar medidas que possam minimizar este problema.

Este posicionamento é coerente com a legislação brasileira segundo a qual “A educação será desenvolvida com base, entre outros, no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” – Artigo 206, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil e Artigo 3, Inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Esta preocupação situa-se, ainda, no cenário delineado mais fortemente a partir da segunda metade da década de 1990, quando a política governamental relativa à educação assinalava a necessidade de uma revisão nas formas de acesso ao Ensino Superior brasileiro. Evidentemente, a democratização do acesso alterou significativamente o perfil dos estudantes que ingressam nos diferentes cursos do sistema superior de ensino, que tem sofrido sensíveis mudanças em decorrência de fatores sociais e econômicos.

As discussões realizadas sobre esta temática geraram, em várias Instituições, formas alternativas para o ingresso nos cursos de graduação, dentre as quais se destacaram o uso do ENEM, a adoção de cotas (estudantes de escolas públicas, negros, índios) a seleção previamente agendada e o Programa de Avaliação Seriada.

As Diretrizes que norteiam a política de acesso, seleção e permanência do alunado da FAI são:

- Democratizar as formas de acesso ao ensino de graduação, oferecendo oportunidades de permanência e melhorar o desempenho acadêmico do estudante matriculado na Faculdade;
- Estimular a realização de ações destinadas a reduzir a seletividade social ampliando as condições de acesso aos cursos da FAI de estudantes de condição socioeconômica desfavorável;
- Rever a natureza dos critérios de seleção;
- Realizar estudos permanentes visando à equalização das oportunidades de acesso;
- Promover debates sobre o processo de seleção da Faculdade;
- Promover programa de recepção ao calouro, com atividades acadêmicas e culturais com o objetivo de socializar o estudante na vida universitária;
- Criar condições de acesso dos estudantes às novas tecnologias da informação;
- Estimular a participação estudantil nas atividades de ensino, extensão e iniciação científica;
- Garantir o apoio necessário à plena realização do estudante como universitário (acadêmico, cultural, social e político);
- Identificar, junto ao estudante, os problemas que o levariam à desistência do curso e, ainda, a possibilidade de descontentamento com os diversos níveis de relacionamento, visando manter ou superar as expectativas discentes;
- Desenvolver, para os estudantes de baixa renda, mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o sucesso deles na Faculdade;
- Realizar pesquisas, estudos e análises para identificar em detalhes os dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão,

formaturas, relação docente/estudante para tentar reduzir ou diminuir estes índices e, também, acelerar os processos de preenchimento das vagas, tendo em vista a melhoria das atividades educativas;

- Buscar por meio do desenvolvimento de mecanismos pertinentes, formas que viabilizem o resgate do alunado.

A oferta de vagas e o processo seletivo serão realizados semestralmente conforme edital publicado no site da instituição e outros meios de comunicação.

Ressalta-se que os candidatos poderão pleitear vagas de bolsas do ProUni, Bolsas da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), bolsas definidas por meio de convênios com empresas e órgãos públicos e bolsas internas, definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Em suma, as principais formas de acesso ao Curso de Bacharelado em Direito são:

- ✓ Processo Seletivo Discente (Vestibular): processo seletivo que permite ao candidato, com o Ensino Médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o ingresso no Curso.
- ✓ Transferência: processo seletivo para alunos de outras instituições de ensino superior, transferidos para o mesmo curso ou de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas Unidades de Aprendizagem iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico.
- ✓ Portadores de diploma de nível superior: processo seletivo para graduados em cursos superiores.
- ✓ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998 pelo Ministério da Educação e que serve para medir o desempenho do aluno concluinte do Ensino Médio.

1.3.1. Contextualização do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá – FAI

Primeiramente, deve-se destacar que o curso de Bacharelado em Direito é fundamental para o crescimento regional em qualquer município brasileiro, haja vista de sua intervenção diretamente na qualidade de vida da população, a partir das

contribuições no que tange à cultura, ao desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

Segundo estimativas do IBGE¹ para o ano de 2018, o estado de Goiás se estabelece a partir de uma população de aproximadamente 6.921.161 de habitantes. O município de Iporá, por sua vez, conta com uma população estimada em 31.563 habitantes. No entanto, há que se destacar que o município, além de ser um polo agrícola e pecuário, constitui-se também como um centro comercial e de prestação de serviços a outras cidades circunvizinhas que dependem de Iporá para se estabelecerem, constituindo assim, uma população de cerca de mais de 100.000 habitantes.

No que diz respeito à Educação Superior, vale destacar que o Censo da Educação Superior de 2017 registrou a participação de 2.152 IES no Brasil. Desse conjunto, 87,3% são Faculdades, 41,9% são Universidades, 5,6% são Centros Universitários e 1,7% representam a soma de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Em termos de distribuição por região geográfica, praticamente metade das IES (48,9%) está localizada na região Sudeste. A outra metade apresenta a seguinte distribuição: 18,3% no Nordeste, 16,5% no Sul, 9,9% no Centro-Oeste e 6,4% no Norte. (Fonte: MEC/Inep).

Já em um contexto mais limitado, destaque-se que até 2018 o curso de Farmácia mais próximo do município de Iporá-GO, sede da FAI, localizava-se a mais de 100 Km de distância, o que impossibilitava a inclusão de estudantes egressos do Ensino Médio em toda a microrregião de Iporá-GO e arredores que é composta pelos seguintes municípios:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	DISTÂNCIA DA IES
Amorinópolis	3.609	22,7
Fazenda Nova	6.322	60,6
Ivolândia	2.663	57,7
Moiporá	1.763	68,3
Cachoeira de Goiás	1.417	78,1
Iporá	31.563	0,0
Jaupaci	3.000	44,7

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>

Córrego do Ouro	2.632	87,5
Israelândia	2.887	27,6
Novo Brasil	3.519	95,6
Piranhas	11.266	95,8
Diorama	2.479	31,1
São Luís de Montes Belos	32.491	96,6
Total	105.611	

Além dos municípios acima, deve-se destacar que a IES é imprescindível à formação de outras localidades que formam milhares de egressos no ensino médio e fazem parte da zona rural do Estado de Goiás.

Assim, há que se ressaltar que junto a um crescimento socioeconômico da região atendida pela IES, constitui-se junto a isso, um quadro de desigualdade e necessidades sociais que vem ao encontro dos dados estatísticos divulgados no País.

A sociedade atual caracteriza-se por restar atrelada à produção do conhecimento científico e tecnológico que passa a ter uma importância cada vez maior na vida profissional e particular das pessoas, o que as leva a buscar uma educação qualitativamente melhor, para ampliar suas chances profissionais e sociais.

Assim, como dito anteriormente, é inquestionável a importância da Educação Superior, na busca do desenvolvimento das nações. Os países que investem em educação e, conseqüentemente em Ciência e Tecnologia, elegendo esta perspectiva como estratégica, estão entre os mais desenvolvidos, como exemplos a Coreia do Sul e a China.

No Brasil, há a necessidade de superar desafios básicos no contexto educacional tais como a diminuição das taxas de evasão, a ampliação ou a universalização do ensino médio (propedêutico ou profissionalizante/técnico) e, principalmente, definir um modelo de educação que atraia jovens e adultos para o Ensino Superior.

As metas estabelecidas anteriormente no PNDE para 2010 não foram cumpridas e as próximas só o serão se a Educação Superior oferecida pela instituição for compatível com as relações sociais vigentes e que possibilite ao futuro profissional competências que lhe favoreçam atuações seguras e efetivas.

Diante desse cenário, a FAI entende como necessidade primordial a orientação para o mercado de trabalho, o qual numa análise básica se percebe que a medida em que avança a sociedade do conhecimento, novas oportunidades de trabalho são criadas, muitas vezes requisitando profissionais com experiências e competências que não são encontradas nas tradicionais carreiras superiores, como é o caso do Curso de Bacharelado em Direito.

A democratização do acesso à educação superior constitui-se tema emergente, complexo e de fundamental importância para a sociedade brasileira, especialmente se considerarmos o cenário tecnológico, da globalização e das mudanças no mercado de trabalho. No Brasil, essa democratização e, mais importante, a diminuição da evasão escolar ampliará excepcionalmente a demanda pela educação superior, o que representa um enorme desafio para o país, para instituições e sua organização acadêmica e, também para a formatação dos cursos ofertados.

Por outro lado, o acesso à educação superior, no Brasil, apresenta uma dicotomia: I) de um lado a perspectivas elitistas de contenção do acesso visando, em grande parte, a manutenção do prestígio dos diplomas e o status dos profissionais no mercado de trabalho e, II) de outro, as perspectivas de ampliação do acesso. Este segundo argumento, representa aspirações de largas camadas da sociedade à obtenção do emprego, através do qual é possível ascensão social e vida mais digna.

Diante desse cenário, a FAI contribui com a inclusão social e o desenvolvimento econômico da região pela proposta de um ensino diferenciado. A metodologia a ser empregada na IES converge para o ensino superior caracterizado pelo empreendedorismo e pela inserção do graduando no mercado de trabalho liberal. Pretende-se relacionar a teoria à prática, ou seja, o ensino acadêmico à prática profissional e à realidade social e econômica da região e do país. Por essa razão, o curso de Bacharelado em Direito da FAI contemplará dinâmicas e estratégias teórico-práticas, objetivando a formação do profissional cidadão, preocupado com o desenvolvimento de competências na área empresarial.

Adicionalmente, vivencia-se na região um verdadeiro êxodo de alunos do ensino médio e de profissionais formados. O motivo reside no fato de Iporá, distante mais de 200 km de Goiânia, encontrar-se fora da área de abrangência da região

metropolitana da capital. Apesar da região de Iporá apresentar economia bastante desenvolvida e em franca expansão, não tem supridas suas necessidades por profissionais liberais, primeiramente pela ausência de instituições de ensino e também em razão da maioria dos alunos que deixam a região para graduar-se na Capital e região metropolitana não retornarem, preferindo atuar próximos a Capital de Goiás.

Portanto, há a necessidade de se formar tais profissionais, com destaque aos Bacharéis em Direito na região e assim, incentivá-los a permanecer e atuar na região buscando sempre o espírito empreendedor necessário a um progresso sustentável.

Por outro lado, o curso de Bacharelado em Direito da FAI estará fortemente orientado a uma especificidade diferenciada que vem agregar valor, pois alia o conhecimento à prática, levando a comunidade à reflexão do seu próprio fazer para, analiticamente, aprimorar os passos já dados ou a serem dados no ramo farmacêutico com vistas à qualidade de vida.

Outro fator importante é que o Curso de Bacharelado em Direito pretende formar profissionais com condições de atuar, de forma eficaz e a partir de uma formação sólida e atual, na resolução de conflitos e na transformação da realidade social por intermédio do uso de seu conhecimento acadêmico.

Adicionalmente, como disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) e Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Bacharelado em Direito a FAI concebeu seu Projeto Pedagógico, perfis e objetivos que atendam às exigências das demandas regionais prevendo o mercado de trabalho em que a instituição está inserida.

O contexto atual aponta, portanto, para a necessidade de um maior número de bacharéis em Direito com formação universitária de qualidade, seja para atender às demandas do judiciário e a promoção do desenvolvimento econômico e social da região.

Diante desta nova realidade que se apresenta e das exigências que emanam do mercado de trabalho, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Direito da Faculdade de Iporá propõe uma organização curricular que, privilegiando a pesquisa, o aprofundamento teórico e a relação teoria-prática, busca estabelecer o

vínculo necessário entre a formação superior do Bacharel em Direito e as necessidades que emergem do mercado de trabalho.

Com o curso de Direito a FAI demonstra a preocupação em formar profissionais generalistas que atendam às necessidades da sociedade em possuir indivíduos capacitados a responder com a ciência às dúvidas existentes em relação às terapias medicamentosas. Este profissional deverá ainda estar apto ao ensino, tendo sempre como meta o crescimento científico e tecnológico no serviço prestado, nunca limitando o conhecimento à sala de aula. Formar profissionais segundo os padrões do ensino superior, voltados para horizontes ilimitados, consoante à ética e a moral cívica, este é o compromisso que a IES apresenta na implantação do Curso de Direito.

O profissional do Direito, em multidisciplinariedade, estabiliza e garante condições necessárias para a plena realização socioeconômica de um país, pois uma nação saudável é a garantia de uma nação que faz história. Fazer história com os egressos da instituição é a marca que estamos propondo para aqueles que se graduarão nesta IES. Assim, não serão meros representantes de uma classe profissional, mas cidadãos formados na política, cultura e nas ciências jurídicas, de forma que a resposta final à sociedade virá com a assistência jurídica qualificada.

1.4. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral:

O curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá – FAI tem como objetivo geral propiciar ao futuro operador do Direito conhecimento jurídico, desenvolvimento humanístico, compreensão do Direito moderno, utilizando-se do senso jurídico, ético e crítico, idealizado por meio de uma educação legal competente, explorar fenômenos jurídicos em sua expressão plural, informar-se do conhecimento legal por meio de um ponto de vista crítico jurídico, bem como a sistemática conexão dos saberes técnicos-teóricos e práticos, com austeridade metodológica, por fim refletir e interpretar os conteúdos jurídicos da atualidade e contextualiza-los numa ótica global.

Objetivos Específicos:

- Formar Bacharéis em Direito altamente qualificados intelectualmente para o trabalho, bem como utilizar-se de sua produção criativa, com pleno desenvolvimento da pessoa e preparo para o exercício da cidadania, tendo a capacidade de julgar e tomar decisões.
- Formar profissionais comprometidos com a comunidade e capazes de oferecer atendimento jurídico de qualidade, comprometidos com a sua parcela de contribuição para com o desenvolvimento social-comunitário.
- Permitir que o aluno se torne capaz de utilizar os conhecimentos doutrinários, normativos, jurisprudenciais e outras fontes do Direito, de forma harmoniosa e coerente;
- Aprofundar estudos nas ênfases identificadas na concepção do curso, incentivando e apoiando projetos ou programas de iniciação científica e de extensão voltados para essas áreas.
- Desenvolver, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses com a solução das questões complexas, surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Analisar a realidade social e as necessidades regionais, visando ao aprimoramento da ordem jurídica e de sua atuação concreta, levando à maior parcela possível da população (incluídos e excluídos) um efetivo e adequado atendimento jurídico;
- Avaliar os problemas de forma harmoniosa com as cobranças sociais, bem como a aplicação do emprego de vias extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos, tanto individuais quanto coletivos, capacitando o diálogo e as transações necessárias enquanto métodos de conciliação, mediação e arbitragem;
- Ter a capacidade de utilizar das novas tecnologias, em especial a informática, no exercício da profissão;
- Fomentar a persuasão, reflexão crítica e a argumentação, despertando no graduado o interesse da compreensão do Direito e sua interdisciplinaridade.
- O desenvolvimento teórico é baseado na inter e multidisciplinaridade, onde as noções políticas, econômicas, filosóficas, antropológicas e sociais agem como instrumentos imprescindíveis ao conhecimento técnico e à consciência crítica em

semelhança ao meio de desempenho profissional, dotando o vindouro profissional de forte sensibilidade social e consciência de sua formação para praticar a cidadania e pronto para acolher às exigências da sociedade contemporânea.

1.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional egresso deverá ser um Bacharel com sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, bem como pesquisa e utilização de legislações, jurisprudências, doutrinas e demais fontes do Direito.

Aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica, deverá fomentar a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, encaixar sua habilidade técnico-jurídica, nas instâncias administrativas, judiciais ou extrajudiciais, com a preciso uso de processos, atos ou procedimentos imprescindíveis ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Outro requisito de fundamental importância é o aspecto humanístico e social do curso, que possibilita a prática das seguintes atitudes durante a sua vida profissional: compromisso com a ética profissional; responsabilidade social, política e ambiental; espírito empreendedor: postura pró-ativa; compreensão da necessidade da permanente busca da atualização profissional.

Por fim, a Faculdade de Iporá através do curso de Direito forma profissionais competentes a exercerem as mais distintas profissões da carreira jurídica, seja na Advocacia, Magistratura, Procuradoria, Ministério Público, Defensoria Pública, e tantos outros.

1.5.1. Competência e Habilidades do Egresso do Curso

O curso de Bacharelado em Direito deverá formar e dotar o profissional para o exercício das seguintes competências e habilidades (baseado na Resolução

CNE/CES Nº 5, de 17 de Dezembro de 2018 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito):

- ✓ I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- ✓ II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- ✓ III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- ✓ IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- ✓ V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- ✓ VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- ✓ VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- ✓ VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- ✓ IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- ✓ X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- ✓ XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- ✓ XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- ✓ XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- ✓ XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Além disto, o aluno/egresso/profissional será estimulado a obter cultura geral e conhecimento de temas contemporâneos, transversais e complementares, bem como analisar o impacto das soluções em Direito sob a sociedade e meio ambiente.

Espera-se que com o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, o bacharel formado pela FAI seja capaz de:

- ✓ Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- ✓ Interpretação e aplicação do Direito;
- ✓ Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;
- ✓ Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- ✓ Correta utilização da terminologia jurídica ou da ciência do direito;
- ✓ Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; Julgamento e tomada de decisões; e

1.5.2. Perspectivas de Inserção Profissional do Egresso

Com sua missão empreendedora a FAI, visa proporcionar aos seus egressos ferramentas para a prática de todas as profissões da área jurídica, de maneira ética e condizente com os valores sociais e de forma que o profissional formado possa atuar nas mais diversas áreas de atuação jurídica e na assunção de funções públicas e políticas nos mais diversos poderes estatais.

Os mesmos, ao cumprirem os requisitos legais, poderão atuar nas seguintes atividades:

- a) Advocacia pública e privada;
- b) Assessoria jurídica;
- c) Consultoria Jurídica;
- d) Polícias civil e federal;
- e) Magistraturas estadual e federal;
- f) Ministérios público, estadual e federal;
- g) Cargos de analista e de auditoria no Poder Executivo;
- h) Cargos de analista no Poder Legislativo e no Poder Judiciário;

- i) Magistério em ensino superior;
- j) Demais concursos para nível superior.

Há de se destacar que o Bacharel em Direito zela pela harmonia e pela correção das relações entre os cidadãos, as empresas e o poder público seguindo as normas jurídicas vigentes em um país.

Esse profissional possui um vasto campo de atuação, seja como autônomo, seja no serviço público, em empresas particulares ou instituições financeiras.

Empresas de vários setores precisam de advogados para adequar suas atividades à legislação em ramos mais recentes, como o direito ambiental e da tecnologia da informação, que lida com questões relacionadas à Internet. As parcerias público-privadas (PPP), incentivadas pelo governo, também aquecem o mercado para o advogado especialista em contratos públicos, que pode trabalhar nas esferas municipal, estadual e federal.

Outras vagas que exigem nível superior, como para auditor ou analista da Receita Federal, também podem ser ocupadas por advogados, graças ao conhecimento da legislação. No ramo do direito internacional, a procura por profissionais do Direito também é grande, não partindo apenas de escritórios de advocacia ou de grandes companhias com departamento jurídico, mas também de instituições do terceiro setor.

Diante do contexto analisado, o Curso de Direito tem por objetivo, por meio do processo de ensino-aprendizagem, desenvolver nos alunos as competências requeridas dos bacharéis em Direito, dentro da expectativa do mercado supracitada.

Quanto aos egressos, a FAI se preocupa com sua inserção no mercado de trabalho e, para tanto, promoverá constantemente programas especiais de capacitação, serviços técnicos e de consultoria e a realização de treinamentos, encontros e workshops com profissionais da área.

1.6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O perfil do Curso de Direito foi elaborado a partir da concepção do ensino jurídico apresentado, tendo em vista as mudanças socioeconômicas e tecnológicas, a nova legislação que disciplina a formação de bacharéis em Direito, o currículo mínimo da Portaria MEC nº 1.886/94 e as legislações vigentes no país.

O Curso de Bacharelado em Direito da FAI deverá, portanto, formar bacharéis que estejam aptos a:

- a)** ter uma visão interdisciplinar do Direito, compreendendo-o com os problemas humanos e não apenas como um conjunto de normas, agregando uma formação humanística, técnico-jurídica e prática do Direito, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b)** ter capacidade para assumir uma postura inovadora frente ao Direito, para adequá-lo à realidade sócio-econômica e tecnológica emergente;
- c)** ter senso ético-profissional associado à responsabilidade social, com compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;
- d)** ter capacidade de desenvolver visão crítica e construção do conhecimento;
- e)** ter capacidade para equacionar os problemas jurídicos e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;
- f)** ter capacidade de reflexão para tomada de decisões no campo jurídico;
- g)** ter visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e seu espaço, tendo uma visão global e uma ação local;
- h)** realizar pesquisa e utilizar a legislação, jurisprudência, doutrina, costumes regionais e outras fontes do Direito;
- i)** ter adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- j)** ter capacidade de utilizar corretamente a linguagem com clareza, precisão e propriedade – fluência verbal e riqueza vocabular;
- k)** ter capacidade de utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- l)** ter capacidade técnico-instrumental de conhecimento do Direito e seu exercício;
- m)** elaborar programas e projetos de base jurídica que visem o desenvolvimento regional; e
- n)** dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito

1.7. ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular do Curso, como já apontado anteriormente, resulta, de forma essencial, da reflexão sobre a missão da IES, do curso, da concepção, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso almejado nos seus respectivos campos de atuação, objetivando, a priori, contemplar o que dispõe a **Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2018**.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das Unidades Curriculares, por meio de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita as estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões dos modernos conhecimentos tecnológicos práticos, para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influem no processo de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Assim, obedecendo às prerrogativas das Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso está organizado de modo a oferecer ao aluno, referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

As estratégias adotadas no curso para relacionar o processo de ensino à realidade dos alunos foram construídas com a participação do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante - NDE. Vale destacar que o curso desenvolveu pesquisa própria de levantamento do perfil do corpo discente e docente, adotando práticas metodológicas de ensino, de revisão de conteúdo, bem como de capacitação docente, a partir das evidências demonstradas. O princípio da contextualização permite pensar o currículo de forma abrangente, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão e reprodução do saber.

A contextualização envolve o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo uma aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos. O currículo do Curso de Bacharelado em Direito está em consonância com as Diretrizes Curriculares

Nacionais, bem como, com o universo onde o mesmo deve ser sujeito das transformações sócio-político-econômicas, ambientais e culturais demandadas pela sociedade.

Assim sendo, os conteúdos das Unidades Curriculares contemplam temas transversais do cotidiano do perfil deste profissional e do cenário jurídico, desenvolvendo competências que o capacite a uma visão holística da realidade global e regional.

A interdisciplinaridade, por sua vez, está garantida na Matriz Curricular através do diálogo constante entre as diferentes Unidades Curriculares que a compõe, demarcada por uma metodologia de ensino onde o discente é levado a refletir e a propor soluções sobre situações do universo organizacional, apresentadas através de estudos de casos, pesquisas em organizações e debates sobre temas propostos pelos docentes.

1.7.1. Estrutura Curricular: Coerência da Matriz Curricular com as Diretrizes

A reestruturação da matriz curricular que sedimentou a Estrutura Curricular de 2018, foi motivada pela constante necessidade de aperfeiçoamento da proposta pedagógica do Curso, observando a sua linha direcionada a uma proposta humanista, priorizando o estudo do Direito através da análise das relações sociais com enfoque nos Direitos Humanos, estudo das Diversidades e Direitos de Minorias, além de procurar atender à possibilidade de submissão do Acadêmico ao Exame de Ordem a partir do nono Período, ajustando a conveniência da conclusão de conteúdos do Eixo de Formação Profissional a partir do Sétimo Período, quando iniciam as atividades de estágio e processos seletivos para ingresso no mercado de trabalho.

O curso de graduação em Direito da FAI, em razão do Parecer CNE/CES nº: 757/2020, que alterou o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, contém conteúdos e atividades que atendem às três seguintes perspectivas formativas:

I - **Formação geral:** conteúdos que ofereçam ao graduando elementos fundamentais do Direito (em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação)

e que envolvam saberes de outras áreas formativas como Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - **Formação técnico-jurídica:** conteúdos que observem as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais. Aqui devem ser incluídos, necessariamente, conteúdos básicos das áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

III - **Formação prático-profissional:** conteúdos que integrem prática e teoria desenvolvidas nas perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

1.7.2. Estrutura Curricular: Atendimento aos Requisitos Legais do MEC

Além dos aspectos ligados às expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

I. Adequação dos conteúdos curriculares à Língua Brasileira de Sinais – Libras

Em observância ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a FAI aprovou a inclusão de algumas Unidades Curriculares com status de Optativas Institucionais. Uma das

Unidades Curriculares incluídas foi LIBRAS, a qual poderá ser cursada no 9 período do curso.

O ensino de LIBRAS tem recebido atenção e medidas inclusivas especiais na FAI, em duas perspectivas: a oportunidade de cada docente empreender, como formação continuada, um curso instrumental de LIBRAS, tornando-se mais autônomo e com práticas pedagógicas mais efetivas e adequadas às necessidades de seus alunos; e, observando a exigência do cumprimento de Atividades Complementares, os alunos são estimulados a contemplar a Unidade Curricular de LIBRAS, dentre as atividades de sua escolha.

- II. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas Unidades Curriculares do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Unidade Curricular: Comunicação e Expressão - Será indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados as relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Unidade Curricular: Fundamentos das Ciências Sociais e do Comportamento - Estabelecida para focar os aspectos acerca das relações e o desenvolvimento social para as organizações, a Unidade Curricular traz em seu bojo de conteúdos e ementário as perspectivas acerca das relações étnico-raciais.

Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

- III. Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE Nº 2/2012.

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

- a) Unidade Curricular: Comunicação e Expressão - Os docentes serão orientados a utilizarem textos e temas de redação voltados as questões ambientais, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios da educação ambiental;
- b) Unidade Curricular: Liderança e Criatividade e Empreendedorismo - Não há como tratar o tema “empreender” sem que se aborde e sensibilize os educandos quanto às questões ambientais.
- c) Unidade Curricular: Fundamentos Filosóficos Éticos, Responsabilidade Socioambiental: A Unidade Curricular tem como perspectiva, além de trato das questões éticas e filosóficas, ampla discussão acerca da relação do homem com as expectativas ambientais.

Além das possibilidades acima, a IES constituirá ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

IV. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012.

- a) Unidade Curricular: Comunicação e Expressão - os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;
- b) Unidade Curricular: Fundamento das Ciências Sociais e do Comportamento - a Unidade Curricular discute conjuntamente com as questões relacionadas a diversidade, os aspectos acerca dos direitos humanos.
- c) Unidade Curricular: Fundamentos Filosóficos, Éticos, Responsabilidade Socioambiental: os professores serão orientados a tecer nos seus planos de ensino as perspectivas acerca dos aspectos filosóficos ligados aos direitos humanos;

Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

1.7.3. Estrutura Curricular: Coerência da Matriz Curricular com o Perfil do Egresso.

Há coerência do currículo com as competências e habilidades traçadas no perfil do egresso. As unidades de estudo e as atividades curriculares, em seus

objetivos gerais e específicos e em suas estratégias de ensino e de avaliação, asseguram o desenvolvimento das competências e habilidades especificadas no perfil do egresso.

A implementação do curso atende ao perfil do egresso proposto e as Unidades Curriculares atendem à formação do Bacharel em Direito, com ênfase na formação de um profissional generalista e humanista.

1.7.4 Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular. Afinal, o curso implementa a flexibilização curricular também através de Atividades de Extensão, Iniciação Científica, Unidades Curriculares optativas, Monitoria, participação em Projetos de Extensão, Programa Interno de Capacitação, participação em Seminários internos e a promoção de eventos locais e regionais, previstos no PDI da IES.

Assim, o curso de Direito está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

Além disso, há que se destacar as perspectivas a seguir como modo de flexibilizar de maneira menos conceitual e mais prática o currículo posto.

1.7.5 Estrutura Curricular: Atividades Complementares

Estão previstas na matriz curricular do curso de Bacharelado em Direito, 300 horas de atividades complementares. Nas atividades acadêmicas efetivas, previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, serão computadas o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem nas suas diferentes formas e orientações, tais como:

1. Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão, coerentes com o perfil do egresso e devidamente regulamentadas pelo Colegiado;
2. Participação em projetos de iniciação científica/pesquisa e extensão;

3. Estágios não obrigatórios (não curriculares);
4. Monitorias;
5. Atividades culturais, cursos e apresentações;
6. Participação em seminários, palestras, encontros e congressos.
7. Outras atividades.

As Atividades Complementares se constituem em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. As Atividades Complementares envolverão temas acordes com as unidades curriculares do Curso de Direito.

As Atividades Complementares, componente curricular obrigatório a ser ofertado ao longo do curso, possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso.

Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

O instrumento balizador que institui os mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares é o seu regulamento.

As atividades complementares obedecerão aos seguintes princípios e diretrizes: complementar e sintonizar o currículo vigente, a formação social, humana e profissional, estimular as atividades de cunho social e de interesse coletivo bem como a assistência acadêmica e a Iniciação científica e tecnológica, ampliar horizontes de conhecimentos, incentivar a convivência e favorecer a iniciativa e o espírito empreendedor.

1.7.6 Estrutura Curricular: Atividade Integradora

O Projeto Atividade Integradora é uma proposta inovadora direcionada ao processo de Ensino-aprendizagem da Faculdade de Iporá – FAI. Trata-se de uma estratégia que proporciona a flexibilização curricular e o aprimoramento do

desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas Matrizes Curriculares dos cursos de Graduação ofertados pela Faculdade de Iporá - FAI, intensificando o desenvolvimento do conhecimento, das competências e habilidades necessárias à formação profissional.

A proposta da Atividade Integradora foi idealizada para sanar as fragilidades de cunho teórico acumuladas pelos discentes no decorrer dos Cursos. Para tanto, a estruturação dos conteúdos abordados nesta Unidade Curricular é sistematizada em Eixos do Conhecimento, sendo eles: Conhecimento Geral (Eixo 01), Conhecimento de Núcleo Comum aos Cursos de Graduação da FAI (Eixo 02) e Conhecimento Específico (Eixo 03) do Curso e a Metodologia de Ensino é Ativa.

Enquanto componente curricular, a Atividade Integradora é composta, inicialmente, por uma avaliação, denominada de Avaliação Integradora, cujas questões são estruturadas conforme os Eixos do Conhecimento descritos acima. O intuito desta avaliação é verificar o grau de desempenho alcançado pelos discentes em relação aos conteúdos programáticos, as habilidades e competências adquiridas nos períodos antecessores.

Nesta perspectiva, a Avaliação Integradora torna-se também um importante instrumento do processo de Autoavaliação Institucional, uma vez que, seu diagnóstico sinaliza a produtividade dos Cursos de Graduação da FAI quanto a formação significativa dos futuros egressos, bem como, um indicador das deficiências que perpassam o Magistério Superior, apontando a necessidade de reorganização das atividades acadêmica no âmbito da sala de aula.

Posteriormente a aplicação da Avaliação Integradora – AVI, a IES torna público um Edital de dispensa dos discentes que alcançarem nota igual ou superior a 70% em cada eixo avaliado e convoca aqueles cuja nota foi inferior a este percentual. Os alunos convocados deverão cursar regularmente a Unidade Curricular Atividade Integradora, cuja carga horária é de 60 horas. Os alunos dispensados terão por média final da Unidade Curricular a nota alcançada na Avaliação Integradora – AVI.

Para o bom andamento da Unidade Curricular os discentes convocados serão organizados em grupos conforme o (os) eixo (s) em que apresentou fragilidades. Os eixos de Conhecimento Geral e Conhecimento de Núcleo Comum aos Cursos de

Graduação da FAI serão dispostos na Modalidade a Distância. Já o eixo de núcleo específico será na Modalidade Presencial.

1.7.7 Estrutura Curricular: Eletivas

O curso terá uma estrutura curricular organizada de forma a ser flexível a se adaptar ao perfil do estudante. Com o objetivo de se flexibilizar o currículo dando oportunidade ao aluno de interferir em sua formação, ele poderá cursar as Unidades Curriculares segundo seu interesse individual através das Unidades Curriculares eletivas.

Assim busca-se uma estrutura curricular abrangente e flexível. A abrangência permite uma formação ampla no campo jurídico. As Unidades Curriculares eletivas permitirão ao aluno, mediante auxílio e aconselhamento didático-pedagógico da coordenação do curso, selecionar dentre as Unidades Curriculares pertencentes ao grupo que deve integralizar a (s) Unidade (s) Curricular (es) que cursará (obrigatoriamente, pois perfaz parte da carga horária mínima do curso).

Desta forma, o egresso terá um perfil profissional, de certa forma, mais flexível, e ainda mais consoante com a realidade e necessidades do mundo atual. Adicionalmente, mesmo tendo integralizado a (s) Unidade (s) Curricular (es) eletiva (s) (de caráter obrigatório necessária ao cumprimento da carga horária mínima de seu curso) caso o aluno deseje cursar outra (s) adicionalmente, terá a carga horária, bem como os conteúdos curriculares inclusos em seu histórico, permitindo enriquecer sua formação profissional.

Vale destacar que, progressivamente este elenco de Unidades Curriculares eletivas poderá ir sendo ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

1.7.8 Estrutura Curricular: Unidades Curriculares Comuns

Com o objetivo de proporcionar aos acadêmicos uma formação mais holística e abrangente, independente do curso frequentado, a Faculdade de Iporá – FAI oferece Unidades Curriculares comuns que fazem parte dos currículos dos outros cursos de graduação da IES. Dessa forma, o estudante poderá interagir com

acadêmicos de outros cursos, contribuindo para a troca de experiências e para a expansão do conhecimento e diferentes realidades sociais, culturais e profissionais.

Demo (2004, p.92)² afirma que o currículo do ensino superior deve possibilitar oportunidade de (re)construir este tipo de ambiente científico e educativo, capaz de combinar crítica com solidariedade, progresso com consenso, habilidade individual com trabalho de equipe, excelência com humildade, vanguarda com tolerância, ideologia com convivência.

Nessa perspectiva, vale retomar a discussão sobre interdisciplinaridade como pensamento complexo e fundamental no estabelecimento de condições que efetivem uma prática educativa articulada com a realidade, propiciando a construção de um currículo que rompa com a predominância única e exclusiva das Unidades Curriculares, ultrapassando e integrando suas fronteiras.

1.7.9 Estrutura Curricular: Atividades Práticas Supervisionadas

Ao longo dos anos o Processo de Ensino-aprendizagem no Brasil se caracterizou por aulas expositivas como principal, ou ainda, única forma de aprendizagem, porém, devido à aceleração nos processos de comunicação, na troca de informações e a necessidade de preparar melhor os profissionais para o mercado de trabalho, buscam-se novas formas de aprendizagem. Dentre essas formas, destaca-se a aprendizagem por meio do conhecimento pela observação da prática.

As Atividades Práticas Supervisionadas (APS) estão previstas pelo Art 2º da Resolução nº 3, de 02/07/2007 do Ministério da Educação como parte do trabalho acadêmico efetivo, compreendendo atividades para além da sala de aula. Estas atividades, de acordo com a mesma resolução, não podem exceder os 20% da carga horária total e compreendem preleções, aulas expositivas, aula campo, práticas em laboratórios e biblioteca, Iniciação Científica e outras atividades que envolvem diversos instrumentos da Metodologia Ativa, a saber: estudo de casos, Projetos, Simulação, Trabalho em Grupos, Debates dentre outros.

Dessa maneira, desde 2016 as APS integram as Unidades Curriculares – UC de todos os Cursos ofertados pela Faculdade de Iporá – FAI e se constituem pelo trabalho discente efetivo e extraclasse. Essas atividades são realizadas pelos

²DEMO, P. Universidade, Aprendizagem e Avaliação. Mediação, Porto Alegre: 2004.

acadêmicos regularmente matriculados na FAI, supervisionadas pelo professor, e de acordo com a carga horária e as especificações previstas nos Projetos Pedagógicos de cada Curso de graduação de cada FAI.

1.7.10 Estrutura Curricular: Unidades Curriculares na Modalidade a Distância

A inclusão digital e a preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho de hoje exigem o conhecimento e o domínio do mundo virtual. Dessa forma, o oferecimento de Unidades Curriculares na Modalidade a Distância, com encontros virtuais e presenciais, compõe um escopo comum de política e orientação instrumental, na expectativa de eliminar as distâncias e fronteiras, por meio de inúmeros recursos tecnológicos, possibilitando uma diversidade de arranjos e combinações para um ensino atualizado, que atenda a demandas sociais e econômicas.

O conceito de aulas a Distância está atrelado a ideia de flexibilidade do currículo, pois se vincula ao ritmo individual que cada estudante pode implementar aos seus estudos. Isto implica maior comprometimento e autonomia dos discentes e condições de aprendizagem que cumprem exigências pedagógicas inovadoras, cobrando, ainda, maior rigor acadêmico.

O uso de novas tecnologias de comunicação e informática introduz desafios de organização de conteúdos que requerem planejamento, desenho, lógica, linguagem, acompanhamento, avaliação e recursos diversos com linguagens e estruturas próprias para ambientes a distância.

A modalidade a Distância na Faculdade de Iporá – FAI está organizada para não superar 40% do total de carga horária da matriz curricular do curso quando devidamente reconhecido pelo MEC.

1.7.11 Estrutura Curricular: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado na área Jurídica faz parte do eixo articulador entre teoria e prática e como tal é desenvolvido atendendo a diferentes etapas. Nesse momento de sua formação, o estudante terá contato com a realidade

profissional onde irá atuar não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências e habilidades específicas da formação profissional.

As atividades de estágio estão ligadas ao Eixo Estruturante de Formação Prática que compreende as unidades orientadas para o exercício e inserção dos estudantes em atividades inerentes a sua profissão, bem como promover a interação multiprofissional, culminando na apreensão de habilidades e competências do seu campo de atuação.

Seguindo o que recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais, os estágios curriculares são desenvolvidos sob supervisão docente de forma articulada ao longo do processo de formação. Este deverá ser desenvolvido quando possível no âmbito interno e ainda no âmbito externo a universidade sempre através de convênios previamente estabelecidos e em ambientes que permitam o desenvolvimento de práticas relacionadas ao exercício do Direito.

As disciplinas de Estágio contemplam um total de 400 (quatrocentos) horas de atividades práticas e são desenvolvidas nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos, através dos Estágios Supervisionados na Área Jurídica I, II, III e IV, conforme consta no Regulamento de Estágio Supervisionado e Núcleo de Práticas Jurídicas. As atividades ocorrem com o apoio de instrumentos virtuais e acesso à Internet, possibilitando o acompanhamento dos processos do judiciário.

Os Estágios desenvolvidos no NPJ oportunizam ao discente, o contato com o público através da prestação de assistência judiciária gratuita. O curso conta com instalações em sede própria para a simulação de audiência, em local acessível à comunidade de Iporá e região.

Além das práticas orientadas, também são realizadas visitas e comparecimentos às secretarias e cartórios, às sessões dos Tribunais, ao Ministério Público, a OAB, as Procuradorias, a Defensoria, as Delegacias, assistência às audiências e entidades correlatas de interesse das profissões jurídicas, feitura de pesquisas jurisprudenciais e participação em processos.

A relação aluno/professor, na orientação de prática jurídica, dá-se em grupos, onde além do acompanhamento virtual dos processos há distribuição de tarefas, supervisão daquelas já desenvolvidas e reforço com elaboração de peças. Estas atividades são orientadas e acompanhadas pela Coordenação do NPJ e os professores/orientador, cuja metodologia utilizada constitui-se de aulas práticas

(elaboração de textos, peças jurídico-legais e assistência presencial aos processos - que inclui a identificação da natureza da ação, solicitação dos documentos indispensáveis para a propositura da ação, confecção da petição inicial e protocolo eletrônica desta no portal dos advogados.). Os alunos devem apresentar ao término de cada unidade, relatórios das audiências.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), onde o aluno além de prestar atendimento à população ajuíza ações e acompanha o desenrolar de todo o processo, tem como um dos seus principais objetivos, salvaguardar ou restabelecer os direitos ameaçados ou violados daqueles, cuja situação econômica não lhes permite pagar as custas processuais e os honorários advocatícios; inicialmente e preferencialmente através da prática de negociação, conciliação e mediação e, subsidiariamente, com a judicialização do caso concreto.

O processo de avaliação de desempenho obedece às normas gerais, estabelecidas no Regimento da Faculdade, sendo considerado aprovado o estagiário que: obtiver nota final igual ou superior a sete; e tiver conseguido frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das atividades programadas.

Seguindo o que recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Estágios Curriculares são desenvolvidos sob a supervisão da Coordenação de Curso e do docente de forma articulada ao longo do processo de formação. Este deverá ser desenvolvido quando possível no âmbito interno e ainda no âmbito externo a universidade sempre através de convênios previamente estabelecidos e em ambientes que permitam o desenvolvimento de práticas relacionadas ao exercício do Curso de Direito.

As Unidades Curriculares de Estágio contemplam um total de 400 (quatrocentos) horas de atividades práticas e são desenvolvidas nos 7º,8º,9º,10º períodos, através dos Estágios Supervisionados na Área: Cível, Penal, Trabalhista e Administrativa conforme consta no Regulamento de Estágio Supervisionado. As atividades ocorrem com o apoio de instrumentos virtuais e acesso à Internet, possibilitando o acompanhamento dos processos do judiciário.

1.7.12 Estrutura Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A produção de trabalho científico com conteúdo relacionado à alguma temática concernente ao curso de Bacharelado em Direito, é de instância obrigatória e deve ser regido conforme normativas firmadas nos regulamentos institucionais e do curso para trabalhos de conclusão.

Sendo assim a Faculdade de Iporá – FAI promove condições para que os acadêmicos desenvolvam o trabalho de Conclusão do Curso apresentem nas modalidades escrita e defesa virtual.

O Trabalho de conclusão de Curso Bacharelado em Direito contempla 60 horas da estrutura curricular, sendo 60 horas em modalidade *online*, podendo ser elaborado individualmente ou dupla.

O resultado da produção deve ser apresentado em forma escrita e oral, respeitando as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os critérios de avaliação do TCC seguirão os critérios de avaliação presentes no Manual de TCC da FAI.

1.8. MATRIZ CURRICULAR

1º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Introdução ao Estudo do Direito	40	20	-	60	3
2. Ciência Política e Teoria do Estado	40	20	-	60	3
3. Fundamentos da Economia	40	20	-	60	3
4. Fundamentos das Ciências Sociais e do Comportamento	-	60	-	60	3
5. Comunicação e Expressão	-	60	-	60	3
6. Projeto de Extensão I: Identidade, criatividade e conhecimento	-	-	60	60	3
	120	180	60	360	18
Total					
2º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Direito Constitucional I	40	20	-	60	3
2. Filosofia Geral e do Direito	-	60	-	60	3

3. Direito Civil I	40	20	-	60	3
4. Psicologia Jurídica	40	20	-	60	3
5. Sociologia Jurídica	-	60	-	60	3
6. Desenvolvimento do Conhecimento Científico	-	60	-	60	3
Projeto de Extensão II: Identidade, criatividade e conhecimento.	-	-	60	60	3
Total	120	240	60	420	21
3º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Direito Constitucional II	40	20	-	60	3
2. Direito Penal I	40	20	-	60	3
3. Direito Civil II	40	20	-	60	3
4. Direito Empresarial I	40	20	-	60	3
5. Fundamentos Políticos, Econômicos e Legais	-	60	-	60	3
6. Projeto de Extensão III: Comunicação, Diversidade e Pensamento Crítico.	-	-	60	60	3
Total	160	140	60	360	18
4º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Teoria Geral do Processo	40	20	-	60	3
2. Direito Civil III	40	20	-	60	3
3. Direito Penal II	40	20	-	60	3
4. Direito Administrativo I	40	20	-	60	3
5. Direito Empresarial II	40	20	-	60	3
6. Fundamentos Filosófico Éticos e Responsabilidade Socioambiental.	-	60	-	60	3
Total	200	160	-	360	18
5º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas

1. Direito Processual Civil I	40	20	-	60	3
2. Direito Processual Penal I	40	20	-	60	3
3. Direito Civil IV	40	20	-	60	3
4. Direito Penal III	40	20	-	60	3
5. Direito Administrativo II	40	20	-	60	3
6. Projeto de Extensão IV: Estudo Dirigido	-	-	60	60	3
Total	200	100	60	360	18
6º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Direito Processual Civil II	40	20	-	60	3
2. Direito Processual Penal II	40	20	-	60	3
3. Direito Civil V	40	20	-	60	3
4. Direito Eleitoral	20	40	-	60	3
6. Direito Penal IV	40	20	-	60	3
7. Liderança, Criatividade e Empreendedorismo	20	40	-	60	3
Total	200	160	-	360	18
7º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Atividade Integradora I	20	40	-	60	3
2. Direito Civil – Família e Sucessões	40	20	-	60	3
3. Direito Processual Civil III	40	20	-	60	3
4. Direito Tributário I	40	20	-	60	3
5. Direito do Trabalho I	40	20	-	60	3
6. Direito da Infância, Juventude e Idoso	40	20	-	60	3
7. Estágio Supervisionado I – Prática Jurídica Civil	100	-	-	100	3
Total	320	140	-	460	21
8º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Atividade Integradora II	20	40	-	60	3
2. Direito Processual Civil IV	40	20	-	60	3

3. Direito Internacional Público e Privado	20	40	-	60	3
4. Direito Tributário II	40	20	-	60	3
5. Direito Agroambiental	20	40	-	60	3
6. Direito do Trabalho II	40	20	-	60	3
7. Estágio Supervisionado II – Prática Jurídica Penal	100	-	-	100	3
Total	280	180	-	460	21
9º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Atividade Integradora III	20	40		60	3
2. Direito Processual do Trabalho	40	20		60	3
4. Direitos Humanos	40	20		60	3
5. Direito Previdenciário	40	20		60	3
6. Língua Brasileira de Sinais – Libras	-	60		60	3
7. Disciplina Eletiva I	40	20		60	3
8. Estágio Supervisionado III - Prática Jurídica Trabalhista	100	-		100	-
Total	280	180	-	460	21
10º Período	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
1. Atividade Integradora IV	20	40	-	60	3
2. Ética Profissional do Direito	40	20	-	60	3
3. Direito do Consumidor	40	20	-	60	3
4. Direito e Cooperativismo	40	20	-	60	3
5. Trabalho de Conclusão de Curso	40	20	-	60	3
6. Disciplina Eletiva II	40	20	-	60	3
7. Estágio Supervisionado IV – Prática Jurídica Administrativa	100	-	-	100	3
Total	320	140	-	460	21
Discriminação	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
Carga Horária das Disciplinas do Curso	2200	1620	240	4060	

Estágio Supervisionado I e II, III e IV	400	-	-	-	
Atividades Complementares	300	-	-	-	
Atividades Extensão - Estudos Dirigidos	240	-	-	-	
Total da Matriz Curricular				4360	

Disciplinas Eletivas	CH Presencial	CH EAD	CH Extensão	Total	Nº de Aulas
Direito Municipal e Urbanístico	40	20	-	60	3
Biodireito	40	20	-	60	3
Propriedade Industrial	40	20	-	60	3
Processo Constitucional	40	20	-	60	3
Terceiro Setor e Políticas Públicas	40	20	-	60	3
Direito e Internet e-Commerce	40	20	-	60	3
Conciliação, Mediação e Arbitragem	40	20	-	60	3
Análise Econômica do Direito	40	20	-	60	3
Criminologia	40	20	-	60	3

1.9. CONTEÚDOS DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

1º PERÍODO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

O que é direito. O direito e ciência. Direito e justiça. Formação e estrutura do Judiciário brasileiro. Direito e moral. Direito e ideologia. Direito objetivo e subjetivo. Direito público e privado. Direito material e processual. Sistema romano-germânico, common law, teoria da norma jurídica. Fontes do direito, fontes formais e materiais, hierarquia das fontes. Vigência da lei no tempo e no espaço. Lacunas e conflitos normativos. Lei de Introdução ao Código Civil (LICC). Direito e racionalidade – a questão da jurisprudência.

Competências

-Analisar e estabelecer as relações entre os fundamentos e princípios gerais do Direito.

- Analisar aspectos da evolução histórica do Direito no decorrer de sua existência.
- Analisar normas disciplinadoras do funcionamento de instituições judiciárias e jurídicas

Habilidades

- Identificar os objetivos do Direito.
- Identificar e interpretar as ciências jurídicas.
- Pesquisar as fontes do Direito em revistas, livros, jurisprudências e outros que possam desenvolver novas teses em matérias jurídicas.
- Pesquisar a evolução histórica do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, N. **Teoria da Norma Jurídica**. 5. ed. Bauru: Edipro, 2012.

FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Introdução ao Estudo do Direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTORO FILHO, A. F. **Introdução à Ciência do Direito**. 27. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARNELUTTI, F. **Arte do Direito**. Campinas: Edicamp, 2002.

DINIZ, M. H. **As Lacunas no Direito**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

IHERING, R. V. **A Luta pelo Direito**. 4. ed. São Paulo: RT, 2004. **(Virtual)**

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAXIMINIANO, C. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. **(Virtual)**

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO

Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. As Sociedades Políticas. Origem e Evolução do Estado. Estado Moderno. Elementos do Estado. Formas de Estado e de Governo. Soberania. Território. Povo. Finalidades e Função do Estado. Conceito de Estado. Personalidade Jurídica do Estado. Formas de Estado e de Governo. Estado e Democracia. Democracias Direta, Semidireta e Representativa. Democracia e Formas de Governo. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Formação do Estado Brasileiro.

Competências

- Reconhecer a importância da Ciência Política e do Estado; interpretar as categorias a ciência política e do Estado; dominar os métodos da ciência política.

Utilizar racionalmente as categorias da ciência políticas e do Estado; relacionais os conceitos políticos com as situações práticas.

- Compreender o caminho histórico percorrido pela política no país e no mundo;
- Apreender o local e o global quanto aos conceitos e práticas relacionados à política e à Ciência Política.

Habilidades

- Adquirir capacidade de reflexão sobre a política como ciência e como realidade social;
- Compreender a constituição das relações de poder na sociedade;
- Conhecer os principais conceitos relacionados à disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DE CICCIO, C. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MALUF, S. **Teoria Geral do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAQUIAVEL, N. **Príncipe, O**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FRIEDE, R. **Lições Esquematizadas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 4. ed. Editora Freitas Bastos, 2017.

PAULA, J. L. M. de. **Ciência Política - Estado & Justiça**. Editora J. H. Mizuno, 2007.

ALARCÓN, P. de J. L. **Ciência Política, Estado e Direito Público**. 3. ed. São Paulo: Verbatim, 2017.

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Introdução. A Economia como Ciência Social. Os Sistemas Econômicos: Formação e Evolução. O Liberalismo Econômico e a Fase Mercantilista. Política Econômica e seus

Instrumentos. Direito Econômico. Micro e Macroeconomia. A Combinação dos Fatores de Produção. Categorias Econômicas: Renda, Lucro, Juros e Salário. Economia Monetária. A Teoria do Valor. Concorrência, Formação de Preços e Mercado. Atividade Financeira do Estado. Globalização e a Ordem Econômica Internacional. Desenvolvimento Econômico.

Competências

- Compreender os conceitos básicos da ciência econômica para posterior aplicação de conhecimento teórico e variáveis econômicas em diversas áreas do conhecimento;
- Capacidade de analisar criticamente o cenário econômico e suas influências no contexto das organizações empresariais e em realidades sociais.

Habilidades

- Reconhecer a trajetória da evolução do pensamento econômico
- Caracterizar o funcionamento do mercado
- Examinar conjuntura e estrutura econômica
- Integrar e propor trabalhos que vinculem a ciência econômica com outras áreas de conhecimento;
- Interpretar o cenário econômico e seus impactos no nível micro e macroeconômico nas empresas e na sociedade em geral

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROSSETI, J. P. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2001.

VICECONTI, P. E. V. ; NEVES, S. das. **Introdução à Economia**. 10. ed. São Paulo: Frase, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARIA, J. E. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

GREMAUD, A. P., VASCONCELOS, M. A. A. de & TOLEDO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTORO FILHO, A. F; et al. (org). **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva 1998.

SOARES, F. A. R. **Economia brasileira: da primeira república ao governo Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ALMEIDA, L. C. B. de. **Introdução ao direito econômico: direito da economia, economia do direito, direito econômico, law and economics, análise econômica do direito, direito econômico internacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO

A sociedade capitalista e suas transformações. Estado e sociedade civil na sociedade contemporânea. Sociedade e organizações no século XX. Fundamentos sociológicos; as organizações como instituições sociais, as classes sociais; a mobilidade social; modernização na Sociologia Clássica; teoria da ação social. Abordagem da Sociologia do Trabalho; relações sociais e relações de trabalho; a organização do processo de trabalho e as relações de trabalho. Crises Sociais e Multiculturalismo. Perspectivas Antropológicas. As relações sociais contemporâneas. Relações Sociais e Étnicas. História e Cultura Afro-brasileiras: as relações de poder.

Competências

Compreender as concepções de sociedade em sua multidimensionalidade: humana, técnica e político-social.

Habilidades

- Argumentar com coerência a partir do uso de fatos reais;
- Ler, interpretar e produzir textos e discursos;
- Aplicar o conteúdo trabalhado no exercício das atividades profissionais;
- Estabelecer relações entre fatos históricos e acontecimentos contemporâneos;
- Refletir sobre a identidade humana em um contexto de crescente transformação social;
- Identificar os fatores históricos e culturais que permeiam as questões relativas à diversidade dos grupos sociais;
- Refletir sobre a dinâmica da sociedade da informação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à Diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de Preconceito e de Discriminação**, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBOSA, Wilson Do Nascimento. **Cultura negra e dominação**. Porto Alegre: Unisinos, 2002.

MINHOTO, A. C. B. **Constituição, Minorias e Inclusão Social**. São Paulo: Rideel, 2009.

REZK, A. **A Revolução do Homem: Uma Introdução**. São Paulo: Textonovo, 2002.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: EDIPURS, 2011.

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Produção textual e prática social discursiva (recepção e produção). Aspectos teóricos, finalidades e formas de utilização das tecnologias da informação e da comunicação. Fatores de textualidade que organizam as informações e construção de textos dissertativos e argumentativos. Impactos das ferramentas da tecnologia da informação na sociedade contemporânea e desafio de integração de sistemas e aplicações voltadas à gestão de conhecimento. As tecnologias da informação e da comunicação e suas relações com a atuação profissional.

Competências:

Estudar a língua em suas manifestações orais e escritas, e nas dimensões receptivas e produtivas;

Usar em diferentes contextos ou situações, com vários interlocutores ou públicos;

Identificar como meio de organização cognitiva da realidade, constituição de significados e realização de práticas;

Analisar a utilização das tecnologias da informação e comunicação;

Habilidades:

Conceituar linguagem, língua e fala;

Diferenciar as variedades linguísticas e os níveis de linguagem a partir de situações concretas da cultura local;

Distinguir fala e escrita de forma a destacar aspectos estilísticos e discursivos da escrita;

Apresentar-se oralmente com desenvoltura e de maneira adequada à circunstância de fala;

Reconhecer as mudanças que ocorreram na última reforma ortográfica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRYSTAL, David. *Pequeno tratado sobre a linguagem humana*. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERRO, J. *Produção textual*. São Pulo: Contentus, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17 ed. Ática, 2007.

MORAES, E. V. de. *Processos de Revisão Textual*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

LEGROSKI, A. C. *Leitura e sociedade*. São Pulo: Contentus, 2020.

SQUARISI, D; SALVADOR, A. *A Arte de Escrever Bem: Um Guia para Jornalistas e Profissionais do Texto*. São Paulo: Contexto, 2020.

PROJETO DE EXTENSÃO I: IDENTIDADE, CRIATIVIDADE E CONHECIMENTO.

Conceitua, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes à Universidade e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à pesquisa.

Competências

- Compreender e elaborar argumentos lógicos;
- Refletir sobre a pesquisa científica e as possibilidades da construção de novos saberes;
- Identificar as fontes de pesquisa e refletir sobre a confiabilidade e formas de utilização apropriadas dessas fontes;

- Produzir trabalhos científicos, utilizando os conhecimentos e saberes aprendidos na disciplina;
- Relacionar-se de forma ética com os grupos, respeitando as diferenças individuais.

Habilidades

- Argumentar de forma crítica, com precisão e objetividade;
- Compreender e aplicar os diversos métodos e técnicas da pesquisa científica;
- Identificar as fontes de pesquisa e utilizá-las, conforme o trabalho a ser desenvolvido; Compreender e utilizar técnicas de estudo;
- Elaborar trabalhos científicos conforme os métodos e técnicas da pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à Diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. SÃO PAULO: ATLAS, 2006. 175P.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MINHOTO, A. C. B. **Constituição, Minorias e Inclusão Social**. São Paulo: Rideel, 2009.

REZK, A. **A Revolução do Homem: Uma Introdução**. São Paulo: Textonovo, 2002.

SILVA, M.S., VASCONCELOS, S.D. **Extensão Universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco**. Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, nº 33, jan-abr 2006. p. 119-35. 19.

SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p. 20.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3ª Ed. São Paulo: Edit. Polis, 1982. 270p.

2ª PERÍODO

DIREITO CONSTITUCIONAL I

Constitucionalismo. Constituição: Conceito e Posição no Quadro Geral do Direito. Sentido Formal e Material. Estrutura. Classificação das Constituições. Histórico das Constituições Brasileiras. Poder Constituinte. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das Normas

Constitucionais. Controle de Constitucionalidade: origem, sistemas, espécies e efeitos. O Estado e seus tipos. Estrutura federal do Estado brasileiro. Distribuição de Competências. União. Estado-Membro. Distrito Federal. Município. Intervenção Federal e Estadual. Formas, sistemas e regimes políticos. Democracia.

Habilidades:

- Domínio da terminologia própria do Direito Constitucional; - Compreensão do significado e da importância das normas constitucionais como fonte informadora de princípios e valores para todo o ordenamento jurídico; - Entendimento das técnicas de interpretação e aplicação das normas constitucionais; - Conhecimento aprofundado dos princípios e direitos fundamentais previstos em nossa Constituição. - Compreensão de toda a estrutura de organização política do Estado brasileiro: a composição e o funcionamento dos poderes estatais, a organização e o papel das funções essenciais à justiça, além da divisão de competências entre os entes da federação e noções gerais da atuação estatal nas ordens econômica e social.

Competências:

Capacitar o aluno para uma visão mais abrangente do ordenamento jurídico, a partir das normas e princípios constitucionais, fazendo com que estejam preparados para desempenhar os papéis de operadores do direito mais comprometidos com os valores e objetivos estabelecidos em nossa Constituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PALU, O. L. **Controle de Constitucionalidade: conceitos, sistemas e efeitos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2001.

BARROSO, L. R. **Interpretação e Aplicação da Constituição: Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, K. G. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição: Direito Constitucional Positivo**. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

TEMER, M. **Elementos de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDES, G. F. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional**. 4. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2012.

FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

Filosofia, elementos e características: unidade, universalidade e exigência crítica. História da Filosofia Geral e da Filosofia do Direito. As Escolas Filosóficas. Conceito e Funções. Relações Entre a Filosofia do Direito e Disciplinas Afins. Metodologia da Filosofia Jurídica. Fundamento Racional do Direito. Filosofia do Direito: Tendências Atuais.

Competências

- Ter capacidade de compreensão a respeito do processo histórico da filosofia e sua influência no Direito.
- Ter conhecimento sobre a evolução do pensamento filosófico e científico no tempo e no espaço.
- Conseguir identificar os principais pensadores e pensamentos filosóficos, no sentido de compreender historicamente a Filosofia do Direito.

Habilidades

- Gerar visão introdutória geral a respeito da filosofia.
- Conhecer os principais pensadores e correntes filosóficas desde a antiguidade até a época contemporânea.
- Compreender as contribuições dos pensamentos e pensadores para a realidade objetiva. - Perceber a importância da reflexão filosófica para a prática do Direito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, E. C. B. & ALMEIDA, G. A. de. **Curso de Filosofia do Direito**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NAGEL, T. **Uma Breve Introdução à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SCHNAID, D. **Filosofia do direito e interpretação**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADOMEIT, K. **Filosofia do Direito e do Estado**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2001.

COMPARATO, F. K. **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PAVANI, J. **Platão e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROTTERDAM, E de. **Elogio da Loucura**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DIREITO CIVIL I

Princípios fundamentais: o Direito Civil; fontes de direito; interpretação e integração da norma jurídica; relação jurídica e direitos subjetivos. Conflitos de leis no tempo (Direito Intertemporal) e no espaço (Direito Internacional Privado). Sujeitos de direitos: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade; incapacidades; emancipação; domicílio e residência; morte e ausência; registro civil de pessoas naturais. Direitos da Personalidade. Pessoas jurídicas: natureza; classificação; limites da personalidade jurídica e desconsideração desta; registro civil de pessoas jurídicas. Dos Bens e sua Classificação.

Competências

Proporcionar ao discente o conhecimento dos aspectos gerais do direito civil e sua aplicabilidade na sociedade. Formar o conhecimento dos acadêmicos sobre os institutos iniciais do direito, proporcionando a devida base para o aprendizado global do direito civil.

Habilidades

- Conhecer os princípios gerais e as fontes do direito civil;
- Reconhecer os institutos que envolvem as pessoas (naturais ou jurídicas), em especial quanto a formação da personalidade, domicílio e bens;
- Identificar e diferenciar os diversos fatos e atos jurídicos, do seu surgimento à sua extinção.
- Analisar a relevância do tema para as relações sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA, R. B. T. da. & FIUZA, R. **Código Civil Comentado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RODRIGUES, S. **Direito Civil**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOTUFO, R. **Direito Civil Comentado**. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral**. 16. ed. Editora Saraiva, 2018. v. 1.

CASSETTARI, C. **Elementos de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SCHREIBER, A. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

PSICOLOGIA JURÍDICA

Conceituação da Personalidade. Fatores Orgânicos e Psicológicos Determinantes da Personalidade. Temperamento e Caráter. Argumentação. Persuasão. Raciocínio Crítico. Formação do Convencimento. Percepção e Memória do Testemunho. Confissão. Simulação e Dissimulação. Exame da Personalidade.

Competências

Estabelecer a interface entre as ciências jurídicas e a ciência psicológica. Sistematizar as informações e os conhecimentos que norteiam a atividade de duas grandes áreas do conhecimento humano. Delinear os aspectos psicológicos da decisão judicial.

Habilidades

Interligar conhecimentos e propor conexões entre Direito e Psicologia. Organizar elementos para a prática da Psicologia no contexto jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DONALDSON, M. **A Mente Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PAIM, I. **Curso de Psicopatologia**. 11. ed. São Paulo: EPU, 2006.

FIGLIOLI, J. O. **Psicologia jurídica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAÍLLO, A. S. **Introdução a Criminologia**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2007.

AUSTIN, J. L. **Sentido e Percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FEIST, J. **Teorias da Personalidade**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 36. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

SCHULTZ, D. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cengage learning, 2009.

SOCIOLOGIA JURÍDICA

Sociologia Jurídica. Contexto Histórico da Sociologia Jurídica. Fato Social. Contrato Social. Sociologia Jurídica como Ciência. Quadros Teóricos Referenciais para o Estudo da Relação Direito/Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Abordagem Marxista do Direito. Abordagem de Émile Durkheim. Abordagem Weberiana. Sociologia Jurídica e História: As Crises Contemporâneas do Direito.

Competências

Compreender a complexidade dos fenômenos sociais, a importância da contextualização de cada fato e a diversidade humana.

Habilidades

Identificar conceitos referentes ao conhecimento Antropológico e Sociológico e poder utilizá-los como base para uma ação fundamentada em uma reflexão crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, C. A. P. **Sociologia aplicada ao direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCURO NETTO, P. **Sociologia Geral e Jurídica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEMOS FILHO, A.; BARSALINI, G; VEDOVATO, L. R, P. **Sociologia Geral e Jurídica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DURKHEIM, E. **O Suicídio**: Estudo de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

- BOBBIO, N. **O Positivismo Jurídico**: Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1995.
- FERNANDES, F. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2000.
- LYRA FILHO, R. **O que é Direito?** São Paulo: Brasiliense, 2012.
- REBOUÇAS, F. de P. S. **Fim de Século e Justiça**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO - METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

A Pesquisa Jurídica: Conceito, Classificação e Métodos. As Etapas da Pesquisa: Levantamento de Dados, Registro de Informações e Redação do Relatório. O Trabalho Monográfico e Suas Especificidades. A Elaboração de um Projeto de Pesquisa: Estrutura e Conteúdo. Recursos Técnico-Linguísticos. Normas Técnicas.

Competências:

- Capacidade para compreender textos por meio dos diferentes tipos de leitura.
- Capacidade para identificar as habilidades e atitudes requeridas pelo mercado em relação ao administrador pesquisador.
- Capacidade para identificar e diferenciar as características que embasam as diferentes etapas do projeto de pesquisa empresarial aplicada junto às organizações sociais organizadas e semi-organizadas.
- Capacidade para identificar e diferenciar as características que embasam os diferentes tipos de trabalhos acadêmicos e empresariais.
- Capacidade para utilizar forma adequada as Normas da ABNT em relação a citações, referências, apresentação gráfica.

Habilidades:

- Reconhecer a importância da produção científica na área do curso de administração;
- Reconhecer os métodos, técnicas e instrumentos utilizados na pesquisa científica;
- Saber utilizar e aplicar as normas técnicas utilizadas na pesquisa científica;
- Saber utilizar e aplicar as normas técnicas utilizadas no processo de organização e comunicação do conhecimento científico;
- Reconhecer a estrutura de projetos de pesquisa e artigos científicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ECO, U. **Como se Faz Uma Tese**. 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

NUNES, L. A. R. **Manual da Monografia Jurídica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, J. B. **Metodologia Científica na pesquisa jurídica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTAR, J. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PROJETO DE EXTENSÃO II: IDENTIDADE, CRIATIVIDADE E CONHECIMENTO.

Conceitua, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes à Universidade e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à pesquisa.

Competências

- Compreender e elaborar argumentos lógicos;
- Refletir sobre a pesquisa científica e as possibilidades da construção de novos saberes;
- Identificar as fontes de pesquisa e refletir sobre a confiabilidade e formas de utilização apropriadas dessas fontes;
- Produzir trabalhos científicos, utilizando os conhecimentos e saberes aprendidos na disciplina;
- Relacionar-se de forma ética com os grupos, respeitando as diferenças individuais.

Habilidades

- Argumentar de forma crítica, com precisão e objetividade;
- Compreender e aplicar os diversos métodos e técnicas da pesquisa científica;
- Identificar as fontes de pesquisa e utilizá-las, conforme o trabalho a ser desenvolvido;

Compreender e utilizar técnicas de estudo;

- Elaborar trabalhos científicos conforme os métodos e técnicas da pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à Diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. SÃO PAULO: ATLAS, 2006. 175P.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MINHOTO, A. C. B. **Constituição, Minorias e Inclusão Social**. São Paulo: Rideel, 2009.

REZK, A. **A Revolução do Homem: Uma Introdução**. São Paulo: Textonovo, 2002.

SILVA, M.S., VASCONCELOS, S.D. **Extensão Universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco**. Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, nº 33, jan-abr 2006. p. 119-35. 19.

SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p. 20.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3ª Ed. São Paulo: Edit. Polis, 1982. 270p.

3º PERÍODO

DIREITO CONSTITUCIONAL II

Direitos Políticos. Direito de nacionalidade. Separação de poderes e mecanismo de freios e contrapesos. Poder Legislativo. Senado Federal e Câmara dos Deputados. Mandato Parlamentar. Processo Legislativo. Orçamento. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Poder Executivo. Ministros de Estado. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Os sistemas de emergência. Ordem Econômica e Social.

Competências

Proporcionar ao aluno a análise da estrutura do direito do constitucional. Desenvolver e ampliar o conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho

profissional nas mais variadas áreas. Fazer o aluno entender, por meio do estudo dos diferentes institutos constitucional, as noções gerais dos institutos jurídicos e prepará-lo para se posicionar cientificamente diante dos acontecimentos envolvendo o Estado.

Habilidades

Tratar de questões do Direito Público atuais e relevantes para um eficiente planejamento e manejo nas relações profissionais, através do debate, fomentando soluções, visando conferir um enfoque bastante abrangente e integrado as principais áreas do direito Constitucional, enfatizando a importância do estudo do direito para a evolução do direito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAES, G. P. de. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo Atlas 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AGRA, Walber de Moura. **Manual de Direito Constitucional**. São Paulo: RT, 2002.

DANTAS, P. R. de F. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FACHIN, Z. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SLAIBI FILHO, N. **Direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DIREITO PENAL I

Conceituação e limites da atuação do Direito Penal, partindo-se de uma perspectiva histórica para situar o crime e a pena como entidades jurídicas no Estado Democrático de Direito. Suas relações com disciplinas correlatas, distinções. Fontes, métodos de interpretação e esfera de aplicabilidade. Concurso de normas. Crime: conceito, classificação, qualificação legal e doutrinária. Concurso de crimes. O crime continuado.

Competências

- Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do

direito penal e sua interdisciplinaridade.

- Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito Penal, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

- Compreender o contexto histórico e as causas da criminalidade em face de razões sociais e econômicas bem como o Direito de punir do Estado e a persecução criminal na aplicação da pena, de forma a tornar capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade, buscando a efetiva justiça e a preservação da dignidade humana, preconizando as garantias fundamentais insertas na Constituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO R. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 20. ed. Niteroi: Impetus. 2018. v. 1.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1.

PRADO, L. R. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUNGRIA, N. DOTTI, R. A. **Comentários ao Código Penal: Tomo I**. 6. ed. 2017. Gz Editora. 2017. v. 1.

MASSON, C. **Direito Penal: Parte Geral**. 12. ed. 2018. Editora Forense. v.1.

RANGEL, R. N. ROCCO, A. **Curso de Direito Penal: Parte Geral. Teoria Geral do Crime**. Curitiba: Editora Juruá. 2016. v. 1.

ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N. **Direito Penal Brasileiro I**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

FRANCO, A. S. et al. **Código Penal e sua Interpretação: Doutrina e Jurisprudência**. 8. ed. São Paulo: RT, 2007.

DIREITO CIVIL II

Fatos, Atos e Negócio Jurídico. Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos.

Fenômeno da Representação no Direito. Elementos do Negócio Jurídico. Planos da Existência, Da Validade e Eficácia. Interpretação dos Negócios Jurídicos. Defeitos dos Negócios Jurídicos. Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos. Invalidez dos Negócios Jurídicos. Atos Ilícitos. Prescrição e Decadência. Forma e Prova dos Negócios Jurídicos.

Competências

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito;

Habilidades

- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileira: Teoria Geral das Obrigações**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 2.

FIUZA, C. **Direito Civil: curso completo**. 16. ed. São Paulo: Del Rey, 2013.

VENOSA, S. de S. **Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, A. V. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos: curso de direito civil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TARTUCE, F. **Direito civil: Teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 3.

ASCENÇÃO, J. de O. **Direito Civil: Teoria Geral, Ações e Fatos Jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2 .

GAGLIANO, P. S. FILHO, R. P. **Manual De Direito Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral Das Obrigações**. 15. ed. 2018.
Editora Saraiva. v. 2.

DIREITO EMPRESARIAL I

Teoria Geral do Direito Empresarial: Surgimento do Comércio. Evolução Histórica do Comércio. Fontes do Direito Empresarial. O Direito Empresarial no Código Civil. Atos de Comércio. Do Comerciante. Capacidade Para Comerciar. A Empresa. Obrigações Profissionais do Comerciante. Fundo de Comércio. Registro do Comércio. Auxiliares do Comércio. Inscrição.

Competências

Capacidade de adoção de decisões levando em conta a legislação que rege a atividade realizada e conhecimento das implicações do Direito Empresarial e da Ciência Jurídica como um todo nas atividades empresariais.

Habilidades

- Tomar decisões de alto reflexo na esfera administrativa do negócio de acordo com as disposições permitidas pela legislação brasileira, especialmente das normas que regulamentam a atividade empresarial e comercial de nosso país;
- Tornar o aluno competente para desenvolver o alcance de resultados através do conhecimento teórico e prático adquirido.
- Conhecer o conjunto de normas que regulam a atividade empresarial e os institutos jurídicos afins.
- Identificar os princípios e regras inerentes ao Direito Empresarial, empresário e estabelecimento empresarial.
- Verificar a responsabilidade patrimonial pessoal dos sócios. Conceituar, diferenciar e relacionar os tipos de sociedades presentes no Código Civil e em legislações específicas.
- Compreender e identificar os diversos tipos de contratos mercantis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUNIOR A. M. **Curso De Direito Empresarial**. São Paulo: Malheiros, 2018. v. 1.

FRANCO, V. H. de M. **Direito Empresarial I**. 4. ed. São Paulo: Editora RT, 2012.
NEGRÃO R. **Manual De Direito Empresarial**. 8. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, G. A. S. **A Propriedade Empresarial: Um Estudo Transdisciplinar**. São Paulo: Editora QuartierLatin, 2008.

LENZA, P; CHAGAS, E. E. das. **Direito Empresarial Esquemático**. 4. ed. 2017. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAMEDE, G. **Direito Empresarial Brasileiro: Col. Empresa e Atuação Empresarial**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016. v. 1.

PATROCÍNIO, D. M. do. **Direito Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2017.

TOMAZETTE, M. **Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018. v. 1.

FUNDAMENTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E LEGAIS

Discutir aspectos históricos do processo político no Brasil dialogando com os conceitos de: "Estado, Poder, Força, Ética e Sociedade". Elencar elementos que contribua com a análise das políticas econômicas estabelecidas no Brasil e no mundo especificando os momentos de crise experiência dos pelo mundo capitalista. Dialogar com os conceitos de legalidade (lícitos e ilícitos).

Competências:

Conhecer os aspectos históricos do processo político no Brasil e as exigências do mercado econômico no Brasil e no mundo;

Estudar os conceitos e definições sobre os aspectos de legalidade da política econômica mundial;

Apresentar instrumentos que possibilitem o ingresso no mercado de trabalho;

Habilidades:

Discutir os processos político no Brasil e no mundo dialogando com os conceitos de Estado, Poder, Força, Ética e sociedade;

Analisar recursos que agreguem valor econômico social ao indivíduo;

Relacionar um conjunto características que permitem agregar valores pessoais e profissionais;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Constituição Da Republica Federativa Do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós –modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HUNT, E. K. **Historia do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. 7. reim. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOWER, N. G. B. **Instituições de direito público e privado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HUBBARD, R. G. **Introdução á economia**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

RIZZARDO, A. **Responsabilidade Civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LANZANA, A. E. T. **Economia Brasileira: da estabilização ao crescimento**. São Paulo: Atlas, 2017.

BRUSTEIN, I. **Economia de Empresas: gestão econômica de Negócios**. São Paulo: Atlas, 2011.

PROJETO DE EXTENSÃO III: COMUNICAÇÃO DIVERSIDADE E PENSAMENTO CRÍTICO.

Conceitua, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes à Universidade e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à pesquisa.

Competências

- Compreender e elaborar argumentos lógicos;
- Refletir sobre a pesquisa científica e as possibilidades da construção de novos saberes;
- Identificar as fontes de pesquisa e refletir sobre a confiabilidade e formas de utilização apropriadas dessas fontes;

- Produzir trabalhos científicos, utilizando os conhecimentos e saberes aprendidos na disciplina;
- Relacionar-se de forma ética com os grupos, respeitando as diferenças individuais.

Habilidades

- Argumentar de forma crítica, com precisão e objetividade;
- Compreender e aplicar os diversos métodos e técnicas da pesquisa científica;
- Identificar as fontes de pesquisa e utilizá-las, conforme o trabalho a ser desenvolvido; Compreender e utilizar técnicas de estudo;
- Elaborar trabalhos científicos conforme os métodos e técnicas da pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à Diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. SÃO PAULO: ATLAS, 2006. 175P.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MINHOTO, A. C. B. **Constituição, Minorias e Inclusão Social**. São Paulo: Rideel, 2009.

REZK, A. **A Revolução do Homem: Uma Introdução**. São Paulo: Textonovo, 2002.

SILVA, M.S., VASCONCELOS, S.D. **Extensão Universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco**. Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, n° 33, jan-abr 2006. p. 119-35. 19.

SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p. 20.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3ª Ed. São Paulo: Edit. Polis, 1982. 270p.

4ª PERÍODO

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Sociedade e Tutela Jurídica. O Processo e o Direito Processual. Princípios Gerais do Direito

Processual. Evolução Histórica. Norma Processual: Objeto e Natureza. Fontes da Norma Processual. Eficácia da Lei Processual no Espaço e no Tempo. Interpretação da Lei Processual. Trilogia Estrutural do Processo: Jurisdição, Ação, Processo. Jurisdição: Conceito, Princípios, Espécie e Limites. Organização Judiciária. Ação: Natureza Jurídica, Classificação. Exceção. Processo: Natureza Jurídica, Sujeitos. Processos de Conhecimento, de Execução e Cautelar. Sentença e Coisa Julgada.

Competências

Proporcionar ao aluno a análise dos institutos processuais existentes no Brasil. Desenvolver e ampliar o conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho profissional nas mais variadas áreas. Prepará-lo para se posicionar cientificamente diante dos acontecimentos jurídicos e sociais.

Habilidades

Tratar de questões do Direito Processual atuais e relevantes para um eficiente planejamento e manejo nas relações profissionais, através do debate, fomentando soluções, visando conferir um enfoque bastante abrangente e integrado as principais áreas do direito, enfatizando a importância do estudo para a evolução profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVIM, J. E. C. **Teoria Geral do Processo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CINTRA, A. C. A., DINAMARCO, C. R. & GRINOVER, A. P. **Teoria Geral do Processo**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

WAMBIER, L. R. **Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 8. ed. São Paulo: RT, 2006. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEDAQUE, J. R. S. **Direito e Processo: Influência do Direito Material Sobre o Processo**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARNEIRO, A. G. **Jurisdição e Competência: Exposição Didática: Área do Direito Processual Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COUTURE, E. J. **Interpretação das Leis Processuais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

DINAMARCO, C. R. **A Instrumentalidade do Processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
LEAL, R. P. **Teoria geral do processo: primeiros estudos**. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DIREITO CIVIL III

Introdução ao Direito das Obrigações. Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noções gerais, fontes, espécies e função. Estrutura da relação obrigacional. Modalidades das Obrigações. Garantia geral das obrigações. Efeitos das Obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Extinção da relação obrigacional sem pagamento. Conseqüências da inexecução das obrigações. Transmissão das obrigações. Liquidação das obrigações. Obrigação por declaração unilateral de vontades e obrigações por atos ilícitos.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do direito civil - Obrigações e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito Civil - Obrigações, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender as Obrigações em seu contexto social e econômico, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade.

Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, o contexto econômico e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, O. **Contratos**. 26 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil Brasileiro: contratos unilaterais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 3.

LOBO P. **Direito Civil: Contratos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MALTINTI, E. R. **Direito Civil: Contratos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva. 2010. Col. Estudos Direcionados v. 18.

NORRIS, R. **Direito Das Obrigações e Contratos**. São Paulo: Editora Gz, 2010.

ROSENVALD, N; CHAVES DE FARIAS, C. **Curso De Direito Civil: Contratos** . 8. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2018. v. 4.

USTÁRROZ, D. **Direito Dos Contratos Temas Atuais**. 2. ed. Porto Alegre: Libreria do Advogado, 2012.

DIREITO PENAL II

Estudo do crime e sua estrutura formal: tipicidade (teorias da ação, conduta e resultado), antijuridicidade (conceito, causas de justificação), culpabilidade (teorias). Concurso de pessoas. Sanção penal: conceito, espécies legais. Extinção de punibilidade.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do direito penal e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito Penal, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender o contexto histórico e as causas da criminalidade em face de razões sociais e econômicas bem como o Direito de Punir do Estado e a persecução criminal na aplicação da pena, de forma a tornar capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade, buscando a efetiva justiça e a preservação da dignidade humana, preconizando as garantias fundamentais insertas na Constituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, A. V. de. **Erro e Concurso de Pessoas no Direito Penal**. Curitiba: Juruá, 2010.

JESUS, D. e D. **Teoria do Fato do Concurso de Pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
COÊLHO, Y. **Curso de Direito Penal Didático**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROCHA, F. A. N. G. da. **Direito penal: crimes contra a pessoa**. São Paulo: Saraiva, 2013.
AMORIM, C. **A Reparação do Dano Decorrente do Crime**. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000.
BETTIOL, G. **O Problema Penal**. Campinas: LZN, 2003.
GARRAUD, R. **Compêndio de Direito Criminal**. Campinas: LZN, 2003. v. 1.
GRECO, A. O. P. **A Autocolocação da Vítima em Risco**. São Paulo: RT, 2004.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Definição de Direito Administrativo. Campo de Aplicação. Relação com os demais Ramos do Direito. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Administração Indireta.

Competências

Proporcionar ao aluno a análise da estrutura da administração pública. Desenvolver e ampliar o conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho profissional. Fazer o aluno entender, por meio do estudo dos diferentes institutos administrativos, as noções gerais dos institutos jurídicos e prepará-los para se posicionar cientificamente diante das mudanças jurídicas e sociais no âmbito da Administração Pública.

Habilidades

Tratar de questões de Direito Público atuais e relevantes para um eficiente planejamento e manejo nas relações profissionais, através do debate, fomentando soluções, visando conferir um enfoque bastante abrangente e integrado as principais áreas do direito público, enfatizando a importância do estudo do direito administrativo para a evolução da administração pública brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MEDAUAR, O. **Direito Administrativo Moderno**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MUKAI, Toshio. **Direito Administrativo Sistematizado**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, M. S. dos. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NOHARA, I. P. **Direito administrativo**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

BORGES, C. **Direito administrativo facilitado**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ARAS, J. **Direito administrativo**. 2. ed., rev. atual. São Paulo: MÉTODO, 2018.

PESTANA, M. **Direito administrativo brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIREITO EMPRESARIAL II

Sociedades Empresariais. Sociedades Comerciais reguladas pelo Código Civil: Da Sociedade em Comun. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Simples. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedade em Comandita Simples. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Sociedade em Comandita por Ações. Sociedade Cooperativa. Sociedades Coligadas. Órgãos Sociais. Exercício Social. Dissolução - Liquidação - Extinção.

Competências

Tendo em vista a importância do crédito para o desenvolvimento das atividades econômicas desenvolvidas por agentes privados, a disciplina objetiva fornecer ao discente, através do processo ensino-aprendizagem, os subsídios atinentes ao histórico, fundamentos e legislação referente ao Direito Cambiário. Teoria geral dos títulos de crédito, letras de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata comercial, títulos de crédito rural e outros títulos de créditos, tanto no que tange a dogmática jurídica, quanto em seu aspecto doutrinário e jurisprudencial, que em suas controvérsias, pautam as possibilidades jurídicas de cunho prático, aplicáveis a situações apresentadas na esfera jurisdicional. A disciplina abordará também o tema dos Direitos Fundamentais, ressaltando tanto a realização dos direitos do credor quanto do devedor.

Habilidades

Tornar o aluno habilitado a aplicar na prática profissional, o conhecimento teórico adquirido no curso, transformando os conhecimentos aprendidos em resultados práticos na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais; Desenvolver a habilidade empreendedora do profissional do Direito focada para o mundo dos negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, A. P. de. **Manual das Sociedades Comerciais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1.

COELHO, F. U. **Sociedade Limitada no Novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, M. H. **Lições de Direito Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ESTEVEZ, A. F; V. M. J. de F; RAMOS, R. E. **Contratos Empresariais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FRANCO, V. H. de M. **Direito Empresarial II**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JÚNIOR, S. S. **Direito Empresarial: Manual Teórico e Prático**. 2. ed. São Paulo: Del Rey, 2014.

MAMEDE, G. **Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societário: Sociedades Simples e Empresárias**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017. v. 2

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, ÉTICOS E RESPONSABILIDADE SOCIO- AMBIENTAL

Fundamentos filosóficos: o nascimento da filosofia. Razão, verdade, conhecimento, lógica, metafísica, ciência e o mundo da prática. Objeto da ética, valores morais, responsabilidade moral e liberdade, avaliação moral, juízos morais, doutrinas fundamentais, ética no Brasil. Ética profissional. Novas tendências no mundo globalizado. Responsabilidade Ambiental, A interação do homem com o meio, as relações entre preservação ambiental e o mundo capitalista. Componentes e indicadores da responsabilidade social-ambiental. Análise das condições ambientais da região e o uso da tecnologia.

Competências:

Fazer o discente aceder a uma competência discursivo filosófica;

Formular e propor soluções de problemas, nos diversos campos do conhecimento;
Identificar a Responsabilidade Ambiental, A interação do homem com o meio, as relações entre preservação ambiental e o mundo capitalista;

Desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio histórico política; analisar, interpretar o comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;

Habilidades:

Analisar as questões acerca do sentido e do significado da própria existência a ética e os valores morais;

Construir a integração necessária entre a Filosofia e a produção científica, artística, bem como o agir pessoal e político;

Relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa e o meio ambiente;

Cuidar do meio do meio ambiente para proteger a humanidade;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MATTAR NETO, J. A. **Filosofia e Ética na Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, C. A. **Aprendendo filosofia**. Campinas: Papyrus, 2010.

LEMOS, H. M. **Responsabilidade Socioambiental**. São Paulo: FGV, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONJOUR, L. **Filosofia: textos fundamentais comentados**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CAREL, H. **Filosofia Contemporânea em ação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão Socioambiental estratégica**. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

REALE, M. **Introdução À Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARSANO, P. R. **Ética Profissional**. São Paulo: Érica, 2014.

5º PERÍODO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Competência Cível. Ação Cível. Doutrinas e Conceitos Modernos de Ação. Elementos da Ação. Processo e Procedimento. Partes. Substituição Processual. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Denúnciação da Lide. Chamamento ao Processo. Nomeação à Autoria. Oposição. Assistência. Ministério Público. Juiz: Incompatibilidade.

Competências

Análise dos institutos processuais existentes no Brasil. Desenvolver e ampliar o conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho profissional nas mais variadas áreas. Desenvolver a capacidade de posicionamento científico diante dos acontecimentos jurídicos e sociais.

Habilidades

Aptidão para tratar de questões do Direito Processual Civil atuais e relevantes para um eficiente planejamento e manejo nas relações profissionais; Debater fomentando soluções, visando conferir um enfoque bastante abrangente e integrado as principais áreas do direito, enfatizando a importância do estudo do processo para a compreensão da atividade prática na área jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARINONI, L. G. Curso de Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 1.

NEGRÃO, T. Curso De Direito Processual Civil. 49. ed. São Paulo: Saraiva: 2018. v. 1.

BUENO, C. S. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, J. E. C. Elementos de Teoria Geral do Processo. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GONÇALVES, M. V. R. Novo curso de direito processual. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MEDINA, J. M. G. Curso de Direito Processual Civil Moderno. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

NERY JUNIOR, N.; NERY, R. M. A. Código de Processo Civil Comentado. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018

SANTOS, E.Fidelis. Curso de Direito Processual Civil. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Conceito. Denominação. Finalidade. Princípios. Jurisdição e Competência. A Ação Penal e sua Natureza Jurídica. Condições da Ação Penal e Condições de Procedibilidade. Elementos da Ação Penal. Ação Penal Pública, Condicionada, Privada e Subsidiária. O Inquérito Policial. O Recebimento da Denúncia e da Queixa. A Justa Causa. Obrigatoriedade da Ação Penal. Exceção. Garantias Constitucionais do Acusado. Prisão e Liberdade.

Competências

Compreensão e descoberta do mundo, através do domínio dos instrumentos do conhecimento para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar-se e viver dignamente. Inter-relacionar as múltiplas dimensões que compõem a Área de Ciências Sociais e Humanas Aplicadas, integrando ensino, pesquisa e extensão, objetivando a consistência teórica e, ao mesmo tempo, o sentido prático e profissionalizante no desenvolvimento de competências e habilidades aos acadêmicos. Manter um diálogo permanente com o meio social, econômico, político e profissional do contexto regional, nacional e internacional de modo a promover resultados em diversos âmbitos. Promover uma formação geral, profissional, interdisciplinar e humanística, que permita sólido conhecimento dos aportes teóricos e práticos, levando em consideração os aspectos geográficos, político-econômicos, culturais e cristãos, tendo como destaque a autonomia do acadêmico na construção de seu conhecimento, o que é indispensável para a formação de um profissional apto a atuar com qualidade nas atividades jurídicas, desenvolvendo aptidões e habilidades em observância aos ideais de justiça, despertando-lhe a capacidade de inserir-se nos processos de transformação da sociedade e de responder às prementes demandas sociais. Ciclo de Formação Geral: compreender o mundo e a sociedade e adquirir competências básicas relativas à comunicação e ao raciocínio lógico necessários à formação do cidadão e do profissional. Ciclo de Formação Básica Profissional: construir conhecimentos, exercitar habilidades e atitudes comuns à área geral do conhecimento. Ciclo de Formação Profissional: construir conhecimentos, exercitar habilidades e atitudes pertinentes ao profissional do Direito.

Habilidades

Fazer-Identidade Profissional - Aplicar a prática dos conhecimentos, atitudes e habilidades construídos no decorrer do curso. Conviver – Realidades Multiculturais - Exercer a cidadania

cultural pela reflexão crítico–social de sua contingencialidade, na convergência e na construção de políticas integrativas, de cidadania, responsabilidade e autonomia do viver em comunhão, respeito e solidariedade multiculturais. Elaboração de pensamentos autônomos e críticos, formulação dos próprios juízos de valor , enfrentando e tomando decisões diante das múltiplas situações da vida pessoal, profissional e social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MIRABETE, J. F. **Processo Penal. Parte Geral Arts. 1ª a 120 do CP**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Processo Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, R. de L. **Código De Processo Penal Comentado**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BONFIM, E. M. **Curso de Processo Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GRECO FILHO, V. **Manual de Processo Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JESUS, D. E. de. **Direito Penal**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HUNGRIA, N. **Comentário ao Código Penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 2016. v. 1.

DIREITO CIVIL IV

Concepção histórica dos contratos: do início dos tempos até os dias atuais. Visão estrutural do contrato. Princípios fundamentais do direito contratual. Função social do contrato. Formação do contrato. Forma, prova e interpretação dos contratos. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção do contrato. Contratos em espécie. Modalidades contratuais previstas no Código Civil. Contrato de Compra e venda. Compromisso de compra e venda. Clausulas especiais do contrato de compra e venda. Da retrovenda. Da venda a contento. Da preempção. Do pacto de melhor comprador. Do pacto comissório. Do contrato de Troca. Contrato de Doação. Do Contrato de locação. Do Contrato de Empréstimo. Contrato de prestação de serviços. Contrato de depósito. Do contrato de Mandato. Do contrato de seguro. Do contrato de

sociedade. Do contrato de Transporte. Da Transação. Do contrato de constituição de renda. Outras figurais contratuais previstas no Código Civil.

Competências

Proporcionar ao discente o conhecimento dos aspectos gerais dos contratos, seus princípios e aplicabilidade. Formar o conhecimento das várias espécies de contratos, bem como a diferenciação entre eles, capacitando-os para a identificação das características específicas dos contratos estudados, bem como a forma de utilização na vida prática-profissional.

Habilidades

- Conhecer os princípios gerais dos contratos;
- Reconhecer a formação e extinção dos contratos;
- Identificar e diferenciar as diversas espécies de contratos, conhecendo sua aplicabilidade e legislação específica;
- Analisar a relevância do tema para as relações sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 4.

GOMES, O. **Direito Reais**. 21. ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

PEREIRA, C. M. S. **Instituições de Direito Civil: direitos reais: posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição**. 21. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil esquematizado: contratos em espécie direito das coisas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2.

MONTEIRO, W. B. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas**. 44. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIZZARDO, A. **Direito das coisas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016

TARTUCE, F. **Manual de Direito Civil - Vol. Único**. 5. ed. São Paulo: Método, 2015.

VENOSA, S. de S. **Direitos Reais**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016. v. 4.

DIREITO PENAL III

Introdução à parte especial. Esboço de uma teoria geral da parte especial. Estudo das infrações penais em espécie, no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais. Crimes contra a pessoa, o patrimônio e a propriedade imaterial, compreendendo análise crítica do sistema vigente e perspectivas legislativas.

Competências

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

Habilidades

Desenvolver a capacidade interpretativa face ao estudo do Direito Penal e as garantias fundamentais preconizadas na Constituição, bem como o estudo do Direito Penal em relação as pessoas e o aprofundamento dos tipos penais e suas implicações tem por fim sua aplicação como forma de garantia da paz social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, F. Curso de Direito Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 20. ed. Niteroi: Impetus, 2018. v. 1.

MIRABETE, J F. **Manual de Direito Penal**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, C. R. **Tratado De Direito Penal: Parte Especial**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.2.

FRANCO, A. S. **Crimes Hediondos**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011.

FRAGOSO, H. C. **Lições de Direito Penal: Parte Especial**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

v. 1.

GONÇALVES, V. E. R. **Direito Penal**: Dos Crimes Contra a Pessoa. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTEIRO, A. L. **Crimes Hediondos**: Texto, Comentários e Aspectos Polêmicos. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Atos Administrativos e Poder Discricionário. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Poder de Polícia. Intervencionismo Estatal. Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada: Limitações Administrativas, Ocupação Temporária, Requisição Administrativa, Tombamento, Servidão Administrativa e Desapropriação. Domínio Público. Bens Públicos.

Competências

Proporcionar ao aluno a análise da estrutura da administração pública. Desenvolver e ampliar o conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho profissional. Fazer o aluno entender, por meio do estudo dos diferentes institutos administrativos, as noções gerais dos institutos jurídicos e prepará-los para se posicionar cientificamente diante das mudanças jurídicas e sociais.

Habilidades

Tratar de questões de Direito Público atuais e relevantes para um eficiente planejamento e manejo nas relações profissionais, através do debate, fomentando soluções, visando conferir um enfoque bastante abrangente e integrado as principais áreas do direito público, enfatizando a importância do estudo do direito administrativo para a evolução da administração pública brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLANCHET, L. A. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração Pública**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FIGUEIREDO, L. V. **Curso Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MARINELA, F. **Direito Administrativo**. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

PROJETO DE EXTENSÃO IV: ESTUDO DIRIGIDO.

Conceitua, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes à Universidade e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à pesquisa.

Competências

- Compreender e elaborar argumentos lógicos;
- Refletir sobre a pesquisa científica e as possibilidades da construção de novos saberes;
- Identificar as fontes de pesquisa e refletir sobre a confiabilidade e formas de utilização apropriadas dessas fontes;
- Produzir trabalhos científicos, utilizando os conhecimentos e saberes aprendidos na disciplina;
- Relacionar-se de forma ética com os grupos, respeitando as diferenças individuais.

Habilidades

- Argumentar de forma crítica, com precisão e objetividade;
- Compreender e aplicar os diversos métodos e técnicas da pesquisa científica;
- Identificar as fontes de pesquisa e utilizá-las, conforme o trabalho a ser desenvolvido;
- Compreender e utilizar técnicas de estudo;
- Elaborar trabalhos científicos conforme os métodos e técnicas da pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à Diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. SÃO PAULO: ATLAS, 2006. 175P.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MINHOTO, A. C. B. **Constituição, Minorias e Inclusão Social**. São Paulo: Rideel, 2009.

REZK, A. **A Revolução do Homem: Uma Introdução**. São Paulo: Textonovo, 2002.

SILVA, M.S., VASCONCELOS, S.D. **Extensão Universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco**. Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, n° 33, jan-abr 2006. p. 119-35. 19.

SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p. 20.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3ª Ed. São Paulo: Edit. Polis, 1982. 270p.

6º PERÍODO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Atos Processuais: Forma, Tempo e Lugar. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Petição Inicial: Requisitos, Indeferimento. Pedido, Cumulação de Pedidos. Citação. Intimação. Resposta do Réu. Recolhimento do Pedido. Revelia e Contumácia. Defesa e Exceções. Reconvenção. Declaração Incidente. Nulidades. Prazos Processuais. Audiência Preliminar. Tutela antecipada. Do Julgamento Conforme o Estado do Processo. Saneamento. Instrução da Causa. Despesas Processuais. Honorários de Advogado.

Competências

A jurisdição é uma das funções do Estado. Trata-se de encargo assumido pelo Estado de resolver os conflitos de interesses que lhes são devidamente apresentados. Nesse sentido, na esfera das relações privadas é necessário o egresso conhecer o módulo cognitivo do processo civil, em especial quanto ao procedimento comum.

As competências que a disciplina pretende desenvolver são:

- atuação técnico-jurídica em processos judiciais com a devida utilização de atos e procedimentos;
- estimular a pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;

O desenvolvimento das competências e habilidades previstas para disciplina contribuirá na formação do egresso na medida em que proporcionará aptidão dele para atuar nas diversas áreas do direito de forma competente tanto na advocacia, na magistratura, no Ministério Público, e nas empresas e entidades públicas e privadas, assumindo digna postura ética geral e profissional, humanista e política, condizente com seu papel de operador do Direito.

Habilidades

- Identificar o procedimento comum previstos no Código de Processo Civil.
- Explicar os atos processuais iniciais do autor e do juiz no procedimento comum previsto no Código de Processo Civil.
- Avaliar as inovações implementadas pelo Código de Processo Civil ao procedimento comum.
- Identificar as possíveis manifestações e posturas do réu no procedimento comum.
- Explicar os desdobramentos do procedimento comum e posturas do juiz após a manifestação ou ausência de manifestação do réu.
- Analisar o desenvolvimento do procedimento comum até o ponto de aptidão para o julgamento, com ou sem mérito, do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, P. M. **O novíssimo sistema recursal conforme o CPC/2015**. 3. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

OLIVEIRA, P. M. **Recurso extraordinário e o requisito da repercussão geral**. São Paulo: RT, 2013.

NEGRÃO, T. **Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor**. 49. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVEIRA, A. B. da. **Inovações No Processo Civil Brasileiro** : Comentários Tópicos ao Novo

Código de Processo Civil . 3. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

CAMARA, A. F. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1.

SANTOS, E. F. dos. **Manual de Direito Processual Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1.

THEODORO JÚNIOR. H. **Curso De Direito Processual Civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v.1.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Atos processuais. Vícios. Nulidades. Procedimento Comum no Processo Penal Condenatório. O Rito Sumário nas Contravenções. O Procedimento Especial do Júri. Pedido. Citação, Notificação, Intimação. A Defesa do Réu. As Exceções. Revelia. Prova. Das Provas em Espécie. Procedimento Penal. Processos em Espécie. Sentença. Recursos. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Revisão Criminal.

Competências

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

Habilidades

Aprender a aprender o acadêmico constituirá um planejamento do estudo, de forma a ter os resultados imediatos e mediatos em seu caminho do saber. Aprender a Fazer, com o conhecimento adquirido no que foi aprendido, ter discernimento para tomar as decisões mais eficazes e atuar de forma ética e profissional. Aprender a Ser o elo de ligação da estrutura Democrática, entre o cidadão e o governo, que detém a tutela de administração estatal, fazendo valer qualquer direito violado ou negligenciado. Aprender a Conviver com as mais

diversas formas de pensamento, sabendo ser fiel ao princípios do direito e fazer sua Identidade Profissional - Aplicar a prática dos conhecimentos, atitudes e habilidades construídos no decorrer do curso. Realidades Multiculturais - Exercer a cidadania cultural pela reflexão crítico social de sua contingencialidade, na convergência e na construção de políticas integrativas, de cidadania, responsabilidade e autonomia do viver em comunhão, respeito e solidariedade multiculturais. Elaboração de pensamentos autônomos e críticos, formulação dos próprios juízos de valor , enfrentando e tomando decisões diante das múltiplas situações da vida pessoal, profissional e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, J. C. G. X. de; NALINI, J. R. **Manual de Processo Penal**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Manual de Processo penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JESUS, Damásio E. de. **Código de Processo Penal Anotado**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JARDIM, A. S. **Direito Processual Penal: Estudos e Pareceres**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, E. P. de. **Curso de Processo Penal**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, A. A. **Curso de Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CARNELUTTI, F. **Lições Sobre o Processo Penal**. Campinas: Bookseller, 2004. v. 1.

DIREITO CIVIL V

Responsabilidade Civil: introdução, princípios gerais. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Lineamentos históricos. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Ato ilícito. Culpa. Dano. Nexo causal. Excludentes da responsabilidade. Caso fortuito e força maior. Estado de necessidade. Legítima defesa. Exercício Regular de Direito. Fato de terceiro. Cláusula limitativa de responsabilidade. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade pelo fato das coisas e pela guarda ou fato de animais. Responsabilidade profissional: médica e odontológica.

Responsabilidade civil nos transportes. Sentença criminal e responsabilidade civil. Responsabilidade civil por dano ambiental. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade Civil por Atos da Administração Pública. Outras modalidades de responsabilidade: dos advogados, dos bancos e demais instituições financeiras, dos notários, por furto em estabelecimentos comerciais e assemelhados, dos empreiteiros e construtores, dano informático, por demanda antecipada de dívida ou de dívida já paga, responsabilidade decorrente do rompimento do casamento e da união estável. Dano e reparação. Dano emergente e lucro cessante. Danos materiais e imateriais. Liquidação do dano. Indenizações: em caso de homicídio, na lesão corporal, dano estético na mulher viúva ou solteira. Legítima defesa do causador do dano. Indenização por usurpação e esbulho.

Competências

Problematizar as situações que envolvem a responsabilidade civil em seus mais diversos campos. Possibilitar ao aluno compreender os institutos jurídicos de direito civil de modo a desenvolver capacidade de raciocínio lógico acerca do tema da responsabilidade. Ensejar o pensamento reflexivo e interpretativo do direito em torno das decisões jurídicas e da variada doutrina nacional e estrangeira sobre a matéria de responsabilização civil em concordância com as demais disciplinas do próprio direito. Aplicar de forma prática os conhecimentos, atitudes e habilidades construídos no decorrer do curso procurando contribuir com a ciência do direito. Propiciar novos entendimentos jurídicos sobre a matéria despertando o alunado para conhecimentos pós-modernos de responsabilidade civil.

Habilidades

Identificar as situações que ensejam a responsabilização civil;

- Conhecer as normas e entendimento dos tribunais sobre a responsabilidade civil;
- Reconhecer as diversas formas de responsabilidade, sabendo diferenciá-las e aplicá-las ao caso concreto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, C. M. da S. **Instituições de direito civil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. IV

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo Curso de Direito Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIZZARDO, A. **Direito das coisas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2014. v.4.

FACHIN, L. E. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**: à luz do novo código civil brasileiro e da Constituição Federal. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FIGUEIREDO, R. L.; FIGUEIREDO, L. L. **Direito Civil** : Direitos Reais . Col. Sinopses Para Concursos . 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 12.

MATHIAS, M. L.C. **Direito Civil**: Direitos Reais. Col. Leituras Jurídicas Provas e Concursos. vol. 7. 4ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSENVALD, N; FARIAS, C. C. de. **Curso De Direito Civil** : Reais. 14. ed.Salvador: Juspodivm, 2018. v. 5.

DIREITO ELEITORAL

Direito eleitoral. Conceito. Relação com outras disciplinas. Panorama histórico. Fontes.. Democracia. Teorias e princípios. Desenho constitucional. Modelos de democracia. Representação. Modelos de mandato.. Direitos políticos. Sufrágio e elegibilidade. Inelegibilidades e incompatibilidades. Controle de legitimidade dos eleitores: inscrição eleitoral, domicílio eleitoral, transferência de domicílio; cancelamento e exclusão de eleitor; revisão do eleitorado.. Sistemas eleitorais. Princípio majoritário e princípio proporcional. Sistema distrital.. Sistemas de verificação de poderes. Justiça eleitoral brasileira. Organização e competência. Partidos políticos. Tratamento constitucional e legal. Princípios, garantias e vedações. Direito de antena e fundo partidário. Fidelidade partidária. Processo eleitoral: registro de candidatos, propaganda eleitoral, pesquisas, abusos, crimes eleitorais, captação ilícita de sufrágio. Controle da legitimidade das eleições: atos preparatórios; votação e apuração; totalização, recontagem de votos, totalização; impugnações e recursos.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do Direito Eleitoral e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito Eleitoral,

identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender o contexto histórico e razões sociais e econômicas, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade, e no processo de sufrágio e representação do povo, buscando a efetiva justiça e a preservação da dignidade humana, preconizando as garantias fundamentais insertas na Constituição.

Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, a dignidade humana e o respeito às normas constitucionais de pacificação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, E. de R. **Curso De Direito Eleitoral**. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

CANDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 16. ed. Bauru: Edipro, 2016.

RAMAYANA, M. **Direito Eleitoral** . 16. ed. Niteroi: Impetus, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

COSTA, A. S. da. **Instituições de Direito Eleitoral** .10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MULLER, F. **Quem É o Povo ?** : A Questão Fundamental Democracia. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DIREITO PENAL IV

Estudos das infrações penais em espécie contidas no Código Penal Brasileiro e Lei das Contravenções Penais. Crimes praticados contra a organização do trabalho, o sentimento religioso, o respeito aos mortos, os costumes, a família, a incolumidade pública, a paz pública,

a fé pública e a administração pública, compreendendo análise crítica do sistema vigente e perspectivas legislativas.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do direito penal e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito Penal, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender o contexto histórico e as causas da criminalidade em face de razões sociais e econômicas, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade, buscando a efetiva justiça e a preservação da dignidade humana, preconizando as garantias fundamentais insertas na Constituição.

Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, a dignidade humana e o respeito às normas constitucionais de pacificação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal** : Parte Geral. 20. ed. Niteroi: Impetus, 2018. v. 1

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITENCOURT, C. R. **Tratado De Direito Penal** : Parte Especial.17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.

FRANCO, A. S. **Crimes Hediondos**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FRAGOSO, H. C. **Lições de Direito Penal**: Parte Especial. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

v. 1.

GONÇALVES, V. E. R. **Direito Penal**: Dos Crimes Contra a Pessoa. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, C. D. M da. **Manual de Direito Penal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 2.

LIDERANÇA CRIATIVIDADE E EMPREENDERISMO

Liderança: conceitos perspectivas. As relações de poder no âmbito das organizações. Empreendedorismo: Principais conceitos e características empreendedores. A gestão empreendedora e suas implicações para as organizações. O papel e a importância do comportamento empreendedor nas organizações. O perfil dos profissionais empreendedores nas organizações. Processos grupais e coletivos, processos de autoconhecimento, autodesenvolvimento, criatividade, comunicação e liderança. Ética e Responsabilidade Social nas organizações. A busca de oportunidade dentro e fora do negócio. A iniciativa e tomada de decisão. A tomada de risco. A gestão empreendedora de pessoas nas organizações. A inovação e a tecnologia.

Competências:

Analisar cenários de mercado e as alternativas de produtos e serviços inovadores;
Perceber o contexto do negócio e as características competitivas do macro ambiente;
Projetar os recursos financeiros necessários para viabilizar o negócio;
Propor uma estrutura organizacional para sustentar as operações do negócio;
Monitorar o ambiente externo, mantendo a estratégia organizacional congruente para o desempenho organizacional;

Competências:

Analisar cenários de mercado e as alternativas de produtos e serviços inovadores;
Perceber o contexto do negócio e as características competitivas do macro ambiente;
Projetar os recursos financeiros necessários para viabilizar o negócio;
Propor uma estrutura organizacional para sustentar as operações do negócio;
Monitorar o ambiente externo, mantendo a estratégia organizacional congruente para o desempenho organizacional;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDI, L. A. **Manual de Empreendedorismo e Gestão**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DRUCKER, P. F.; **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. 2. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

FUNDAÇÃO Roberto Marinho. **Aprender a empreender**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fund. Roberto Marinho, 2003.

LEITE, M. **O Fenômeno do Empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROGERS, S. **Finanças e Estratégias de Negócios para Empreendedores**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

7º SEMESTRE

ATIVIDADE INTEGRADORA I

Trata-se de um trabalho que tem por objetivo maior, sanar possíveis deficiências dos alunos no que diz respeito aos conteúdos abordados nos semestres anteriores. Desse modo, o percurso da disciplina visa: Avaliação=>Diagnóstico=>Abordagem de conteúdos de menor aprendizado, sob um aspecto revisional.

Pré-Projeto, Seminários e Fichamento.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

DIREITO CIVIL - FAMÍLIA

Direito de Família: Características. A Família: Esboço Histórico e Situação Atual. Dimensão Constitucional. Casamento e União Estável. A Família Monoparental. Efeitos Jurídicos. Casamento. Impedimentos. Direitos e Deveres dos Cônjuges. Regime de Bens. Mudança do Regime. Doações antenupciais. Dissolução da Sociedade Conjugal e do Vínculo Matrimonial. Separação Judicial. Divórcio. Parentesco. Filiação. Reconhecimento de Filhos. Adoção. Poder Familiar. Tutela e Curatela. Alimentos. Ausência.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do direito da família e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito de Família, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender a Família em seu contexto social e econômico, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade.

Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, o contexto afetivo, econômico e social da família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, F.U. **Curso de Direito Civil** :Família e Sucessões. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 5.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Direito De Família. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 5.

FIÚZA, C. **Direito Civil**: Curso Completo. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAGLIANO, P. S. **Novo Curso De Direito Civil**: Direito de Família. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 6.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de Família. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 6.

TARTUCE, F. **Processo Civil Aplicado ao Direito de Família**: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TARTUCE, F. **Direito Civil**: Direito de Família. vol. 5. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MONTEIRO, W.de B. **Curso de Direito Civil**: Direito de Família. Vol. 2. 43 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Teoria Geral da Prova. Das Provas em Espécie. Da Audiência de Instrução e Julgamento. Sentença Civil. Coisa Julgada Civil. Limites Objetivos da Coisa Julgada. Limites Subjetivos da Coisa Julgada. Recursos. Recursos Cíveis em Espécie: Apelação, Agravo, Embargos Infringentes, Embargos de Declaração, Recurso Extraordinário, Recurso Especial, Embargos de Divergência, Recursos Inominados. Ações Autônomas de Impugnação: Ação Rescisória.

Competências

- Ao final do semestre, o acadêmico deverá estar preparado para dominar com competência os institutos processuais trabalhados na disciplina de Processo Civil III;
- Estabelecer o conhecimento da ciência processual, apresentando seus conceitos, instrumentalidade, tendências interpretativas e aplicativas à luz dos valores constitucionais e infraconstitucionais.

Habilidades

- descrever cada um dos institutos processuais trabalhados no semestre;
- interpretar com o domínio necessário os mecanismos jurídicos explorados no semestre para o exercício da cidadania em toda a sua plenitude;
- aplicar os institutos jurídicos na redação inicial de peças jurídicas;
- examinar com aptidão as normas jurídicas sobre os conteúdos da disciplina para o desenvolvimento das atividades junto ao NPJ no semestre seguinte;
- integrar os conteúdos abordados aos de outras disciplinas, como forma de interdisciplinaridade;
- Produzir textos argumentativos de assuntos atuais, como meio de propiciar subsídios para a escolha do tema do TC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, M. V. R. **Novo Curso de Direito processual Civil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 3.

WAMBIER, L. R. **Curso Avançado De Processo Civil**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. v. 2.

ZANETI JR., H.; DIDIER JR., F. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. v. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. F. **Novo curso de processo civil**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 2.

MEDINA, J.M. G.. **Curso de direito processual civil moderno**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MOREIRA, J.C. B. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

DONIZETTI, E. **Curso didático de direito processual civil**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, O. J. **Das Provas Efeitos da Sentenças Remessa Necessária**. Editora Vale Do Mogi, 2016.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

O Estado e sua atividade financeira. O Fenômeno Tributário. Atribuição de competência e distribuição de receita. O Sistema Tributário: Direito Tributário Constitucional. Tributo: conceito e espécies. Princípios constitucionais tributários. Limitações constitucionais à tributação. A Teoria da Relação Jurídica Tributária e do Crédito Tributário. A Administração Tributária.

Competências

Estabelecimento do ponto de contato entre a dogmática e a prática do Direito Tributário, visando desenvolver no estudante uma visão crítica e participativa na realidade jurídica, desenvolvimento de uma visão política integradora para a construção de uma cidadania ética, autônoma e solidária, possibilitando: a compreensão e a problematização da realidade social, a tomada de decisões para a solução de problemas e os conhecimentos científicos a serem aplicados dentro do atual sistema tributário.

Habilidades

- Conhecer os princípios tributários e imunidades.
- Identificar a extensão do termo tributo e suas espécies.
- Aplicar os conhecimentos na prática da relação jurídico-tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A. M. de. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

MARTINS, S. P. **Direito do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAZZA, R. A. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

CARVALHO, P. de B. **Curso de Direito Tributário**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. de B. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

SABBAG, E. **Manual De Direito Tributário**. 10. Ed. São Paulo, 2018.

DIREITO DO TRABALHO I

Teoria Geral do Direito do Trabalho: antecedentes históricos, conceito, fontes, princípios, interpretação e aplicação. Contrato de Trabalho. Sujeitos do Contrato de Trabalho: Empregado; Empregador. Obrigações pecuniárias: Remuneração e Salário. 13º salário. FGTS. Obrigações quanto às condições de trabalho: Jornada de Trabalho; Hora extra; Hora Noturna; Períodos de Descanso. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho. Aviso Prévio. Justa Causa. Cessação do contrato de trabalho.

Competências

Oferecer aos estudantes do curso de Direito, por meio da livre reflexão e crítica, subsídios teóricos a respeito do Direito do Trabalho, tendo em vista que esta disciplina lhe confere os caminhos necessários para o auto-aprendizado em que este é sujeito do processo, aprendendo a pesquisar e a sistematizar o conhecimento obtido, transformando em uma atuação comprometida com o desenvolvimento sustentável da região.

Habilidades

- Promover uma formação profissional interdisciplinar e humanística, que permita sólido conhecimento dos aportes teóricos e prático da disciplina, levando em consideração os aspectos geográficos, político-econômicos, construindo conhecimentos, exercitando habilidades e atitudes pertinentes ao operador do Direito;
- Habilitar o aluno a interpretar as leis do trabalho e a refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador, transformando os conhecimentos apreendidos em resultados práticos na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais;
- Firmar conceitos e discorrer com conteúdo e lógica sobre os princípios gerais e as normas a eles relacionadas de cada um dos itens do respectivo conteúdo, integrando o ensino com a pesquisa e extensão;
- Possibilitar ao educando formação crítica acerca dos institutos do direito material do trabalho, despertando-lhe a capacidade de inserir-se nos processos de transformação da sociedade;
- Conhecer cada um dos institutos trabalhistas estudados no semestre, dominando esses mecanismos para o exercício da cidadania em toda a sua plenitude;
- Desenvolver a capacidade de comunicar-se, fazer sínteses e elaborações teóricas, aliada à preparação para a prática profissional;
- Tornar o estudante competente para desenvolver suas atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica;
- Apropriar-se conceitualmente dos princípios, institutos e regras juslaborativas; para que decidida com maturidade o tema, para o desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso;
- Desenvolver postura ético-profissional adequada, superando da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas, integrando ambas em uma formação integral do estudante, para a defesa dos direitos e interesses que lhe forem confiados

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A. M. de. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

MARTINS, S. P. **Direito do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 41. ed. São Paulo: LTr, 2018.

LENZA, P. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5. Ed. São Paulo, 2018.

MARTINEZ, L. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SAAD, E. **CLT Comentada**. 50. ed. São Paulo: LTr, 2018.

LEITE, C. H. B. **Curso do Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2018.

DIREITO DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E DO IDOSO

Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito fundamental. Menoridade e responsabilidade penal. Política de atendimento. Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. Atos infracionais. Medidas socioeducativas. Justiça da infância e da juventude. Atuação do Ministério Público. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e prevenção especial. Adoção. Direito do Idoso. Idosos: conceito e especificidades. Os idosos e as normas internacionais. A Constituição e sua abordagem em relação ao Idoso. A Lei 8.842/94- Política Nacional do Idoso. O Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003: direitos fundamentais, medidas de proteção, políticas de atendimento, prioridade, crimes tipificados no Estatuto do Idoso, apuração judicial de irregularidades em entidades de atendimento e acesso à justiça. As ILPIs (abrigos para idosos) e RDC/ANVISA nº 283/2005.

Competências

Proporcionar ao discente o conhecimento dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, possibilitando a plena identificação destes como pessoas em formação, compreendendo a importância da legislação específica e demais ordenamentos jurídicos aplicáveis. Possibilitar a formação de um profissional apto a atuar como advogado, juiz, promotor, conselheiro tutelar e todos os demais operadores que atuam na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Fazer com que aluno possa refletir sobre o Estatuto da Criança, do Adolescente e do idoso verificando a aplicabilidade das normas discutidas e, principalmente, a pertinência destas na proteção integral da criança e do adolescente.

Habilidades

Identificar as principais legislações aplicáveis no sentido de promover o direito da criança, do adolescente e do idoso.

Conhecer os direitos e garantias fundamentais aplicáveis à criança, ao adolescente e ao idoso, bem como formas de sua efetivação.

Identificar todos os operadores que atuam na proteção do direito da criança, do adolescente e do idoso, tais como Juiz, Promotor de Justiça, Conselheiros Tutelares, entre outros.

Compreender os atos infracionais e suas consequências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CURY, M. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MACIEL, K. R. F. L. A. **Curso De Direito da Criança e do Adolescente**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA, R. S.; ROSATO, L. A.; LÉPORE, P. E. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/1990**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NEVES, G. B. **Eca - Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Editora Rideel, 2016.

RAMOS, P.P. de O. **O Poder Familiar e A Guarda Compartilhada: Novos Paradigmas do Direito de Família**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SEMIÃO, S. A. **Os Direitos do Nascituro**. Aspectos Cíveis, Criminais e do Biodireito. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

SILVA, A. M. M. **A Lei Sobre Guarda Compartilhada**. 4. ed. Leme: JH Mizuno, 2015.

TEIXEIRA, A. C. B. **Família, Guarda e Autoridade Parental**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - PRÁTICA JURÍDICA CIVIL.

Trabalhos Orientados de Prática Jurídica Civil Forense e não Forense. Noções sobre o Exercício Profissional dos Diversos Profissionais do Direito, na Área Específica. Elaboração de peças. Sob tutela de um professor orientador, o aluno aprenderá primeiramente as noções acerca do conceito e da perspectiva da atividade de Estágio Supervisionado. Após isso, o aluno deverá estabelecer um projeto de estágio a partir da escolha de um campo específico. Trata-se de uma atividade teórico-prática e ético-política de estágio supervisionado em estabelecimentos públicos e/ou, privados, a partir de convênios firmados e subsidiado pela Lei

11.788, de 25 de setembro de 2008 (e outras pertinentes a profissão), voltados para o campo do Direito.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

8º SEMESTRE

ATIVIDADE INTEGRADORA II

Trata-se de um trabalho que tem por objetivo maior, sanar possíveis deficiências dos alunos no que diz respeito aos conteúdos abordados nos semestres anteriores. Desse modo, o percurso da disciplina visa: Avaliação=>Diagnóstico=>Abordagem de conteúdos de menor aprendizado, sob um aspecto revisional.

Pré-Projeto, Seminários e Fichamento.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Processo Cautelar: Visão Geral. Medidas Cautelares em Espécie. Processo de Execução. Liquidação de Sentença. Ações de Execução em Espécie. Exceção de Pré-executividade e Embargos do Devedor. Remição. Suspensão e Extinção do Processo de Execução. Ação monitória.

Competências

- Ao final do semestre, o acadêmico deverá estar preparado para dominar com competência os institutos processuais trabalhados na disciplina de Processo Civil IV;
- Estabelecer o conhecimento da ciência processual, apresentando seus conceitos, instrumentalidade, tendências interpretativas e aplicativas à luz dos valores constitucionais e infraconstitucionais.

Habilidades

- descrever cada um dos institutos processuais trabalhados no semestre;
- interpretar com o domínio necessário os mecanismos jurídicos explorados no semestre para o exercício da cidadania em toda a sua plenitude;
- aplicar os institutos jurídicos na redação inicial de peças jurídicas;
- examinar com aptidão as normas jurídicas sobre os conteúdos da disciplina para o desenvolvimento das atividades junto ao escritório modelo (SAJULP) no semestre seguinte;
- integrar os conteúdos abordados aos de outras disciplinas, como forma de interdisciplinaridade;
- Produzir textos argumentativos de assuntos atuais, como meio de propiciar subsídios para a escolha do tema do TC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ARAUJO, F. C. de. **Processo Civil: Tomo III, Procedimentos especiais**. São Paulo: Malheiros, 2018.
- MARCATO, A. C. **Procedimentos Especiais**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MELO, N. D. de. **Lições de Processo Civil: Processo de execução e Procedimentos Especiais**. São Paulo: Rumo Legal, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARAÚJO, F. C. de. **Curso De Processo Civil: Procedimentos Especiais**. Tomo 3. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
- CAMARA, A. F. **O Novo Processo Civil Brasileiro**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- SILVEIRA, A. B. da. **Inovações No Processo Civil Brasileiro: Comentários Tópicos ao Novo Código de Processo Civil**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2017.
- MELO, N. D. de. **Lições de Processo Civil: Processo de Execução e Procedimentos Especiais**. Editora Rumo Legal. 2017. v. 2.
- SOARES, M. J. P. **Teoria Geral Dos Procedimentos Especiais** : Com Base No Novo CPC. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2017.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Noções Gerais do Direito Internacional Público e Privado; Evolução Histórica; Pessoas e Sujeitos do Direito Internacional Público de Privado; Fontes do Direito Internacional Público de Privado; Conflitos da Lei no tempo e no Espaço; Direitos e proteção da Pessoa humana; Chefe de Estado; Ministro das Relações Exteriores; Corpo Diplomático; O Estado em Direito Internacional; Nacionalidade; Estatuto do Estrangeiro; Comércio Exterior; Blocos econômicos.

Competências

Apresentar aos acadêmicos a noção sobre o direito internacional, sua relação com o direito constitucional e a importância da hermenêutica jurídica para a sua aplicação.

Diferenciar o direito internacional público do direito internacional privado.

Relacionar as disciplinas afins e desenvolver nos acadêmicos as possibilidades de suas compreensões conjuntas.

Habilidades

Conhecer o direito internacional público e reconhecê-lo como fundamento das relações internacionais;

Compreender como se celebram tratados internacionais;

Interpretar e aplicar normas internacionais, com condições de conhecer as regras que solucionam conflitos de fontes;

Compreender como se estruturam os organismos internacionais e suas finalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, H.; CASTELA, SILVA, P. B.; NASCIMENTO, G. E. do. **Manual de Direito Internacional Público**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DEL'OLMO, F.de S. **Direito Internacional Privado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, E. C. do. **Direito Internacional Privado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BRAGA, M. P. **Direito Internacional: Público e Privado**. Série Concursos Públicos. 2. ed. Rio

de Janeiro: Forense, 2010.

SARAIVA. **Legislação De Direito Internacional: Público E Privado.** Col. Saraiva De Legislação. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAIA, J. de M. **Economia Internacional e Comércio Exterior.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Estudo dos Impostos do Sistema Tributário Vigente: impostos federais, estaduais e municipais. Visão das Principais Taxas e Contribuições Especiais. Ilícito Tributário. Empréstimo Compulsório.

Competências

Conhecimento jurídico da finalidade do tributo e do Direito Tributário, especialmente para diferenciar o que é direito do Estado e o que é direito do contribuinte e o que deve prevalecer nessa relação.

Conhecimento técnico científico para possibilitar a compreensão e a problematização da realidade social, na tomada de decisões para a solução de problemas decorrentes da relação obrigacional tributária.

Habilidades

Construção de conhecimentos com autonomia, a formação de atitude investigativa, e juízos de valor. Aquisição de habilidades específicas a serem agregadas as já adquiridas durante o curso, ensejando um conhecimento mais detalhado do sistema Tributário Nacional e sua estruturação no campo dos impostos. Aquisição de habilidades para o trato do Direito Tributário e sua sistemática, envolvendo situações práticas da realidade processual como a ação administrativa e judicial da Fazenda Pública e a defesa do contribuinte, seja no cenário administrativo ou judicial. Ensejar ao aluno uma visão crítica e real do poder tributante do Estado, justiça tributária e Direitos Fundamentais do Contribuinte

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TORRES, H. T. Direito Constitucional Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

HARADA, K. Direito Financeiro e Tributário. 26. ed. São Paulo, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, P. de B. **Derivação e Positivação No Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Noeses, 2017. V. 2.

CARNEIRO, C. **Processo Tributário Administrativo E Judicial**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CONRADO, P. C. **Processo Tributário Analítico** . 2. ed. São Paulo: Noeses, 2016. V. 2.

SEGUNDO, H. de B. M. **Processo Tributário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACEDO, A.; PINTO, S. L. de M.; ARAÚJO, W. J. de. **Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais** .. São Paulo: QuarterLatin, 2012. V. 2.

DIREITO AGROAMBIENTAL

Ênfase na proteção do meio ambiente e nos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Principal legislação brasileira aplicável. Meios jurídicos de proteção ambiental. Aspectos jurídicos da proteção ao meio ambiente na esfera nacional. Direito Agrário: Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Reforma Agrária. Princípios Constitucionais. Legislação Nacional Específica. Tributação da Terra e sobre a Atividade Rural. Assistência Financeira e Creditícia. Estatuto da Terra.

Competências

Conhecimento do Direito Agroambiental, por meio da ética ambiental, da dogmática jurídica e da jurisprudência, com possibilidade de aplicação do seu conteúdo a casos práticos;

Conhecimento interdisciplinar do Direito Ambiental, permitindo sua identificação com seu contexto econômico e social;

Noção precisa da amplitude do Direito Ambiental conhecendo sua localização no ordenamento jurídico e sua interdisciplinariedade

Habilidades

Alternância de conhecimentos teóricos, com abordagens práticas, permitindo a segurança

necessária para resolver questões da vida cotidiana e garantir seu espaço no mundo do trabalho;

Constante utilização das leis ambientais, de modo a conhecer as mudanças introduzidas em nosso ordenamento,

Condições de estabelecer relações entre os conteúdos que integram a disciplina, permitindo a compreensão globalizada das relações ambientais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, P, A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MARQUES, B. F.; MARQUES, C. R. S.. **Direito Agrário Brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MUKAI, T. **Direito Ambiental Sistematizado**.10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, W. P. **Curso Direito Agrário**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. v. 1.

CASSETTARI,C.**Direito Agrário**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OPITZ ,S. C. B. **Curso Completo De Direito Agrário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FIORILLO, C. A. P. **Curso De Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SIRVINSKAS,L. P. **Manual De Direito Ambiental**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIREITO DO TRABALHO II

Conflitos trabalhistas: conceito, classificação e formas de composição. Contratos Coletivos de Trabalho. Direito coletivo do trabalho: conceito e divisão. Liberdade sindical e organização sindical. Política Salarial. Representação dos Trabalhadores nas Empresas. Convenções e Acordos Coletivos. Negociação coletiva. Convenções e acordos coletivos. Greve. Lockout. Direito Público do Trabalho.

Competências

Oferecer aos estudantes do curso de Direito, por meio da livre reflexão e crítica, subsídios teóricos a respeito do Direito do Trabalho, tendo em vista que esta disciplina lhe confere os caminhos necessários para o auto-aprendizado em que este é sujeito do processo,

aprendendo a pesquisar e a sistematizar o conhecimento obtido, transformando em uma atuação comprometida com o desenvolvimento sustentável da região.

Habilidades

Promover uma formação profissional interdisciplinar e humanística, que permita sólido conhecimento dos aportes teóricos e prático da disciplina, levando em consideração os aspectos geográficos, político-econômicos, construindo conhecimentos, exercitando habilidades e atitudes pertinentes ao operador do Direito;

- Habilitar o aluno a interpretar as leis do trabalho e a refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador, transformando os conhecimentos apreendidos em resultados práticos na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais;
- Firmar conceitos e discorrer com conteúdo e lógica sobre os princípios gerais e as normas a eles relacionadas de cada um dos itens do respectivo conteúdo, integrando o ensino com a pesquisa e extensão;
- Possibilitar ao educando formação crítica acerca dos institutos do direito material do trabalho, despertando-lhe a capacidade de inserir-se nos processos de transformação da sociedade;
- Conhecer cada um dos institutos trabalhistas estudados no semestre, dominando esses mecanismos para o exercício da cidadania em toda a sua plenitude;
- Desenvolver a capacidade de comunicar-se, fazer sínteses e elaborações teóricas, aliada à preparação para a prática profissional;
- Tornar o estudante competente para desenvolver suas atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica;
- Apropriar-se conceitualmente dos princípios, institutos e regras juslaborativas; para que decidida com maturidade o tema, para o desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso;
- Desenvolver postura ético-profissional adequada, superando da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas, integrando ambas em uma formação integral do estudante, para a defesa dos direitos e interesses que lhe forem confiados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao Direito do Trabalho**: De acordo com a Reforma trabalhista. 41. ed. São Paulo: LTr, 2018.

DIAS, R. R. **Direito do Trabalho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2017.

CASSAR, V. B. **Direito do Trabalho**: De acordo com a Reforma Trabalhista. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 5. ed. São Paulo, Saraiva, 2018.

CAIRO JÚNIOR, J. **Curso do Direito do Trabalho**: Direito Individual e coletivo do trabalho. 10.ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

SILVA, H. B. M. **Curso de Direito do Trabalho Aplicado: Direito Coletivo do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. V. 7.

GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PINHEIRO, I. et al (coord). **Reforma trabalhista e o Novo Direito do Trabalho**. Porto Alegre: Editora Verbo Juridico, 2017.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - PRÁTICA JURÍDICA PENAL

Trabalhos Simulados Orientados de Prática Jurídica Penal, Forense e não Forense. Noções sobre o Exercício Profissional dos Diversos Operadores Jurídicos, na Área Específica. Elaboração de peças. Sob tutela de um professor orientador, o aluno aprenderá primeiramente as noções acerca do conceito e da perspectiva da atividade de Estágio Supervisionado. Após isso, o aluno deverá estabelecer um projeto de estágio a partir da escolha de um campo específico. Trata-se de uma atividade teórico-prática e ético-política de estágio supervisionado em estabelecimentos públicos e/ou, privados, a partir de convênios firmados e subsidiado pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (e outras pertinentes a profissão), voltados para o campo do Direito.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

9º SEMESTRE

ATIVIDADE INTEGRADORA III

Trata-se de um trabalho que tem por objetivo maior, sanar possíveis deficiências dos alunos no que diz respeito aos conteúdos abordados nos semestres anteriores. Desse modo, o percurso da disciplina visa: Avaliação=>Diagnóstico=>Abordagem de conteúdos de menor

aprendizado, sob um aspecto revisional.

Pré-Projeto, Seminários e Fichamento.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Conceito de Direito Processual do Trabalho. Solução dos Conflitos Trabalhistas. Organização Judiciária da Justiça do Trabalho. Princípios Gerais do Processo do Trabalho. Atos, Termos e Prazos Processuais. Nulidades. Procedimentos dos Dissídios Individuais. Recursos. Execução Trabalhista.

Competências

Capacitar o acadêmico como profissional competente, capaz de atuar perante o Judiciário utilizando o Processo do Trabalho com desenvoltura em todas as situações práticas. Formar um profissional com capacidade de debater, pesquisar, ter raciocínio lógico, de fazer sínteses e elaborações teóricas, de articular conhecimentos em torno de campos de saber afins. Familiarizar o acadêmico com a legislação, manuseio de códigos, Constituição Federal e CLT, CPC como fonte subsidiária, nos assuntos pertinentes ao Processo do Trabalho. Estimulá-lo ao raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, argüir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. Aproximá-lo nos conceitos, vocabulário, procedimentos técnicos e jurídicos nos temas pertinentes à fase de sentença em matéria trabalhista, aproximando-o dos institutos, princípios, forma, prazos, pressupostos e efeitos do Processo Trabalhista.

Habilidades

Desenvolvimento da produção de conhecimento e a possibilidade de compreender a problematização da realidade social e a tomada de decisões para a solução de problemas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, V. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**: Legislação Complementar, Jurisprudência. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CISNEIROS, G. **Processo Do Trabalho Sintetizado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PÁDUA, , A. M. C de. **Novo Processo Do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS FILHO, I. G. da S. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINEZ, L. **Reforma Trabalhista: Entenda O Que Mudou. CLT Comparada E Comentada**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, S. P. **Comentários à CLT**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SARAIVA, R. **Curso de direito processual do trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2017.

JORGE NETO, F. F; CAVALCANTE, J. de Q. P. **Manual de Direito do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DIREITOS HUMANOS

Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.

Competências

Ao final do semestre, o acadêmico deverá estar preparado para dominar com competência os conteúdos trabalhados na disciplina de Direitos Humanos.

Habilidades

- Conhecer e descrever cada um dos temas trabalhados no semestre;
- interpretar com o domínio necessário os conteúdos explorados no semestre para o exercício da cidadania em toda a sua plenitude;
- aplicar os conteúdos da disciplina na vida acadêmica e na prática do exercício profissional;
- integrar os conteúdos abordados aos de outras disciplinas, como forma de interdisciplinaridade;
- Produzir textos argumentativos de assuntos atuais voltados à esfera dos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RAMOS, A. de C. **Curso de Direito Humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, W. **Direitos Fundamentais: Constituição e Tratados Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA NETO, M. J. **Curso de Direito Internacional**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FONSECA, C.; TERTO JÚNIOR, V. V; ALVES, C.F. **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: Diálogos Interdisciplinares**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

RAMOS, A. de C. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Método, 2014.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Seguridade Social. Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Da Organização da Seguridade Social. Das fontes e dos princípios da Seguridade Social. Regime Próprio de Previdência. Regime Geral de Previdência. Previdência Complementar. Segurados e Contribuintes. Planos de Benefícios da Previdência Social. Cumulação de benefícios e prescrição.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do Direito da Seguridade Social e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito da Seguridade Social, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender os institutos e os benefícios que compõem a Seguridade Social em seu contexto social e econômico, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade.

Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, o contexto afetivo, econômico e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, G. F. B. **Curso De Direito Da Seguridade Social**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, S. P. **Direito Da Seguridade Social**. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TAVARES, M. L. **Direito Previdenciário**. 16 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário**. 20. ed. Niterói: Impetus, 2015.

EDUARDO, Í. R. **Curso de Direito previdenciário: teoria, jurisprudência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LENZA, P.; SANTOS, M. F. dos. **Direito Previdenciário Esquematizado** – 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINEZ, W. N. **Curso de Direito Previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Visão contemporânea sobre os fundamentos da Inclusão e a ressignificação da Educação Especial na área da surdez. Cultura e Identidade Surda. Tecnologias na área da Surdez. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Critérios diferenciados da Língua Portuguesa para Surdos. Noções e aprendizado da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS aplicada em contextos.

Competências:

Conhecer e descrever os aspectos gerais da surdez, pressupostos filosóficos, sociais, educacionais e culturais da história dos surdos.

Conceituar os direitos legais da pessoa surda.

Capacidade de Identificar particularidades de uma comunidade minoritária com língua própria.

Estudar a gramática da Língua Brasileira de Sinais.

Desenvolver a comunicação básica através da LIBRAS.

Habilidades:

Discutir o desenvolvimento sócio histórico dos surdos e conquistas até a atualidade
Caracterizar causas de surdez, prevenções e níveis da deficiência;
Identificar a língua de sinais na construção do ser surdo, para sua acessibilidade na área cultural, social;
Estabelecer comunicação básica com pessoas surdas através da Língua Brasileira de Sinais;
Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto social e do trabalho;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, A. R. de. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. 3. ed. Brasília: SENAC, 2009.
SARNIK, M. V. T. *LIBRAS*. São Paulo: Contentus, 2020.
MELLO, C. de M. *Metodologias Ativas*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINTO, A. *A escola para todos e para cada um*. São Paulo :Summus, 2017.
RANGEL, Mary. *Métodos de Ensino para a Aprendizagem e a Dinamização das aulas*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2013.
BAGGIO, M. A. *Libras*. Curitiba: Intersaberes, 2019.
SANTANA, A. P. *Surdez e linguagem*. 5 ed. São Paulo: Summus, 2019.
BROGLIA, C. *LIBRAS: aspectos fundamentais*. Curitiba: Intersaberes, 2019.

DISCIPLINA ELETIVA I**ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA**

Trabalhos Orientados Prática Jurídica Trabalhista, Forense e não Forense. Noções sobre o Exercício Profissional nos Diversos Operadores Jurídicos, na Área Específica. Elaboração de peças. Sob tutela de um professor orientador, o aluno aprenderá primeiramente as noções acerca do conceito e da perspectiva da atividade de Estágio Supervisionado. Após isso, o aluno deverá estabelecer um projeto de estágio a partir da escolha de um campo específico. Trata-se de uma atividade teórico-prática e ético-política de estágio supervisionado em estabelecimentos públicos e/ou, privados, a partir de convênios firmados e subsidiado pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (e outras pertinentes a profissão), voltados para o campo

do Direito.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

10º PERÍODO

ATIVIDADE INTEGRADORA IV

Trata-se de um trabalho que tem por objetivo maior, sanar possíveis deficiências dos alunos no que diz respeito aos conteúdos abordados nos semestres anteriores. Desse modo, o percurso da disciplina visa: Avaliação=>Diagnóstico=>Abordagem de conteúdos de menor aprendizado, sob um aspecto revisional.

Pré-Projeto, Seminários e Fichamento.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

ÉTICA PROFISSIONAL DO DIREITO

Ética. Conceito e Classificação. Ética Geral. Moral e Direito. Normas Éticas e Normas Técnicas. Distinções Necessárias. A Ética e a Vida. A Ética e as Profissões Jurídicas. Deontologia Forense. Princípios Fundamentais. A Ética do Estudante de Direito. A Ética do Advogado. A Ética do membro do Ministério Público. A Ética do Policial e do Defensor Público. A Ética do Juiz. A Ética dos Auxiliares da Justiça. O Caminhar Ético.

Competências

- Ao final do semestre o acadêmico deverá estar preparado para dominar com competência os conteúdos trabalhados na disciplina de Ética Profissional.
- Estabelecer o conhecimento da ética profissional jurídica, apresentando seus conceitos, instrumentalidade, tendências interpretativas e aplicativas à luz dos valores constitucionais e infraconstitucionais.

Habilidades

- conhecer cada um dos institutos trabalhados no semestre;
- possuir domínio desses mecanismos para o exercício da cidadania em toda sua plenitude;
- conhecer os conceitos fundamentais da ética jurídica;

- compreensão da necessidade de aplicação do direito com ética e responsabilidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONZAGA, A. de A. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da OAB**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2017.

TRIGUEIROS, A. **Manual de Ética Profissional do Advogado**. 2. ed. São Paulo: Foco, 2018.

TRIGUEIROS, A. **Novo Código de Ética e Disciplina da OAB anotado e comparado**. 4. ed. São Paulo: Foco Jurídico, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova cultural, 2009.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

REALE, M.. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SOUTO, C. **Ciência e Ética no Direito** :Uma Alternativa de Modernidade. 2. ed. São Paulo: Sérgio Fabris, 2002.

TRIGUEIROS, A. **Manual de Ética Profissional do Advogado**. Col. Direito Sistematizado. São Paulo: Foco Jurídico, 2016.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Direito das Relações de Consumo. O Conceito Econômico de Consumo e sua Evolução. Legislação Brasileira Específica. Os Direitos das Relações de Consumo e sua Proteção. Consumidor. Fornecedor. Produto. Serviço. Política das Relações de Consumo. Princípio da Vulnerabilidade. Harmonização de Interesses. A Defesa Administrativa e Judicial das Relações de Consumo.

Competências

Utilizar de reflexão crítica na busca dos fundamentos e memorização dos conteúdos do direito do consumidor e sua interdisciplinaridade.

Desenvolver o raciocínio jurídico e os conhecimentos da disciplina de Direito do Consumidor, identificando a aplicação do seu conteúdo à realidade social, jurídica, política, econômica e ambiental.

Habilidades

Compreender o contexto histórico e as causas da criação do direito do consumidor em face de razões sociais e econômicas, capaz de operar o direito, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade, buscando a efetiva justiça e a preservação da dignidade humana, preconizando as garantias fundamentais insertas na Constituição.

Avaliar no caso concreto a aplicação dos valores e princípios gerais do direito, e os instrumentos jurídicos necessários, objetivando a justiça e a equidade, frente ao contexto e avanço da sociedade, bem como, a dignidade humana e o respeito às normas constitucionais de pacificação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, P.; BOLZAN, F. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUNES, R. **Curso de Direito do Consumidor**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARQUES, C. L. **Manual de Direito do Consumidor**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. B. de. **Manual de Direito do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

KHOURI, P. R. R. **Direito do Consumidor: Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LAGES, L. C. **Direito do Consumidor: A Lei, A Jurisprudência e o Cotidiano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MARQUES, C. L. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

RAGAZZI, J. L. **Código de Defesa do Consumidor Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. 2. ed. São Paulo: Verbatim, 2017.

DIREITO E COOPERATIVISMO

História do cooperativismo. Cooperativismo e associativismo. Cooperativismo e regime monetário. Cooperativismo e regime tributário. Cooperativismo e direito civil. Espécies de

cooperativas. Cooperativismo e terceirização. Cooperativismo e regime trabalhista. Responsabilidade do tomador de serviço cooperativado. Novos limites entre o público e o privado: redefinição de papéis entre os setores. Desafios e perspectivas de atuação das organizações do terceiro setor: especificidades da gestão de organização e do direito do terceiro setor. OSCIP – organizações da sociedade civil de interesse público: conceito e legislação. O impacto social do trabalho das ONGs. Políticas públicas, conselhos setoriais e legislação. Assistência social: conceito, políticas públicas X assistencialismo, LOAS – lei orgânica da assistência social. Elaboração e assistência jurídica na implementação de projetos sociais. Histórico dos movimentos sociais: político-partidários e sindicais. Novos movimentos sociais. Questões de gênero, ecológicas e étnicas. Constituição e cidadania. Operadores do direito e movimentos sociais. Participação dos movimentos sociais no processo de elaboração de políticas públicas. A gênese do terceiro setor. Terceiro Setor: ONGs e OSCIP's no Brasil e no mundo.

Competências

Capacidade para criar e atuar em organizações sem fins lucrativos promovendo condutas legais e formais nestas organizações de maneira que elas possam desenvolver-se de forma sustentável.

Demonstrar uma conscientização da importância da prática de ações de cidadania para o desenvolvimento da sociedade

Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão.

Habilidades

Aplicar uma metodologia sistematizada para gerenciar organizações não governamentais. Interpretar cenários, avaliar as situações mais críticas, buscar e aplicar recursos que possam abrir novas oportunidades para as pessoas mais necessitadas. Aferir resultados e impactos gerados pelas organizações não governamentais do terceiro setor.

Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da importância do Cooperativismo como

espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARVALHO, C. **Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor**. São Paulo: IOB, 2005.
- POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SABO PAES, J. E. **Fundações e Entidades de Interesse Social**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALMEIDA, M. E. M. PEAKE, R.. **Cooperativas à Luz do Código Civil**. São Paulo: QuartierLatin, 2006.
- BECHO, R. L. **Tributação das Cooperativas**. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2005.
- DINIZ, G. S. **Direito das Fundações Privadas**. Porto Alegre: Síntese, 2003.
- MÂNICA, F. B. **Terceiro Setor e Imunidade Tributária**. São Paulo: Fórum, 2005.
- MARTINS, S. P. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 6. ed. 2015.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA

Conhecimento e níveis de conhecimento. Ciência e Método. Métodos Científicos e técnicas de pesquisa. Pesquisa Teórica e suas modalidades. Pesquisa de Campo e suas modalidades. Projeto de pesquisa. A disciplina trata ainda da elaboração da redação final da monografia para conclusão do curso e da preparação do acadêmico concluinte para a defesa perante banca examinadora.

Competências

Ao término da disciplina, o estudante deve conhecer e elaborar projetos de pesquisa, textos técnico/científicos e trabalhos de conclusão de curso. Competência para identificar problemas de pesquisa; - Competência para elaborar a metodologia de pesquisa;

Habilidades

Dentre as habilidades esperadas do aluno, tem-se: • Elaborar projetos de pesquisa; • Analisar e elaborar textos técnico/científicos; • Planejar trabalhos de conclusão de curso. Habilidade

técnica para elaborar e aplicar instrumentos de pesquisa

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no Curso de Direito – Como Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. V. 1. 9º Ed. São Paulo: RT, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy B. S. (Re) pensando a pesquisa jurídica. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica para o curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, João Bosco e HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2006.

NUNES, Luís Antônio Rizzato. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009

SEVERINO. Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCIPLINA ELETIVA II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - PRÁTICA JURÍDICA ADMINISTRATIVA

Trabalhos Simulados Orientados Prática Jurídica Administrativa, Forense e não Forense. Noções sobre o Exercício Profissional dos Diversos Operadores Jurídicos, na Área Específica. Elaboração de peças. Sob tutela de um professor orientador, o aluno aprenderá primeiramente as noções acerca do conceito e da perspectiva da atividade de Estágio Supervisionado. Após isso, o aluno deverá estabelecer um projeto de estágio a partir da escolha de um campo específico. Trata-se de uma atividade teórico-prática e ético-política de estágio supervisionado em estabelecimentos públicos e/ou, privados, a partir de convênios firmados e subsidiado pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 (e outras pertinentes a profissão), voltados para o campo do Direito.

SERÃO INDICADAS PELO PROFESSOR APÓS O DIAGNÓSTICO DO REAL APRENDIZADO DOS ALUNOS.

DISCIPLINAS ELETIVAS

DIREITO MUNICIPAL E URBANÍSTICO

Contextualização da crise ambiental. Terminologia Básica. Princípios Ambientais. Fontes. Competência em matéria ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Crimes Ambientais. Recursos Hídricos. Direito Ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Urbanismo. Propriedade urbana. Função sócio-ambiental da propriedade urbana. Limitações administrativas à propriedade. Direito de vizinhança. Estatuto da cidade. Ações ambientais.

Competências

Compreender a estrutura e organização do município no Brasil. Debater os principais temas que foram debatidos no Supremo Tribunal Federal e no Judiciário em geral sobre as questões municipais. Entender a configuração do município no federalismo brasileiro.

Habilidades

Desenvolver nos alunos um aprendizado globalizado desta matéria com os outros assuntos apresentados em semestres anteriores. - Possibilitar aos alunos a resolução de questões atinentes à matéria. Possibilitar o desenvolvimento de um aprendizado crítico da disciplina, analisando pontos divergentes na doutrina e jurisprudência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, E. (org). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
SILVA, J. A. da. **Direito urbanístico brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
LIRA, R. P. **Elementos de direito urbanístico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUMBERT, G. L. H. **Curso De Direito Urbanístico E Das Cidades**. Rio de Janeiro: Gz Editora. 2017.

MAZZILI, H. N. **A Defesa Dos Interesses Difusos Em Juízo**. 30. d. São Paulo: Saraiva, 2017.

MUKAI, T. **O Estatuto da Cidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINTO, V. C. **Direito Urbanístico: Plano Diretor e Direito de Propriedade**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

RECH, A. U.; RECH, A. **Direito Urbanístico**. Caxias do Sul: Editora Educus, 2010.

BIODIREITO

Biodireito e suas fontes imediatas, aspectos referentes a microbiodireito e macrobiodireito, respeito à dignidade humana como paradigma do Estado Democrático de Direito, questões ético-jurídicas, aborto, esterilização humana artificial, saúde física e mental, direito sanitário, Aids e as relações com o direito, transfusão de sangue, transplante de órgãos e tecidos humanos, direito à morte digna. Experimentação em seres humanos, engenharia genética, clonagem, manipulação genética e seus limites, reprodução assistida, necessidade de um novo estatuto jurídico-penal voltado à criminalidade genética, relação médico e paciente, erro médico numa perspectiva bioética e do direito, comitês de ética e pesquisa. Macrobioética e meio ambiente.

Competências

Conhecer o Biodireito, suas fontes imediatas (bioética e biogenética), os aspectos referentes ao micro e macrobiodireito, o respeito à dignidade da pessoa humana como paradigma do Estado Democrático de Direito.

Habilidades

Estar capacitado para, através do Direito, sanar determinados conflitos que a legislação ainda não contemple resposta;

Conseguir, através de diálogo aberto e interpretação do Direito, tratar de temas antigos e modernos que venham a ter alguma relação com a vida humana e seus conflitos;

Saber ponderar acerca da importância do avanço biotecnológico, seus reflexos na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do direito;

Saber utilizar o espírito crítico/científico para a pesquisa, levando-se em consideração o

caráter inovador da disciplina.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito. São Paulo: Atlas, 2013.

SA. Maria de Fátima Freire de. Manual de Biodireito. 2ª Ed. São Paulo: Del Rey, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR

NAMBA, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito** - 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SA, Maria de Fatima Freire de. **Manual de Biodireito** - 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GARRAFA, Volnei & Costa, Sérgio Ibiapina F., org. **A bioética no século xxi**. Brasília: UNB, 2000.

PARISE, Patrícia Spagnolo. **O biodireito e a manipulação genética de embriões humanos**. Goiânia: Kelps, 2003.

PESSINI, Leo. Problemas Atuais e Bioética. **3ª Ed Editora: Edições Loyola, SP**

DIREITO AUTORAL E DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Obras Intelectuais. Direitos do Autor: Direitos Morais e Patrimoniais. Utilização de Obras Intelectuais. Direitos Conexos. Associações de Titulares de Direitos do Autor e Direitos Conexos. Programas de Computador. Fiscalização. Penalidades. O Homem e as Criações Técnicas. Novidade, Originalidade e Utilidade. Invenções Industriais. Modelos de Utilidade e Desenhos Industriais. Formas e Conteúdos. Marcas e Patentes. Critérios Distintivos. Registro: Obtenção. Procedimento. Reflexos Jurídicos. O Inventor Técnico, seus Direitos e Deveres. Instrumentos de Proteção Legal e Administrativos da Propriedade Industrial. Proteção Internacional.

Competências

Compreender conceito, origens da propriedade intelectual e perspectiva interdisciplinar da disciplina. Compreender Sistema Legislativo em Matéria de Propriedade Industrial. Conceituar origens e Fontes Nacionais e Internacionais da Propriedade Intelectual

Habilidades

Analisar as principais normativas internacionais de promoção do Direito ao Desenvolvimento. Compreender o que foi a Conferencia de Estocolmo. Diferenciar demandas sociais e respostas judiciais. Analisar direito de propriedade intelectual e direito do autor. Analisar os tratados internacionais e a sua Aplicação no Sistema Jurídico Nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, C. A. **Os Direitos da Personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COELHO, F. U. **Curso de Direito Civil: Direito Autoral e Direitos Das Coisas**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 4.

FIGUEIREDO, F. V. **Direito de Autor: Proteção e Disposição Extrapatrimonial**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, N. P. de. **A Estrutura dos Sistemas de Patentes e Marcas: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

COSTA NETTO, J. C. **Direito Autoral no Brasil**. Col. Juristas da atualidade. São Paulo: FTD, 2009.

LIMA, J. A. de A. **Curso de propriedade intelectual para designers**. 2.ed. Teresópolis: Novas Idéias, 2006.

SANTOS, M. J. P. dos. **Direito Autoral: Propriedade Intelectual**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, M. **Direito autoral na era digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDICINA LEGAL

_Identificação médico-legal; Traumatologia forense; Psicologia e psiquiatria forense; Asfixiologia forense; Tanatologia forense; Toxicologia forense; Sexologia forense; Infortunística.

Competências

A disciplina de Medicina Legal, visa estabelecer as relações das ciências médicas com as

ciências Jurídicas nos seus diversos ramos, com o fim de capacitar o estudante na compreensão dos diversos documentos médico-legais.

Habilidades

Proporcionar ao aluno os conhecimentos médicos de relevância no auxílio ao entendimento e aplicação às ciências jurídicas

Estabelecer situações das vivências médicas apontando os instrumentos científicos que possibilitem o entendimento crítico das peças médico-legais e a valorização desta disciplina nos diversos ramos do Direito

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CROCE, D; CROCE JR., D. **Manual de Medicina Legal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA, G. V. **Fundamentos de Medicina Legal**. 2. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2012.

HERCULES, H. de C. **Medicina Legal: Texto e Atlas**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AVELAR, L. E. T.. **Atlas de Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.

BENFICA, F. S. **Medicina Legal**. 3. ed. Porto Alegre: Editora do Advogado, 2015.

FRANKLIN, R. **Perguntas e Respostas Comentadas de Medicina Legal**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2014.

GALVÃO, L. C. C.. **Medicina Legal**. 2 ed. São Paulo: Editora Santos, 2012.

SILVEIRA, P. R. **Fundamentos da Medicina Legal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

PROCESSO DO TRABALHO II

Recursos Trabalhistas. Execução Trabalhista. Dissídio Coletivo. Procedimentos Especiais.

Competências

Capacitar o acadêmico como profissional competente, capaz de atuar perante o Judiciário utilizando o Processo do Trabalho com desenvoltura em todas as situações práticas.

Formar um profissional com capacidade de debater, pesquisar, ter raciocínio lógico, de fazer sínteses e elaborações teóricas, de articular conhecimentos em torno de campos de saber

afins. Familiarizar o acadêmico com a legislação, manuseio de códigos, Constituição Federal e CLT, CPC como fonte subsidiária, nos assuntos pertinentes ao Processo do Trabalho. Estimulá-lo ao raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, argüir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. Aproximá-lo nos conceitos, vocabulário, procedimentos técnicos e jurídicos nos temas pertinentes à fase de sentença e recursal em matéria trabalhista, aproximando-o dos institutos, princípios, forma, prazos, pressupostos, efeitos, modalidades e conteúdo dos recursos específicos do Processo Trabalhista. Incentivá-lo ao estudo e conhecimento dos diferentes diplomas normativos aplicáveis à execução trabalhista, formas de liquidação de sentença e execução, fases da execução, recursos e meios de impugnação próprios da execução trabalhista.

Habilidades

Desenvolvimento da produção de conhecimento e a possibilidade de compreender a problematização da realidade social e a tomada de decisões para a solução de problemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito Processual Do Trabalho**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

LEITE, C. H. B. **Curso de Direito Processual Do Trabalho**. 16 ed. São Paulo: Ltr, 2018.

PEREIRA, L. **Manual de Processo Do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS FILHO, I. G. da S. **Manual Esquemático De Direito E Processo Do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

KOURY, L. R. N.; ALMEIDA, Wânia G. R. de. **Direito Processual do Trabalho na Perspectiva do Código de Processo Civil e da Reforma Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2017.

SARAIVA, R.; LINHARES, A. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 15. ed. Salvador: JUSPODIVM, 2018.

SCHIAVI, M. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 13. ed. São Paulo: LTR, 2018.

TEIXEIRA FILHO, M. A. **A Prova No Processo de Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DIREITO DIGITAL E ELETRÔNICO

Sociedade da Informação. Gestão do risco eletrônico. Tecnologia da Informação, Direito e multidisciplinariedade. Projeto de Lei – Marco Civil da Internet. Reflexos do uso da internet nas relações de trabalho. Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) e os portais de transparência. A guarda da prova eletrônica. A prova dos contratos celebrados na internet e a validade em juízo. A Lei n. 12.737/2012 - Lei Carolina Dickmann. Interrogatório por videoconferência - Lei n. 11.900/2009. Riscos legais nas redes sociais.

Competências

1. Fornecer conceitos básicos de informática familiarizando os (as) acadêmicos (as) com os respectivos termos técnicos;
2. Apresentar uma visão crítica sobre o uso das modernas tecnologias da informação e seu impacto na sociedade;
3. Preparar o profissional do Direito para a utilização do computador e da informática nas atividades jurídicas;
4. Identificar e apontar soluções para os principais problemas jurídicos surgidos com o uso crescente da tecnologia da informação;
- 5 -Enfatizar os benefícios que o uso da tecnologia trouxe à prática judiciária.

Habilidades

Conhecer as novas tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas judiciárias;

Enfrentar novos paradigmas definidos pelo direito digital;

Reconhecer e solucionar novos conflitos decorrentes do direito eletrônico;

Desmistificar a utilização de processos e procedimentos virtuais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. C. de A. **Manual de informática jurídica e direito da informática**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NOGUEIRA, S. D. **Manual de Direito Eletrônico**. Bh Editora, 2009.

PECK, P. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORILLO, C. A. P.; CONTE, C. P. **Crimes no Meio Ambiente Digital e a Sociedade da Informação**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TEIXEIRA T. **Curso de Direito e Processo Eletrônico - Doutrina, Jurisprudência e Prática**. 4. ed. 2018. Saraiva.

NOGUEIRA, S. D. **Crimes de Informática**. Bh Editora, 2008.

BARROSO, L. R.; HABERLE, P. ; SARLET, I. W. **Direitos Fundamentais: Informática e Comunicação Algumas Aproximações**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

PAESANI, L. M. **Direito de Informática: Comercialização e Desenvolvimento**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CONCILIAÇÃO MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Métodos alternativos de soluções de Conflitos. Mediação. Conciliação. A arbitragem na Constituição Brasileira de 1988. A novidade legislativa infraconstitucional. Noções prévias. Convenção de arbitragem. Árbitros. Procedimento Arbitral. Sentença arbitral. Sentença arbitral estrangeira.

Competências

Demonstrar conhecimento para a condução da resolução de conflitos. Relacionar os conteúdos estudados com a realidade, com aproximação hipotética e real das situações de conflito.

Habilidades

Compreensão do conceito de conflito, sua natureza e expressão no mundo organizacional globalizado;

Identificação dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos (MASC) como ferramenta de trabalho para a qualificação do fazer profissional;

Reconhecimento da Negociação como base dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos;

Domínio na utilização da Mediação como instrumento de condução do conflito à cooperação;

Qualificação para a adoção de posturas e práticas profissionais;

Compreensão dos elementos norteadores da utilização da Mediação como Método Alternativos de Solução de Conflitos;

Aplicação dos meios alternativos, com desenvoltura ética e com respeito aos princípios da imparcialidade e do contraditório;

Busca constante de estratégias adequadas para a resolução de conflitos, tanto no âmbito da convivência social, quanto nas atividades cotidianas profissionais ou pessoais;

Compreensão da Arbitragem como meio de resolver litígios civis através de árbitros com o mesmo efeito das sentenças do Poder Judiciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUILHERME, L. F. do V. A. **Manual de Arbitragem e Mediação: Conciliação E Negociação**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MOURÃO, A. N. S. e F. **Técnicas de negociação para advogados**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SCAVONE JÚNIOR, L. A. **Manual de arbitragem**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALYRIO, R. D, et al. **Cultura e ética na negociação internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

CÂMARA, A. F. **Arbitragem: Lei nº 9.307/96**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CARMONA, C. A. **A Arbitragem e processo: um comentário à Lei n. 9.307/96**. São Paulo: Atlas, 2009.

TURA, A. **Arbitragem: nacional e internacional: curso prático**. São Paulo: JH Mizuno, 2007.

SPENGLER, F. M. **Mediação, Conciliação e Arbitragem**. São Paulo: FGV, 2016.

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Sistema Jurídico e sua Relação com a Sociedade. Distribuição Constitucional do Exercício da Atividade Econômica entre o Setor Privado e o Setor Público. Reflexos dos Princípios, Normas, Processos e Instituições no Desenvolvimento Econômico. Formas de Intervenção do Estado na Economia. A Propriedade, a Empresa e sua Função Social.

Competências

Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.

Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.

Habilidades

Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica. Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito. Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar. Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Aplicar o instrumental microeconômico na análise do direito; Compreender a dinâmica das instituições do direito de propriedade, contratos e responsabilidade civil e políticas relacionadas; Aplicar a AED à realidade brasileira

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DANTAS, I. **Direito Constitucional Econômico: Globalização & Constitucionalismo**. Curitiba: Juruá, 2004.

DUTRA, P. **Livre Concorrência e Regulação de Mercados**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GRAU, E. R. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 18. ed. São Paulo: Malheiros,

2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, L. R. **Constituição da República Federativa do Brasil Anotada: Notas de Doutrina, Legislação e Jurisprudência**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRUNA, S. V. **O Poder Econômico e a Conceituação do Abuso em seu Exercício**. São Paulo: RT, 2001.

ESPÍNDOLA, R. S. **Conceito de Princípios Constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA FILHO, M. G. **Estado de Direito e Constituição**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FORGIONI, P. **Os Fundamentos do Antitruste**. 9. ed. São Paulo: RT, 2016.

CRIMINOOGIA

A Unidade curricular visa proporcionar ao acadêmico uma formação crítica e propedêutica nos estudos criminológicos em seus diversos enfoques (sociológico, jurídico, antropológico, psicológico), com ênfase no debate criminológico contemporâneo. Visa também apontar a influência das teorias criminológicas nos movimentos de política criminal e nas modernas teorias penais, além de discutir a produção social da delinquência e as formas de administração da justiça penal, bem como analisar a situação da segurança pública, do sistema judicial e da criminalidade urbana violenta na sociedade brasileira à luz das teorias criminológicas.

Competências

Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade tocantinense e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas, às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

Habilidades

O aprender acadêmico constituirá um planejamento do estudo, de forma a ter os resultados

imediatos e mediatos em seu caminho do saber. Aprender a Fazer, com o conhecimento adquirido no que foi aprendido, ter discernimento para tomar as decisões mais eficazes e atuar de forma ética e profissional. Aprender a Ser o elo da estrutura Democrática, entre o cidadão e o governo, que detém a tutela de administração estatal, fazendo valer qualquer direito violado ou negligenciado. Aprender a Conviver com as mais diversas formas de pensamento, sabendo ser fiel aos princípios do direito e fazer sua Identidade Profissional. Aplicar a prática dos conhecimentos, atitudes e habilidades construídos no decorrer do curso. Conviver – Realidades Multiculturais. Exercer a cidadania cultural através da reflexão crítico–social de sua contingencialidade, na convergência e na construção de políticas integrativas, de cidadania, responsabilidade e autonomia do viver em comunhão, respeito e solidariedade multiculturais. Manifestar a elaboração de pensamentos autônomos e críticos, a formulação dos próprios juízos de valor que o capacitem para o enfrentando e tomada de decisões diante das múltiplas situações da vida pessoal, profissional e social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2000.

CARVALHO, Salo. Anti-Manual de Criminologia. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAUER, Ruth Maria Chittó. Criminologia e Sistemas jurídicos – Penais Contemporâneos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias dos Pensamentos Criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; AMARAL, Augusto Jobim do. Criminologia e (m) Crise. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

YOUNG, Jock. A Sociedade Excludente. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Em busca das penas perdidas. A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

1.10. METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Direito, a Coordenação de Curso, o Colegiado e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito de formação profissional. Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à autoestima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permite imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos e tornar o currículo eficaz.

Desse modo, o acadêmico formado pela Faculdade de Iporá – FAI cursará os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas pedagógicas:

- Aulas expositivas com a utilização de recursos multimídia;
- Estudo e discussão de casos oriundos da área jurídica, com abordagem interdisciplinar;
- Estudo de conhecimentos transdisciplinares e do núcleo básico a partir de uma perspectiva interdisciplinar e não desvinculada da realidade;
- Expectativas de estudos autônomos dos discentes a partir de pesquisas de campo e/ou teóricas;
- Desenvolvimento de aulas práticas em ambientes de ensaio ou no próprio mercado de trabalho; e
- Desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada Unidade Curricular abordando, sempre que possível, conteúdos interdisciplinares.

No entanto, como já apontamos em nossas perspectivas pedagógicas os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Dessa forma, o desenvolvimento de projetos de extensão junto à comunidade, a participação e organizações de congressos e a prestação de serviços de monitoria por parte do corpo discente serão constantemente viabilizados aos acadêmicos, afinal atividades dessa natureza

propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula ou em projetos de extensão.

As visitas técnicas também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivas, pois os desenvolvimentos destas atividades possibilitarão a capacitação dos alunos para desempenharem responsabilmente às atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à área do curso e à realidade do mercado de trabalho.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação do Bacharel em Direito.

A metodologia de ensino das matérias previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, inclui mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos.

No Curso de Direito, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo docente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada. Nesse sentido, os Projetos Interdisciplinares são essenciais para constituir essa autonomia de aprendizado, afinal o aluno buscará apreender de maneira autônoma os conhecimentos de mundo e da sua área.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegiará sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto com a quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com

material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, que privilegiem mais o raciocínio que a memória, que seja instrumento a favor da interação entre o professor e o aluno, aluno e aluno, em busca da construção de conhecimentos coletivos, para isso os conteúdos devem sempre ser tratados de forma contextualizada, de modo a que o conhecimento possa ser relacionado com a prática e com a experiência.

Desse modo, a Coordenação sensibilizará sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática do curso.

A complementaridade entre as Unidades Curriculares e os conteúdos deverá aparecer na relação estabelecida entre os professores através de práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se lembrar que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos rotineiros da IES.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de laboratórios que permitam a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo farmacêutico.

Em suma, o proceder metodológico delineado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, estará voltado para a formação do profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a gestão, a sociedade e o trabalho.

Nesta perspectiva a Faculdade de Iporá, juntamente com o NDE deste curso incorpora a metodologia de ensino aplicada ao projeto pedagógico do Curso de Farmácia, o uso de ferramentas tecnológicas para sistema de ensino híbrido.

Com este proposto, a Faculdade de Iporá institui um ecossistema virtual de ensino e aprendizagem e atendimento ao acadêmico conforme figura 1

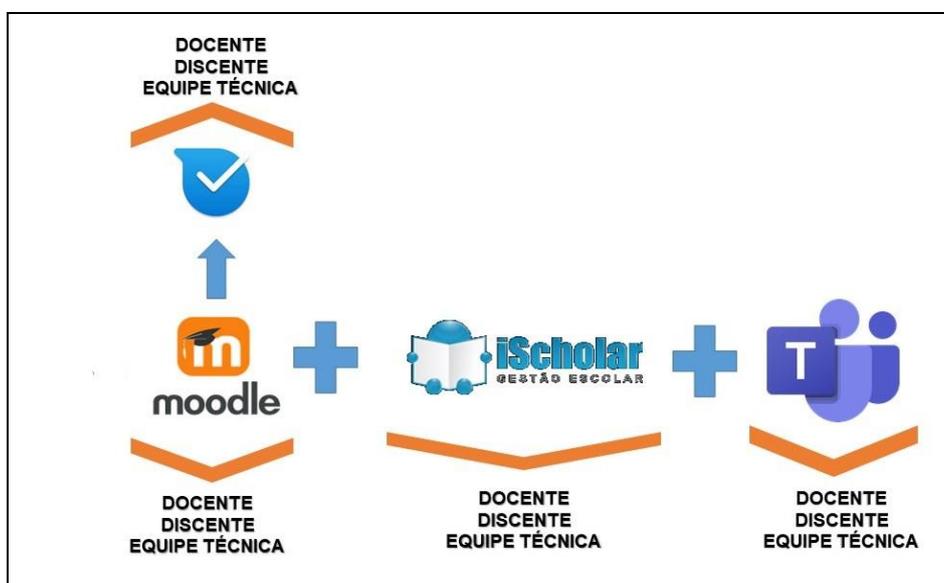


Figura 1: Ecossistema Virtual de Ensino e Aprendizagem da Faculdade de Iporá.
Fonte: Nep,2020

O ecossistema virtual de ensino, aprendizagem e atendimento ao discente é

composto pelos seguintes elementos:

- ✓ **Moodle** – Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no qual discentes acessam conteúdos e atividades individuais e coletivas, e docentes e tutores fazem a gestão das unidades curriculares ministradas. O AVA está disponível para acesso no endereço eletrônico da instituição (<https://site.fai.edu.br>);

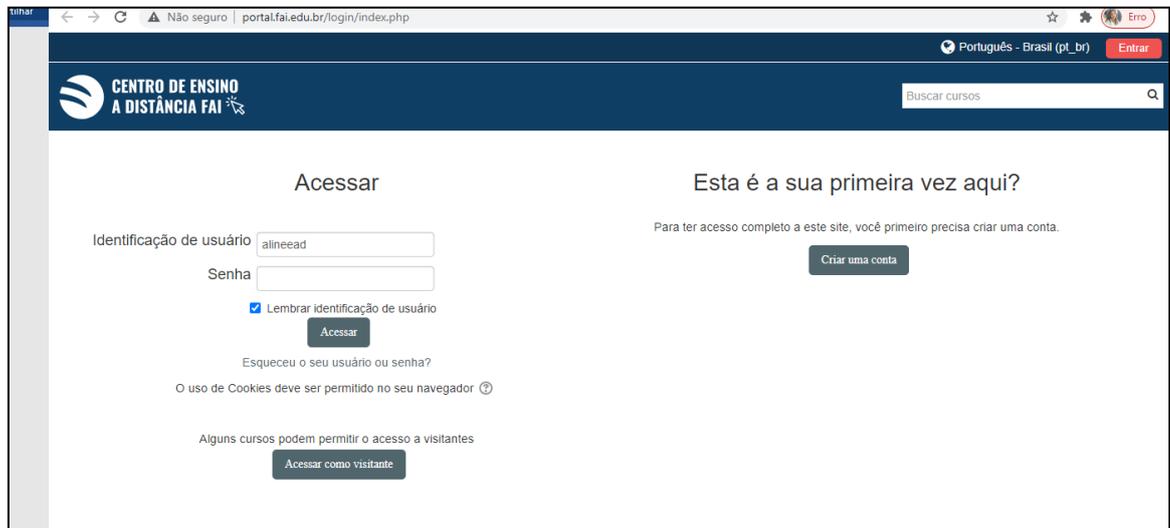


Figura 2: Interface do AVA
Fonte: Moodle,2020.

Kaizala –
aplicativo

de gestão de mensagens utilizado para atendimento dos discentes pelos tutores de demandas relacionadas a plataforma de interação virtual, ao ambiente virtual de aprendizagem e a questões administrativas.

- ✓ **Ischolar** – sistema online de gestão escolar.
- ✓ **Microsoft Teams for Education** – hub digital que permite a interação síncrona entre coordenação de curso, docentes, tutores, discentes e a realização de atividades síncronas individuais e coletivas.

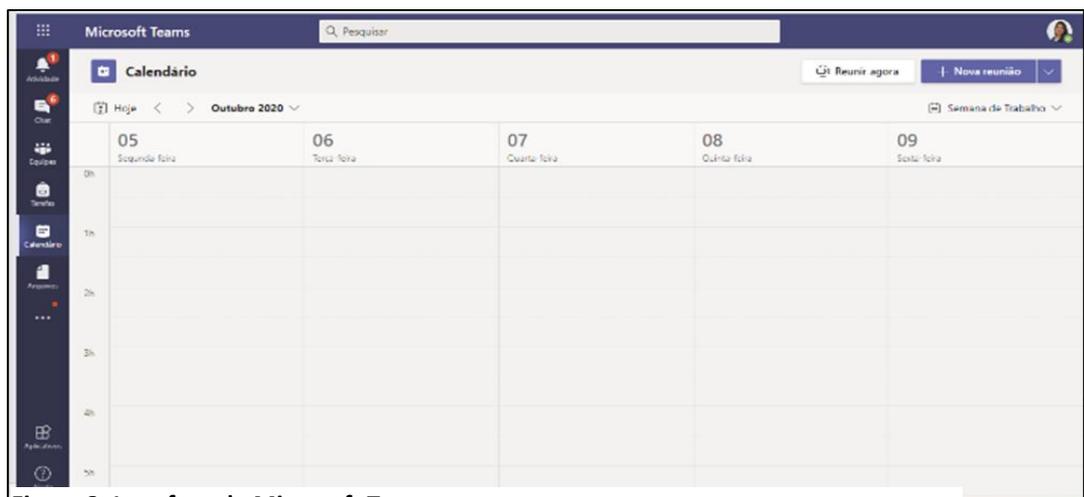


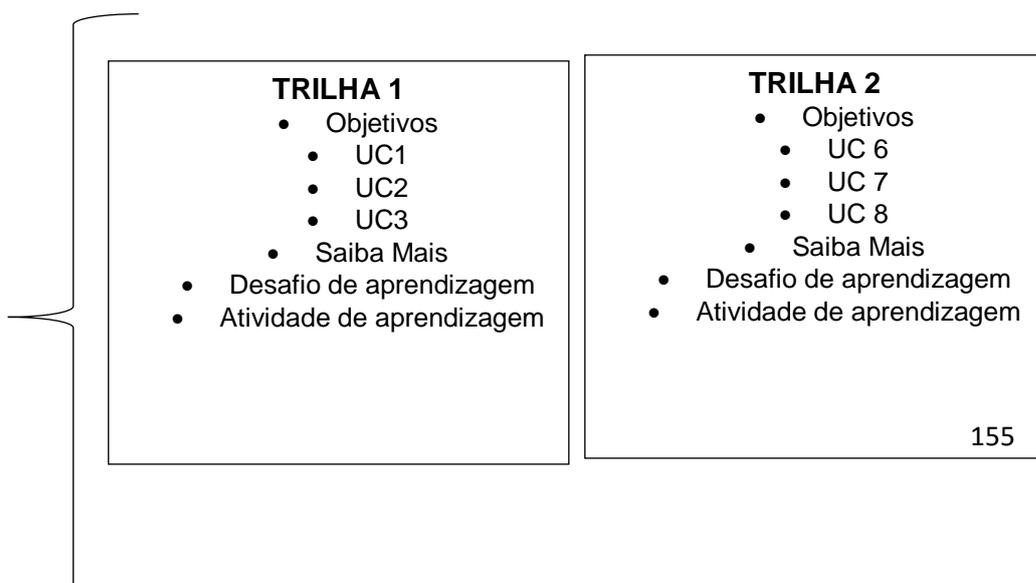
Figura 3: Interface da Microsoft Teams
Fonte: Teams,2020.

A interação e a gestão destas ferramentas tecnológicas são de responsabilidade Núcleo de Ensino a Distância da Faculdade de Iporá e do Departamento de TI, assim como a tutoria, assistência técnica e capacitação de docentes e discentes. As unidades curriculares ofertadas no curso de Direito serão ofertadas no ambiente virtual de aprendizagem, terão carga horária dividida em 2 (duas) trilhas de aprendizagem e métricas distribuídas em objetos de aprendizagem, em conformidade com a classificação e singularidade de cada unidade curricular e com a proposta do seu ementário.

Os objetos de aprendizagem incorporados as unidades curriculares são:

- **Objetivos de aprendizagem:** descrição daquilo que o acadêmico alcançará ao concluir a unidade de conhecimento.
- **Unidades de Conhecimento** – as unidades conhecimento abordam o conteúdo determinados nas ementas do projeto pedagógico do curso organizados em formato de livro texto. As unidades de conhecimento são organizadas pelos docentes responsáveis por cada unidade curricular, juntas elas formam a apostila da Unidade Curricular
- **Desafio de Aprendizagem –Atividade de PBL** – ferramenta de metodologia ativa questão dissertativa incentivando a aplicação prática do conteúdo ministrado.
- **QUIZ de Aprendizagem** - 10 questões objetivas sobre o conteúdo abordado para unidades curriculares.
- **Saiba Mais** – São informações adicionais sobre o conteúdo. Poderão ser utilizados páginas de blogs, *podcasts*, notícias, vídeos. Os arquivos poderão ser enviados em formato de link.

As unidades curriculares do ambiente virtual de aprendizagem terão seu conteúdo disposto em 2 trilhas de aprendizagem contendo 3 unidades de conhecimento em cada trilha, conforme esquematização a seguir:



Nas perspectivas pedagógicas da Faculdade de Iporá os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado e a integração com a comunidade, por isso algumas unidades curriculares têm parte de sua carga horária voltada para o desenvolvimento de projetos de extensão junto à comunidade, a participação e organizações de congressos e a prestação de serviços. Afinal atividades dessa natureza propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula ou em projetos de extensão.

Pensando na Interdisciplinaridade o curso de Direito possibilita ao acadêmico a possibilidade de integrar todos os conhecimentos adquiridos em diversas unidades curriculares em um projeto desenvolvendo a visão sistêmica e holística, o que torna os mais preparados para vivenciar na prática questões e soluções inerentes a farmácia.

Como atividades complementares, as visitas técnicas também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivas, pois, os desenvolvimentos destas atividades possibilitarão a capacitação dos alunos para desempenharem responsabilmente às atividades profissionais com uma visão crítica e sobre as questões pertinentes à área do curso e à realidade do mercado de trabalho.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação do bacharel.

Desse modo, o Bacharel em Direito formado pela Faculdade de Iporá - FAI cursará os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas pedagógicas:

- Aulas com a utilização de recursos multimídia;
- Estudo e discussão de casos oriundos da área de Farmácia, com abordagem PBL;
- Expectativas de estudos autônomos dos discentes a partir de pesquisas de campo e/ou teóricas;
- Desenvolvimento de aulas práticas em ambientes de ensaio ou no próprio mercado de trabalho;

- Desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada unidade curricular abordando sempre que possível a realidade e as problemáticas locais e regionais.

A metodologia de ensino das unidades curriculares previstas para o curso, estudos de caso, práticas em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, inclui mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos.

No Curso de Direito, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo docente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegiará sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto com a quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material didático significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, que privilegiem mais o raciocínio que a memória, que seja instrumento a favor da interação entre o professor e o aluno, aluno e aluno, em busca da construção de conhecimentos coletivos, para isso os conteúdos devem sempre ser tratados de forma contextualizada, de modo a que o conhecimento possa ser relacionado com a prática e com a experiência.

Desse modo, a Coordenação sensibilizará sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias, alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática do curso.

A complementaridade entre a unidade curricular e os conteúdos deverá aparecer na relação estabelecida entre os professores através de práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

1.11. ESTÁGIO CURRÍCULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado na área Jurídica faz parte do eixo articulador entre teoria e prática e como tal é desenvolvido atendendo a diferentes etapas. Nesse momento de sua formação, o estudante terá contato com a realidade profissional onde irá atuar não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências e habilidades específicas da formação profissional.

As atividades de estágio estão ligadas ao Eixo Estruturante de Formação Prática que compreende as unidades orientadas para o exercício e inserção dos estudantes em atividades inerentes a sua profissão, bem como promover a interação multiprofissional, culminando na apreensão de habilidades e competências do seu campo de atuação.

Seguindo o que recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais, os estágios curriculares são desenvolvidos sob supervisão docente de forma articulada ao longo do processo de formação. Este deverá ser desenvolvido quando possível no âmbito interno e ainda no âmbito externo a universidade sempre através de convênios previamente estabelecidos e em ambientes que permitam o desenvolvimento de práticas relacionadas ao exercício do Direito.

As disciplinas de Estágio contemplam um total de 400 (quatrocentos) horas de atividades práticas e são desenvolvidas nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos, através dos Estágios Supervisionados na Área Jurídica I, II, III e IV, conforme consta no Regulamento de Estágio Supervisionado e Núcleo de Práticas Jurídicas. As atividades ocorrem com o apoio de instrumentos virtuais e acesso à Internet, possibilitando o acompanhamento dos processos do judiciário.

Os Estágios desenvolvidos no NPJ oportunizam ao discente, o contato com o público através da prestação de assistência judiciária gratuita. O curso conta com instalações em sede própria para a simulação de audiência, em local acessível à comunidade de Iporá e região.

Além das práticas orientadas, também são realizadas visitas e comparecimentos às secretarias e cartórios, às sessões dos Tribunais, ao Ministério Público, a OAB, as Procuradorias, a Defensoria, as Delegacias, assistência às audiências e entidades correlatas de interesse das profissões jurídicas, feitura de pesquisas jurisprudenciais e participação em processos.

A relação aluno/professor, na orientação de prática jurídica, dá-se em grupos, onde além do acompanhamento virtual dos processos há distribuição de tarefas, supervisão daquelas já desenvolvidas e reforço com elaboração de peças. Estas atividades são orientadas e acompanhadas pela Coordenação do NPJ e os professores/orientador, cuja metodologia utilizada constitui-se de aulas práticas (elaboração de textos, peças jurídico-legais e assistência presencial aos processos - que inclui a identificação da natureza da ação, solicitação dos documentos indispensáveis para a propositura da ação, confecção da petição inicial e protocolo eletrônica desta no portal dos advogados.). Os alunos devem apresentar ao término de cada unidade, relatórios das audiências.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), onde o aluno além de prestar atendimento à população ajuíza ações e acompanha o desenrolar de todo o processo, tem como um dos seus principais objetivos, salvaguardar ou restabelecer os direitos ameaçados ou violados daqueles, cuja situação econômica não lhes permite pagar as custas processuais e os honorários advocatícios; inicialmente e preferencialmente através da prática de negociação, conciliação e mediação e, subsidiariamente, com a judicialização do caso concreto.

O processo de avaliação de desempenho obedece às normas gerais, estabelecidas no Regimento da Faculdade, sendo considerado aprovado o estagiário que: obtiver nota final igual ou superior a sete; e tiver conseguido frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das atividades programadas.

Segundo o que recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Estágios Curriculares são desenvolvidos sob a supervisão da Coordenação de Curso e do docente de forma articulada ao longo do processo de formação. Este deverá ser

desenvolvido quando possível no âmbito interno e ainda no âmbito externo a universidade sempre através de convênios previamente estabelecidos e em ambientes que permitam o desenvolvimento de práticas relacionadas ao exercício do Curso de Direito.

As Unidades Curriculares de Estágio contemplam um total de 400 (quatrocentos) horas de atividades práticas e são desenvolvidas nos 7º,8º,9º,10º períodos, através dos Estágios Supervisionados na Área: Cível, Penal, Trabalhista e Administrativa conforme consta no Regulamento de Estágio Supervisionado. As atividades ocorrem com o apoio de instrumentos virtuais e acesso à Internet, possibilitando o acompanhamento dos processos do judiciário.

1.12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Estão previstas na Matriz Curricular do curso 300 horas de atividades complementares. Nas atividades acadêmicas efetivas, previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, serão computadas o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem nas suas diferentes formas e orientações, tais como:

1. Atividades complementares de Ensino, Pesquisa e Extensão, coerentes com o perfil do egresso e devidamente regulamentadas pelo Colegiado;
2. Participação em projetos de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão;
3. Estágios não obrigatórios (não curriculares);
4. Monitorias;
5. Atividades culturais, cursos e apresentações;
6. Participação em seminários, palestras, encontros e congressos.
7. Outras atividades.

As Atividades Complementares se constituem em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. As Atividades Complementares envolverão temas acordes com as unidades curriculares do Curso de Bacharelado em Direito.

As Atividades Complementares, componente curricular obrigatório a ser ofertado ao longo do curso, possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar,

hipóteses em que o aluno alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso.

Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de Inter unidade curricularidade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

O instrumento balizador que institui os mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares é o seu regulamento.

As atividades complementares obedecerão aos seguintes princípios e diretrizes: complementar e sintonizar o currículo vigente, a formação social, humana e profissional, estimular as atividades de cunho social e de interesse coletivo, bem como, a assistência acadêmica e a Iniciação científica e tecnológica, ampliar horizontes de conhecimentos, incentivar a convivência e favorecer a iniciativa e o espírito empreendedor.

1.13. TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

A produção de trabalho científico com conteúdo relacionado à alguma temática concernente ao curso de Bacharelado em Direito, é de instância obrigatória e deve ser regido conforme normativas firmadas nos regulamentos institucionais e do curso para trabalhos de conclusão.

Sendo assim a Faculdade de Iporá – FAI promove condições para que os acadêmicos desenvolvam o trabalho de Conclusão do Curso. O Trabalho de conclusão de Curso Bacharelado em Direito contempla 60 horas da estrutura curricular, sendo 20 horas presenciais e 40 na modalidade online, podendo ser elaborado individualmente ou dupla.

O resultado da produção deve ser apresentado em forma escrita e oral, respeitando as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. As orientações e defesas serão realizadas presencialmente.

Os critérios de avaliação do TCC seguirão os critérios de avaliação presentes no Manual de TCC da Faculdade de Iporá

1.14. APOIO AO DISCENTE

Uma vez que se contemple a importância, na missão da Faculdade de Iporá – FAI, da formação de cidadãos éticos e profissionais competentes para o contexto atual, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a Faculdade de Iporá - FAI tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos.

Estabelecido a partir do Projeto Pedagógico Institucional, o apoio aos discentes será constituído a partir de diversos programas institucionais os quais serão listados a seguir em face de sua importância.

1.14.1 Ouvidoria

A Ouvidoria da Faculdade de Iporá – FAI foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, por decisão colegiada, o órgão passou a ter o acesso também em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente a instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

Na FAI esse processo ocorre presencialmente e de maneira online/virtual a partir do site institucional.

1.14.2 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico

A Faculdade de Iporá – FAI conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida

na IES. Além do próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da IES, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;

- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;
- Subsidiar a gestão universitária da IES sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros).
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);
- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de re-significação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos á disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (Temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca do auto realização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Faculdade de Iporá – FAI se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em

segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou outros órgãos de gestão para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgados semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

1.14.3 Coordenação de Estágio

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

Desde o início do processo de credenciamento, a Faculdade de Iporá – FAI tem buscado convênios com as mais variadas empresas e órgãos da região, dessa forma serão muitas as vagas disponibilizadas para estágios em instituições públicas

e privadas, empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o setor de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre os gestores da IES e o setor responsável pelos Estágios, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras, buscando a colocação do mesmo no mercado de trabalho a partir de empresas conveniadas.

1.14.4 Bolsas e Incentivos FAI

A Faculdade possui uma política de bolsas bem abrangente que envolve, além dos programas de desenvolvimento acadêmico, Monitoria e Iniciação Científica, bolsas destinadas a alunos carentes, pois tal IES consciente, todavia, da responsabilidade social de uma empresa educacional possui as seguintes diretrizes gerais de apoio e financiamento de estudos para alunos carentes:

- I. Concessão de bolsas de estudos, com descontos variáveis no valor das mensalidades destinado aos alunos que comprovem impossibilidade de custearem os seus estudos;
- II. Integração no Programa FIES, do Ministério da Educação, e PROUNI;
- III. Contatos com instituições visando programa de financiamento próprio da IES;
- IV. Ações para apoiar alunos inadimplentes, por motivos de desemprego;
- V. Convênio com empresas que viabilizem outros tipos de bolsas de estudos, entre outros.

1.14.5 Estímulo à Produção Acadêmica

A Faculdade de Iporá, possui uma política de apoio à participação de alunos em eventos de diversas naturezas, tais como cursos, programas de capacitação, visitas técnicas, seminários e projetos de voluntariado, dispensa de aulas, dentre outros, destinando, anualmente, uma verba específica no seu orçamento para essas atividades.

Os projetos, analisados e aprovados pelas coordenações de curso em termos da pertinência e importância para o curso e para o aluno, poderão obter financiamento diversos, tais como: fundos para apresentação de trabalho em congressos ou outros eventos similares, auxílio para aquisição de materiais e equipamentos e outros.

A FAI ainda oferece toda sua infraestrutura - equipamentos, pessoal e espaço físico para realização de eventos internos. A Biblioteca está à disposição dos alunos para catalogar e divulgar trabalhos de conclusão de curso, dissertações, monografias, teses, entre outros. Além disso, a Faculdade dispõe de acesso livre à Internet e os alunos poderão utilizar o site da Instituição onde foi criado um espaço para divulgação de seus trabalhos e de seus projetos de extensão.

1.14.6 Nivelamento

O Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela Faculdade de Iporá - FAI que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em unidades curriculares de uso fundamental aos seus estudos universitários.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdo, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática Básica.

A Faculdade de Iporá - FAI procura lidar com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das unidades curriculares do ensino superior;
- Possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- Revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das unidades curriculares do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma unidade curricular. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das unidades curriculares regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- Condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- Elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- Esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- Verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

1.14.7 Núcleo de Atendimento ao Aluno

O Núcleo de Atendimento ao Aluno tem por objetivo Geral efetivar ações de

orientação, formação e acompanhamento pedagógico, a fim de promover a integração do discente ao espaço acadêmico como mecanismo de desenvolvimento pessoal e profissional, proporcionando sua satisfação e sua interação com a comunidade acadêmica.

O atendimento no Núcleo se dará de maneira organizada e científica, a partir das seguintes modalidades:

- I. Atendimento individual;
- II. Atendimento em grupo.

Os alunos são atendidos, conforme suas necessidades, desde o momento em que ingressam na IES até a conclusão dos estudos. A solicitação de atendimento é realizada pelo próprio aluno na Central do Aluno. Em seguida as coordenações de curso dispõem de um cronograma de atendimento da semana e publica-o aos Docentes e Discentes. O atendimento ao aluno ocorre semanalmente de terça a quinta-feira, das 08 às 22 horas. Esse atendimento é de responsabilidade dos Docentes de cada curso e ocorre conforme demanda.

1.14.8 Monitoria

A Faculdade de Iporá entende que o exercício de monitoria tem a finalidade de aprimorar o processo de ensino e de aprendizagem, assimilando que é preciso disponibilizar aos acadêmicos um atendimento de reforço e de acompanhamento para auxiliar no nivelamento dos estudos e na superação de dificuldades.

A monitoria tem como objetivo assistir o (s) docente (s) na elaboração de trabalhos de sala de aula, na aplicação de atividades, na realização de pesquisas temáticas e, principalmente, dar assistência aos discentes, em sala de aula, e\ou em laboratórios, no acompanhamento ao desenvolvimento de trabalhos individuais e em grupo.

O processo de seleção para a monitoria acontece por intermédio de editais, publicados no site institucional que estabelecem todos os parâmetros de necessidade por departamento. Os monitores-acadêmicos selecionados mediante cumprimento de edital deverão prestar auxílio aos docentes das áreas selecionadas, além de proporcionarem atendimento individualizado aos acadêmicos, dentro do

horário estabelecido, podendo inclusive coordenar grupos de estudos, supervisionados pelo professor responsável e pela coordenação do Curso.

A Monitoria é coordenada e supervisionada por Departamento Próprio em parceria com a Agência Empreendedora e Inovação Tecnológica.

1.14.9 Acompanhamento ao Egresso

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional a Faculdade de Iporá - FAI, por meio da Agência Empreendedora e Inovação Tecnológica, desenvolve o Programa de Acompanhamento ao Egresso, cujo objetivo é monitorar a inserção deste no mercado de trabalho, cultivar o relacionamento, a integração às atividades acadêmicas/comunitárias realizadas pela instituição, a abertura de parcerias que beneficiem o ex-aluno, a criação de espaços para produção e divulgação de material acadêmico, bem como, o incentivo a formação continuada por meio da Pós-graduação *Lato Sensu*.

Para tanto, a FAI mantém cadastro informatizado dos egressos com atualização periódica, acompanhamento das atividades profissionais e/ou acadêmicas e consultas frequentes aos currículos lattes. A cada semestre os mesmos são convidados a retornar a IES para participar da Semana Acadêmica dos Cursos, Semana Empreendedora e ainda, anualmente, uma programação específica é realizada, a qual se denomina de “O Dia do Egresso FAI”, cuja principal finalidade é a integração entre a IES e o Egresso.

1.15. GESTÃO DO CURSO E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de avaliação institucional encontra-se consolidado na Faculdade de Iporá – FAI, desde a sua criação, no semestre subsequente ao primeiro vestibular. Desde o início a avaliação institucional foi criada no âmbito do SINAES, constituindo a sua CPA – Comissão Própria de Avaliação como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrem sistematicamente abrangendo também a Autoavaliação dos cursos de graduação. Tal processo se constitui a partir da égide e conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional na Faculdade de Iporá – FAI tem início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, são impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. No entanto, o site institucional tem se mostrado o mais eficiente de todos os meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constitui-se a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line. Auxiliados pela área de TI da IES, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, são elaborados relatórios que, em momento específico, são entregues aos dirigentes da IES e aos gestores de curso. Os resultados são consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, é feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da Autoavaliação interna. Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gera a constituição de outro documento em forma de “Projeto de ações”, cujo objetivo é o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adota-se, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, é possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, é feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada que viabiliza, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificam os pontos fortes e fracos, e informam, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos relatórios se consegue perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de auto avaliação se pode identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das unidade curriculares com outras (interunidade curricularridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos em exames como o ENADE.

1.15.1. Auto avaliação do Curso de Bacharelado em Direito.

A partir dos resultados das Avaliações Interna e Externa, serão considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão em nível do Curso, bem como, as percepções do Colegiado do Curso e do NDE.

Todos esses elementos resultam em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- Reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, pela CPA e pelo INEP);
- Reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e outros órgãos dirigentes para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;
- Reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna e externa;
- Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto reflexiva, à avaliação do processo de Auto avaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre letivo e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de Auto avaliação empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

Vale a pena destacar também, o papel das Atividades Integradoras como autoavaliação do curso, afinal tratar-se-ão de componentes curriculares com cunho de diagnóstico e de intervenção no processo de ensino-aprendizagem e da própria execução deste Projeto Pedagógico.

Outros instrumentos a serem utilizados para a análise do PPC diz respeito ao aproveitamento de indicadores e elementos externos à Faculdade. Assim, a reflexão crítica e acurada dos resultados obtidos por estudantes do Curso no tocante às edições do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) permite compreender certas características do Curso especialmente em comparação com seus congêneres. Além disso, os cursos de Direito também são avaliados pelo ENADE, o que fornece diversas linhas de análise dos resultados, como, por exemplo, o reconhecimento da pertinência dos conteúdos programáticos da Matriz Curricular do Curso de Direito da FAI.

1.16. ATIVIDADES DE TUTORIA

O tutor tem um papel extremamente importante na aprendizagem a distância no curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá. A tutoria abrange atividades pedagógicas, sociais, administrativas e técnicas. Isso se deve ao fato de que o sistema de ensino híbrido possui características específicas, devido a variação do espaço de ensino, ora ambiente virtual de aprendizagem, ora sala presencial.

O professor tutor é um profissional da área, contratado pela coordenação de curso, por meio de processo seletivo. É responsável pelo planejamento pedagógico

da unidade curricular e por integrar a exposição dos conteúdos em sala de aula com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e com as APS (atividades práticas supervisionadas).

O professor tutor do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá determinará a utilização ferramentas de tecnologias digitais assíncronas (chats), síncronas (fórum) disponíveis no AVA, assim como utilizará metodologias de ensino que promovam a autonomia, a flexibilização do processo de ensino e aprendizagem, promovam a interação entre os próprios discentes e destes com professor tutor.

Conforme concepção do Núcleo Docente estruturante, o professor tutor fará uso de metodologias ativas como Aprendizagem Baseada em Problemas, Sala de Aula Invertida e TBL (*team based learning*) utilizando a estrutura física e tecnológica disponibilizada na Faculdade de Iporá.

São atribuições do professor tutor:

- Conhecer o projeto pedagógico do curso e o material didático;
- Auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo;
- Promover grupos de estudo e outras atividades para fomentar o hábito da pesquisa entre os alunos;
- Esclarecer dúvidas em relação ao uso das tecnologias disponíveis e exigidas nas Unidades Curriculares do curso;
- Preparar os ambientes (laboratórios, salas de conferência, auditórios etc.) para as práticas;
- Manter-se em permanente comunicação com os estudantes
- A apresentar relatórios semestrais de atividades ou em outras ocasiões quando requisitado pela Coordenação do Curso, pelos coordenadores pedagógicos e pela secretaria acadêmica.

1.17. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessárias as Atividades de Tutoria

O educador, é um profissional que precisa acompanhar as mudanças e inovações que vem acontecendo no meio educacional e conseqüentemente se tornar um instrumento ativo na mudança social especialmente no aspecto

tecnológico onde o professor - tutor sofre grandes influências e inúmeros desafios na sua prática que vão desde familiaridade com os ambientes virtuais de educação até a sua própria empatia com os estudantes que necessita ser filtrada neste ambiente.

Dentre essas responsabilidades podemos destacar a dedicação contínua ao longo do processo de tutoria, a Unidade Curricular e planejamento do tempo, o ritmo para desenvolver suas atividades e orientações de forma regular junto aos alunos com clareza e objetividade, além de saber compartilhar conhecimento e trabalhar em equipe.

Na perspectiva educacional recente, o tutor tem múltiplas funções e sabe-se que os conhecimentos exigidos dele são tão importantes quanto dos professores presenciais, e esta postura direcionadora remete também ao tutor uma responsabilidade social importante porque ratifica a ideia de que o aprender tem uma dimensão muito maior do que transmitir e adquirir informação e é tal postura do tutor das Unidades Curriculares ofertadas à distância, entre outras, que tem colaborado para que este segmento esteja em grande expansão.

O tutor é quem participa ativamente como facilitador e incentivador da aprendizagem, estabelecendo a interação entre o aprendiz e o conteúdo, entre o aprendiz e outros aprendizes, sendo o elo entre o aprendiz e a instituição, responsável pelo processo de humanização da EaD, daí a sua importância na mediação do conhecimento.

Assim sendo, deve ter atitudes e comportamentos que seja relativo ao facilitador, ao incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

Nesse sentido, o tutor necessita possuir/desenvolver quatro qualidades fundamentais para promover a interação entre os aprendizes e orientá-los adequadamente ao longo do processo de construção do conhecimento, para então obter sucesso em suas ações.

As qualidades são: a cordialidade (fazer com que os aprendizes se sintam acolhidos e respeitados), a aceitação (procurar estar atento à realidade do aprendiz, às suas necessidades), a honradez (agir com honestidade e autenticidade, mostrar-se verdadeiro com o aprendiz, respeitando sua opinião) e empatia (capacidade de

colocar-se no lugar do outro, de enxergar as coisas sob o ponto de vista do outro sem fazer julgamentos prévios).

Desenvolvendo essas qualidades fundamentais, o tutor desenvolve habilidades e competências essenciais para a mediação da aprendizagem nas Unidades Curriculares ofertadas à distância, tais como: o exercício do diálogo; prática voltada para a interação e valorização dos aprendizes; incentivo a autonomia intelectual do aprendiz; promoção da cooperação; co-criação e trabalho em equipe; promoção do acolhimento das diferenças e da convivência respeitosa no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Trata-se das Competências Pedagógicas, Socioafetivas, Tecnológicas e Autoavaliativas, a serem discutidas a seguir.

1.17.1 Competências Essenciais Requeridas do Tutor

O tutor precisa entender o que é aprendizagem, bem como ter empatia, sensibilidade para perceber as peculiaridades dos alunos e provocar uma proximidade e interatividade com os alunos, apesar da distância. Capacidade de interagir com os conteúdos e com o material didático; Utilização de estratégias de orientação, acompanhamento e de avaliação da aprendizagem dos alunos; Demonstração de rapidez, clareza e correção nas respostas às perguntas e mensagens enviadas; Definição de regras claras para o trabalho a ser desenvolvido.

I. Competências Pedagógicas

Alguns métodos de ensino-aprendizagem, utilizados pelo tutor na mediação da aprendizagem são: promover a interação entre os alunos no AVA, incentivando o debate e a troca de ideias entre os mesmos; orientar, esclarecer dúvidas, e interagir de forma individual e em grupo com os alunos, inclusive contribuindo com as discussões nos fóruns de discussão, pretende-se que a mediação pedagógica possa ser vista como à relação do professor com seu objeto de trabalho - o aluno – na busca da aprendizagem como algo que precisa ser construído, a partir de reflexão crítica das experiências e do processo de trabalho do professor. Esta precisa intervir para que o aluno possa vivenciar situações diversificadas e enriquecedoras para a tomada de decisões, escolhas e intercâmbios de ponto de vista, a partir de um olhar

reflexivo, o professor reflete o quanto de sua ação implica na construção desse outro sujeito e de suas aprendizagens.

II. Competências Socioafetivas

Para que o tutor desenvolva um trabalho eficiente e tenha uma interatividade positiva nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), ele precisa estabelecer um bom relacionamento com seus alunos, relacionamento esse que transcenda as barreiras físicas.

Percebe-se que a ação tutorial de qualidade requer de seu quadro de tutores, habilidades emocionais e comportamentais bem desenvolvidas. A habilidade técnica é requerida e importante, mas, para uma boa atuação é necessário que o profissional se reconstrua e mantenha relacionamentos positivos. Esse relacionamento afetivo acontece com o tutor fazendo-se presente nas mediações, no envolvimento com os alunos, ou seja, acompanhando de perto cada postagem e tarefa, evitando ou minimizando assim dúvidas, insegurança e distanciamento.

Conhecer o alunado; Ter uma linguagem cordial; Ser atento e prestativo as dúvidas, mesmo as mais comuns; Ter uma escuta sensível; Estimular a participação; Incentivar a todos apontando as facilidades; Destacar o crescimento individual e grupal; Observar as dificuldades e orientar na superação delas; Construir um relacionamento afetivo, pautado na comunicação respeitosa, cordial e comprometida com a aprendizagem.

III. Competências Tecnológicas

É necessário que o tutor desenvolva tanto competências socioafetivas (aquelas relacionadas aos aspectos humanos, como perfil do aluno, afetividade, etc.) quanto tecnológicas (aquelas relacionadas aos aspectos tecnológicos, como a capacidade de manusear as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs).

Nesse contexto, é imprescindível que o tutor saiba utilizar as diversas TICs a fim de esclarecer possíveis dúvidas dos alunos e propor diferentes estratégias de aprendizagem, com o objetivo promover não só o acesso à informação e a interação entre os alunos através das várias ferramentas e interfaces disponíveis, mas,

principalmente de possibilitar que os alunos construam conhecimentos exercitando a sua criatividade.

IV. Competências Auto Avaliativas

A Autoavaliação é muito importante em aspectos pessoais e profissionais porque faz parte da observação do dia a dia, da avaliação da prática para analisar os possíveis erros e acertos, pois ela ajuda a verificar o que pode ser melhorado, aprimorado e modificado para atingir a eficácia.

Ações como participação assídua nos fóruns das Unidades Curriculares, chats e *feedbacks* por outros meios virtuais de comunicação como e-mail e redes sociais com constância é uma boa sinalização de que a conduta do tutor está sendo produtiva, pois está havendo interação professor-aluno e mediação da aprendizagem com a orientação da construção do conhecimento que fazem parte das competências para a função.

Em suma, a exploração dos recursos, a participação contínua com a mediação e a orientação dos estudos e o estímulo da autonomia do aluno são, sem dúvidas, condutas que levam o profissional a se certificar do seu bom trabalho e que contribuem para aprendizagem significativa do aluno.

1.18. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S

A FAI acredita que as TIC's podem contribuir com o acesso à educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores e alunos, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades.

Nesta perspectiva a Faculdade de Iporá – FAI disponibiliza diversos recursos tecnológicos aos seus docentes e discentes, tais como: laboratórios de informática, computadores para pesquisa instalados na biblioteca, TVs, aparelhos de data show, lousa interativa, Wi fi, websites, Webmail, Sistema Performance, Redes Sociais, Informativos (online e impressos), Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) e Plataforma de Interação Virtual (Microsoft Teams) etc.

Ademais, ainda são utilizados os recursos do Portal do Aluno, espaço onde professores e alunos poderão trocar informações e material.

1.19. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é uma plataforma LMS (Moodle) personalizada para a Faculdade de Iporá que permite o acesso por computadores e o acesso mobile por meio de aparelhos celulares e tablets.

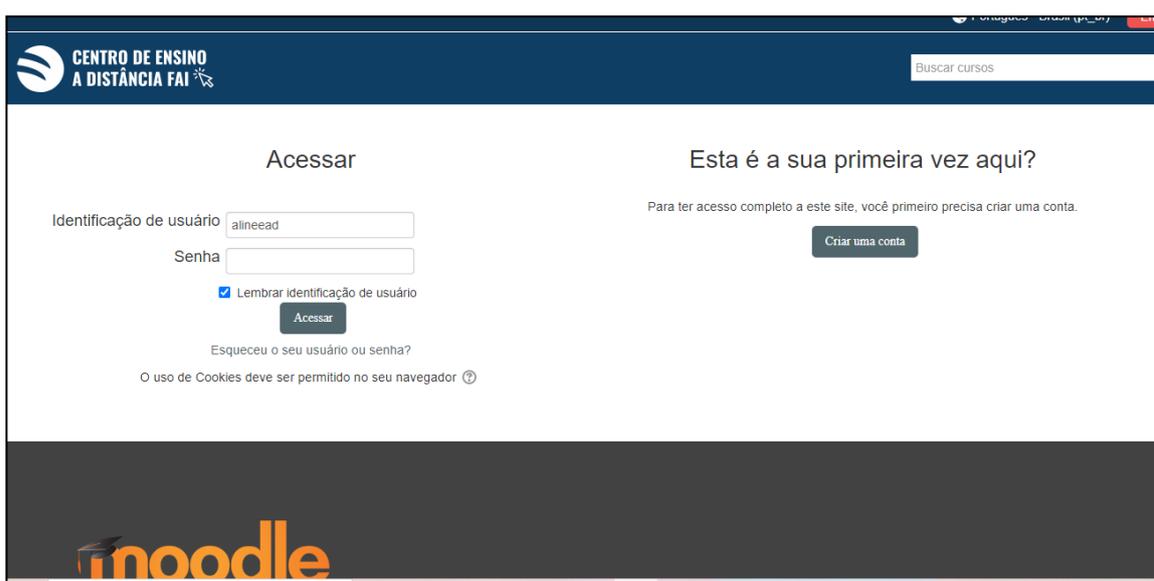


Figura 1: Interface do Ambiente Virtual de Aprendizagem

Fonte: AVA FAI, 2020

O AVA possibilita a participação do aluno em atividades síncronas e assíncronas por meio de ferramentas como o Fórum, Chats, texto colaborativo, avaliações, protocolo eletrônico de trabalhos, a indicação de materiais para leitura, o mural de notícias, as vídeo aulas, o glossário e o calendário de atividades.

O AVA está disponível no site portal.fai.edu.br e pode ser acessado também pelo site da Faculdade de Iporá na janela do Núcleo de Ensino a Distância da Faculdade de Iporá.

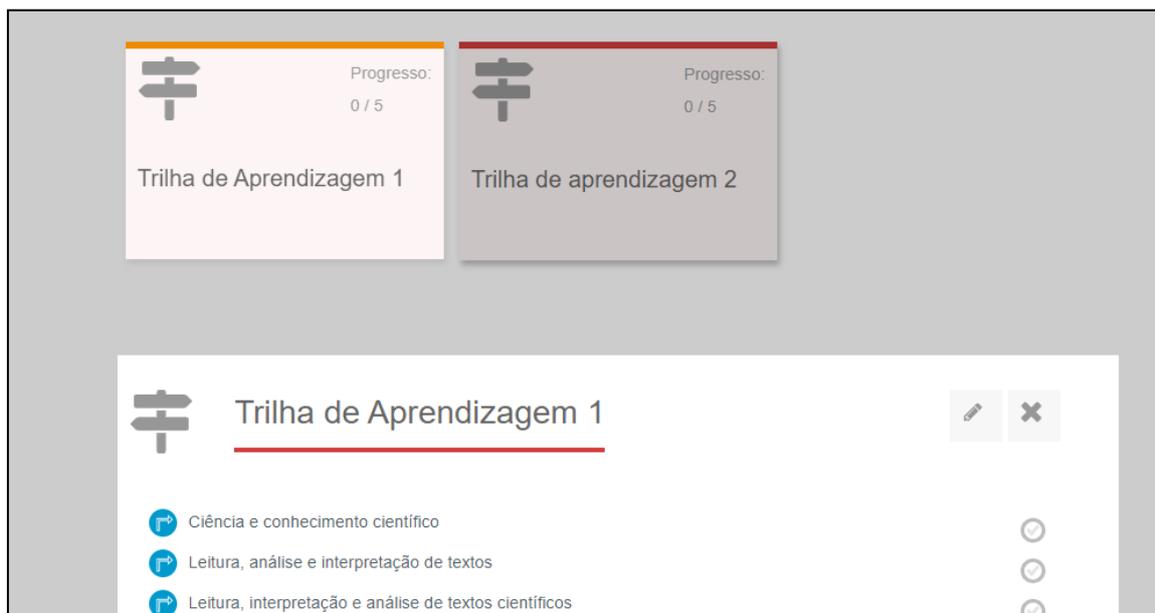


Figura 1: Estrutura das Trilhas de Aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem
 Fonte: AVA FAI, 2021

O conteúdo didático do curso de Bacharelado em Direito estará organizado no AVA em duas trilhas de aprendizagem cada uma composta por 06 unidades de conhecimento, 01 desafios de aprendizagem, 01 atividades de aprendizagem e 01 saiba mais.

A abertura e o encerramento de cada trilha estarão previstas no calendário acadêmico do curso.

Nos cursos presenciais da FAI, a Unidade Virtual oferta Unidades Curriculares na modalidade híbrida com até 20% da carga horária. O principal mecanismo de interação entre docentes, professores-tutores e estudantes se dá por meio do AVA (Moodle), que conta com ferramentas de comunicação assíncronas e síncronas. Essas ferramentas proporcionam uma construção colaborativa do conhecimento entre estudantes, corpo docente, coordenação e professores-tutores.

As ferramentas para interação assíncronas disponíveis no AVA são os avisos, os fóruns eletrônicos, os blogs e as mensagens, ficando todos eles registrados no AVA. Para a interação síncrona, o AVA conta com a ferramenta de chat; ela permite o diálogo em tempo real entre os participantes do processo de ensino e de aprendizagem. Por meio do fórum e da sala virtual inserida no AVA, o estudante pode tirar dúvidas, mantendo contato direto, quer com seus colegas quer com o professor-tutor.

As ferramentas assíncronas permitem a interação sem que os participantes estejam conectados ao mesmo tempo, essas ferramentas são vantajosas, uma vez que permitem o desenvolvimento de um tema de discussão por vários participantes, respeitando o ritmo e a disponibilidade de cada um. O estudante pode ter acesso a discussões a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer dia da semana, otimizando seu tempo de estudo.

A ferramenta de mensagem, por outro lado, além de ser um canal de comunicação seguro, uma vez que toda a interação fica registrada no ambiente, permite ao aluno desfazer dúvidas mais gerais sobre a Unidade Curricular e/ou curso ou, mesmo, apresentar questões de âmbito mais individual, conduzindo-as ao interlocutor mais apropriado.

A mensagem permite ao (s) professor (es) - tutor (es) ou ao (s) coordenador (es) publicar (em) avisos no AVA, transmitindo aos alunos informações importantes. O aviso publicado no AVA pode ser enviado via e-mail aos alunos, o que torna tal comunicação mais ágil.

Entre a ferramenta interação síncrona está o chat e o rótulo da sala virtual que terá encontros agendados conforme cronograma da tutoria, eliminando a questão de distância geográfica entre os integrantes do AVA. O chat também permite uma interação em tempo real, sendo sua maior vantagem o contato direto entre professor-tutor e estudantes para atender às suas dúvidas mais pontuais ou aprofundar algum tema da Unidade Curricular, propondo uma discussão ou resolução de problemas, visando à construção do conhecimento de maneira colaborativa.

Essa ferramenta também é utilizada no plantão com a Coordenação do Núcleo de Ensino a Distância, em data e horário previstos no calendário, permitindo um contato direto entre os interlocutores, o que agiliza a comunicação, a resolução e o encaminhamento de demandas dos estudantes.

1.20. MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO

No Ensino a Distância, o material didático é corresponsável pelo processo de mediação pedagógica, deve privilegiar a interação, a interatividade e a aprendizagem colaborativa. Nesse contexto, o professor e o tutor passam a exercer

papel de mediadores, garantindo autonomia intelectual aos discentes sem renunciar à sua função docente: proporcionar os meios para a construção do conhecimento.

Partindo desta premissa, a FAI disponibiliza Material Didático, elaborado e validado pela Equipe Multidisciplinar, que desenvolve conteúdo para cursos de graduação e pós-graduação fundamentados na metodologia de aprendizado ativo. É importante frisar que o corpo docente do curso e o NDE, fazem o levantamento do conteúdo a ser utilizado nas Unidades Curriculares e são responsáveis por sua adaptação quando necessário, levando-se em conta a qualidade do material, os conteúdos curriculares do Projeto Pedagógico e as DCNs do curso de Bacharelado em Direito.

No material didático desenvolvido, as Unidades de Aprendizagem (UA) são organizadas de maneira a permitir que o acadêmico desempenhe um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade, como: textos, vídeos e exercícios de fixação.

Os itens que compõem uma UA, são:

Apresentação: contém os objetivos de aprendizagem da unidade, em termos de conteúdo, habilidades e competências. Esses objetivos de aprendizagem servem como norteadores para a elaboração dos demais itens que compõem a unidade. Os objetivos são precisos, passíveis de observação e mensuração.

Desafio de Aprendizagem: desafiar é contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando-se significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto, mas sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se, nesta atividade, elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica.

Unidade de Aprendizagem: cada unidade de aprendizagem é composta por um trecho do livro selecionado. Esses trechos serão produzidos em *flipbook* e disponibilizados aos alunos por intermédio de um *link* que o direciona para o material.

Dica do professor: a dica do professor é um vídeo de curta duração sobre o tema principal da unidade de aprendizagem. Tem por objetivo apresentar o conteúdo em um formato dinâmico, complementando os demais objetos de aprendizagem.

Exercícios de fixação: são questões objetivas que abordam os pontos principais do conteúdo. São exercícios que reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São disponibilizadas cinco questões em cada unidade de aprendizagem.

Na prática: é a aplicação e contextualização do conteúdo. Um meio de demonstrar a teoria na prática. A aplicabilidade prática de cada conceito desenvolvido na unidade de aprendizagem é exemplificada. Ao contextualizar a teoria, a metodologia favorece o desenvolvimento das competências profissionais pelo conhecimento das situações reais da vida profissional.

Saiba Mais: permite a leitura complementar e mais profunda dos diversos assuntos abordados na unidade de aprendizagem. São artigos científicos, livros, textos, vídeos e outros materiais que estimulam a continuidade da leitura e o interesse de aprofundamento dos conteúdos.

Material impresso: a plataforma possibilita a impressão de todo o material disponibilizado virtualmente, com configuração adequada, caso seja da necessidade particular do discente.

1.21. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação dos alunos da FAI é feita de modo processual, privilegiando o esforço do aluno. Assim, os professores procurarão avaliar constantemente os alunos, inclusive aplicando várias formas de avaliação para compor a média final de cada bimestre. A preocupação maior diz respeito ao fato de o aluno compreender o conteúdo da Unidade Curricular, ter condições de interpretar e avaliar criticamente as situações, evitando-se, sempre que possível, realizar avaliações que privilegiam a assimilação mecânica de conhecimento.

De acordo com o Regimento da FAI, o sistema de avaliação está assim definido:

“Art. 92º A avaliação do desempenho acadêmico observará os termos gerais estabelecidos neste Regimento e, quanto os seus métodos e abrangência, as normas estatuídas pelo Conselho Superior – CONSUP, ouvido o Colegiado de Curso, respeitando-se a especificidade de cada curso.

Art. 93º A aprovação do aluno em cada Unidade Curricular, unidade curricular ou módulo far-se-á por meio de dois critérios, ambos eliminatórios por si mesmos: assiduidade e rendimento acadêmico.

Art. 94º A apuração da assiduidade far-se-á pela frequência do aluno às aulas e demais atividades programadas pela Unidade Curricular, unidade curricular ou módulo.

§ 1º A verificação e registro da frequência do aluno são de responsabilidade do Professor de cada Unidade Curricular e/ou do coordenador do módulo e o seu controle é de responsabilidade da Secretaria Geral, para fins de registro geral e elaboração de listas para efeitos de prova;

§ 2º A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, a não ser aqueles previstos em Lei.

§ 3º Incumbe ao aluno fazer o acompanhamento de sua própria frequência, precavendo-se das situações-limite de reprovação.

§ 4º Independente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na Unidade Curricular o aluno que não obtenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

Art. 95º O aproveitamento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas avaliações periódicas e no exame final em conformidade com o sistema de avaliação da instituição. Entende-se por Aproveitamento Escolar a soma das notas obtidas no conjunto das Avaliações denominadas:

- I. Nota1 (N1): Prova escrita com pontuação 8,0 (oito) e 2,0 (dois) em trabalhos, conforme plano de ensino (Peso 0,4);
- II. Nota2 (N2): Prova escrita com pontuação 8,0 (oito) e 2,0 (dois) em trabalhos (Peso 0,6);
- III. Nota3 (N3): Prova para quem não atingir a nota igual ou superior a 7,0 com o valor de 0 a dez;

- IV. Será aprovado e dispensado do exame final (N3) da Unidade Curricular o aluno que tiver obtido nota final (N1 + N2) igual ou superior a 7,0 (sete), e tiver frequência às aulas igual ou superior a 75%;
- V. Se a nota final (N1+ N2), por Unidade Curricular, for inferior a 7,0 (sete) igual e superior a 4.0 (quatro), o aluno deverá prestar o exame final (N3), desde que tenha frequência às aulas igual ou superior a 75%.
- VI. Será reprovado o aluno cuja média entre N1 + N2 for menor que 4.0 e/ou tiver frequência às aulas inferior a 75%.
- VII. O aluno que se submeter a N3 será considerado aprovado se obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis pontos);
- VIII. O aluno que for convocado para a prova N3 e não comparecer na FAI na data definida para aplicação da prova ser-lhe-á atribuído à nota 0 (zero);
- IX. O aluno que se submeter a N3 será considerado reprovado se obtiver média final menor de 6,0 (seis pontos).

Art. 96º É concedida avaliação substitutiva ao aluno que deixar de realizar avaliação de aproveitamento acadêmico no período estabelecido no calendário acadêmico.

§ 1º A avaliação substitutiva é realizada mediante requerimento do aluno e em prazo estabelecido pela Secretaria.

§ 2º Conceder-se-á segunda chamada ao aluno que faltar ao exame final, desde que requerida no prazo improrrogável de 4 (quatro) dias útil após sua realização, uma vez justificada a ausência e a juízo do Diretor Geral.

Art. 97º O aluno reprovado por não ter alcançado na frequência e/ou no desempenho acadêmico os índices mínimos exigidos, repetirá a Unidade Curricular, unidade curricular ou módulo, sujeitando-se na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas neste Regimento e nas normas que regulam as avaliações estatuídas pelo Conselho Superior – CONSUP.

Art. 98º É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as Unidades Curriculares do semestre letivo cursado, admitindo-se ainda a promoção com dependência em até 3 (três) Unidades Curriculares.

Parágrafo único. O aluno reprovado em mais de 3 (três) Unidades Curriculares repetirá o período, ficando, porém dispensado das Unidades Curriculares em que obteve aprovação.

Art. 99º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino, conforme previsto no art.47 § 2º da LDB.

Art. 100º São atividades curriculares as preleções, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, aprovados pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo único. O professor, a seu critério ou a critério da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extra classe, nos limites definidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 92º- É concedida avaliação substitutiva ao aluno que deixar de realizar avaliação de aproveitamento acadêmico no período estabelecido no calendário acadêmico.

§ 1º A avaliação substitutiva é realizada mediante requerimento do aluno e em prazo estabelecido pela Secretaria.

§ 2º Conceder-se-á segunda chamada ao aluno que faltar ao exame final, desde que requerida no prazo improrrogável de 4 (quatro) dias úteis após sua realização, uma vez justificada a ausência e a juízo do Diretor Geral.

Art. 93º- O aluno reprovado por não ter alcançado na frequência e/ou no desempenho acadêmico os índices mínimos exigidos, repetirá a Unidade Curricular, unidade curricular ou módulo, sujeitando-se na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas neste Regimento e nas normas que regulam as avaliações estatuídas pelo Conselho Superior – CONSUP.

Art. 94º- É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as Unidades Curriculares do semestre letivo cursado, admitindo-se ainda a promoção com dependência em até 3 (três) Unidades Curriculares.

Parágrafo único. O aluno reprovado em mais de 3 (três) Unidades Curriculares repetirá o período, ficando, porém dispensado das Unidades Curriculares em que obteve aprovação”.

1.22. NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas previstas para o curso de Bacharelado em Direito é condizente com a infraestrutura acadêmica disponibilizada, afinal o curso dispõe de todo o suporte necessário para que este Projeto Pedagógico se efetive de maneira concreta e precisa. Do mesmo modo, deve-se destacar a infraestrutura física da FAI que disponibiliza ao curso condições para efetivação dos mecanismos de gestão e ensino-aprendizagem contemplados neste projeto.

As vagas são divididas da seguinte maneira:

Matutino: 50 vagas anuais;

Noturno: 50 vagas anuais;

Totalizando 100 vagas anuais para o Curso de Direito

1.23. INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE JUSTIÇA

A FAI possui convênios com o intuito de propiciar aos acadêmicos e professores vários cenários de aprendizagem na área do Direito. Dentre eles podemos citar: Tribunal de Justiça, Polícia Civil, Ministério público, no sentido de articular a formação acadêmica do Bacharel em Direito. A FAI propõe-se buscar e manter parcerias com entidades, instituições públicas, privadas e associações de classe, vislumbrando a cooperação nos âmbitos científico, técnico, tecnológico e pedagógico, além da ampliação e diversidade dos cenários de aprendizagem para os acadêmicos do Curso de Direito.

2. DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

O corpo de tutores do curso de Direito da FAI que atua na modalidade EAD é formado por professores especialistas, mestres e doutores. Estes professores têm função de nortear as práticas de ensino-aprendizagem por meio das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, capazes de facilitar a aquisição do conhecimento e a aprendizagem do acadêmico.

Para cumprir tal função, os tutores utilizam os diversos recursos do AVA, tais como: fóruns, chats, compartilhamento e troca de documentos, acesso a bases de dados, dentre outros. Neste ambiente virtual os professores organizam e disponibilizam materiais com os conteúdos das Unidades Curriculares, elaboram e enviam trabalhos e avaliações e interagem com os acadêmicos.

A metodologia utilizada para os encontros a distância são variadas e atendem as especificidades dos alunos: problemas reais contextualizados são trazidos como forma de reflexão e análise; materiais extras são indicados como forma de complementar os estudos; exercícios de fixação ajudam na aprendizagem e compreensão do conteúdo.

A instituição, preocupada com a qualificação de seus professores, incentiva e oferece formações que subsidiam a prática docente no EAD. O Núcleo de Acessibilidade e o Núcleo de Apoio Pedagógico auxiliam o docente em suas práticas. Estes Núcleos buscam orientar os professores na identificação de alunos com problemas de aprendizagem, bem como sugerir e auxiliar nas adaptações de materiais para estudantes com deficiência.

O Professor e tutor de Educação a distância deve ser um integrador, e facilitador para o aluno na construção do conhecimento. Devendo, portanto, ter habilidade para interagir com os estudantes com disponibilidade para ouvir e atendê-los nas suas dúvidas e problemas, de modo que o estudante veja nele um aliado.

A FAI para garantir a aderência dos tutores com a Educação a Distância disponibiliza a todos os tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena.

Para formação continuada a FAI disponibilizará também capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim.

2.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A Faculdade de Iporá através da Coordenação de curso, atende a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010, para constituição dos Núcleos Docentes de seus cursos, que preconiza em sua composição, determinado em seu Art.3º desta Resolução, que o NDE deve:

I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

O NDE tem como missão precípua auxiliar a Coordenação e o Conselho de Curso na implantação e no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico dos Cursos, bem como na sua constante atualização e aperfeiçoamento, aprovados pelos CONSUP.

Segundo o ato de sua criação, o NDE será composto pelo Coordenador do Curso, membro nato e responsável pela coordenação do NDE, e por docentes vinculados ao curso.

Os docentes que integrarem o NDE serão indicados pelo Coordenador do Curso e nomeados pelo Diretor da Faculdade

Compete ao Núcleo Docente Estruturante - NDE:

I. Estabelecer diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores;

II. Discutir, elaborar e implantar o Projeto Pedagógico do Curso – PPC do curso;

III. Definir o perfil profissional e os objetivos gerais do Curso;

IV. elaborar o currículo pleno do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;

V. emitir pareceres das propostas de ensino, iniciação científica e extensão no âmbito do Curso;

VI. fixar as diretrizes gerais dos programas das Unidades Curriculares do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;

VII. propor ao Coordenador providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;

VIII. participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o Curso;

IX. Promover a articulação e integração dos conteúdos do curso tanto no plano horizontal como vertical.

X. Definir o perfil do formando egresso/profissional de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação a que pertencem

XI. Encaminhar as propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso para aprovação e posteriormente ao Núcleo Pedagógico da FAI e ao CONSUP.

XII. Avaliar os Planos de Ensino das Unidades Curriculares do curso, adequando-os ao PPC.

XIII. Acompanhar, atualizar, articular e adequar o PPC de acordo com os relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA, Núcleo Estratégico Pedagógico-NEP, procurando atender ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e a demanda de mercado.

XIV. Analisar o desempenho docente e repassar as limitações encontradas em seu curso à Gerência Acadêmica e ao Núcleo Pedagógico da IES.

XV. Elaborar e implementar projeto de iniciação científica, extensão interligado ao curso numa visão empreendedora.

2.1.1. Componentes do NDE – Núcleo Docente Estruturante

O NDE do de Bacharelado em Direito atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007, sendo no mínimo 05 docentes, 60%

deles com formação *Stricto Sensu* e mínimo de 20% em regime Integral. Segue abaixo os nomes dos Membros do NDE do curso:

Docente	Titulação
Leandro Ribeiro Miwa	Mestre
Neusa Valadares Siqueira	Doutora
Celany Queiroz Andrade	Mestre
Kaio José Silva Maluf Franco	Mestre
Aline Vanessa Coriolano Jesuíno	Mestra

Nesse sentido, destaque-se que este PPC do Curso Bacharelado em Direito é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserido.

2.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Equipe Multidisciplinar da FAI, é formada por profissionais de diferentes competências, envolvidas no desenvolvimento de projetos e Unidades Curriculares modalidade a distância. Atua em parceria com o Centro de Ensino Distância.

São atribuições da equipe multidisciplinar: concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para o EAD; avaliação e validação do material didático adotado pela Instituição para as Unidades Curriculares virtuais; elaboração do plano de ação para o ensino à distância, documento que determinará as implantações e processos de trabalhos a serem formalizados no âmbito do EAD.

Com apoio tecnológico do setor de Tecnologia da Informação, a equipe multidisciplinar trabalha com a finalidade de garantir a qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a criação, produção, distribuição e monitoramento, até a avaliação da Unidade Curricular à distância, promovendo a autoaprendizagem, a aprendizagem significativa, ativa e colaborativa, suportadas pelo uso sistemático das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

No quadro a seguir membros que compõem a equipe multidisciplinar da Faculdade de Iporá.

Membro	Titulação
Aline dos Santos Sousa	Graduação: Administração com Habilitação em Marketing Mestrado: Desenvolvimento e planejamento territorial
Aline Vanessa Coriolano Jesuino da Silva	Graduação: Psicologia Mestrado: Psicologia organizacional e do trabalho
Bianca Christofoli Freitas Queiroz	Graduação: Engenharia Civil Mestrado: Desenvolvimento regional
Beatriz Souza Martins	Graduação: Ciências Biológicas
Cleuza Joana de Lima Martins	Graduação: Ciências contábeis e Letras Especialização: Auditoria e controladoria
Glauce Silva Fonseca de Moraes	Graduação: Direito Especialização: Docência universitária
Clistiane dos Anjos Mendes	Graduação: Engenharia agrônoma Doutorado: Genética
Leandro Ribeiro Miwa	Graduação: Direito, Física, Pedagogia, Educação Física Mestrado: Direito e Relações Internacionais
Francielle Moreira Rodrigues	Graduação: Enfermagem Mestrado: Ciências Ambientais e Saúde
Osmar Martins Ferreira Junior	Graduação: Odontologia Mestrado: Odontologia
Mayara Barroso Siqueira	Graduação: Letras e Pedagogia Especialização: Libras e Direitos Humanos
Vilma Maria Soares Rodrigues	Graduação: Pedagogia Especialização: Psicopedagogia, supervisão e planejamento educacional

2.2.1. Colegiado do Curso

A FAI de Iporá garante às Coordenações de curso e aos respectivos corpos docentes a efetiva participação nos Colegiado dos Cursos, nos termos normativos

discriminados a seguir: O colegiado de curso é órgão deliberativo, normativo e coletivo cuja finalidade é promover a assessoria didática e administrativa no âmbito de cada curso da FAI e tem a seguinte composição:

- O Coordenador do curso, seu Presidente;
- Três representantes do corpo docente;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao colegiado de curso, entre outras coisas:

- Contribuir na definição do perfil de egresso do curso respectivo;
- Aprovar alterações curriculares propostas pelo NDE, submetendo-as ao Conselho para referendar tais decisões;
- Promover a supervisão didático-pedagógica do curso;
- Aprovar os programas de unidade curriculares, planos de aulas, planejamento das atividades articuladas ao ensino, bem como colaborar com a coordenação do curso e NDE, tendo em vista a operacionalização do projeto pedagógico, a integralização da carga horária e desenvolvimento dos componentes curriculares do curso.
- Contribuir para o desenvolvimento e regulamentação das atividades complementares, dos estágios curriculares e demais atividades articuladas ao ensino; entre outros.

Levando-se em consideração as características do colegiado de curso, em seus aspectos composicional e/ou funcional, cabe esclarecer a enorme importância desse espaço de concepção e de debate sobre todas as implicações pedagógicas do curso. Trata-se de um campo, onde são concebidas e indicadas, ações didático-pedagógicas que se transformam em base para a efetivação dessas ações. É esclarecedor registrar que esse espaço reflete as diretrizes preconizadas pelo projeto pedagógico do curso, bem como, as diretrizes institucionais defendidas pela IES, formalizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico-Institucional (PPI).

A partir disso, os Colegiados de Curso, em sua composição e funcionamento, refletem coerentemente as prerrogativas normativas e institucionais da Faculdade de Iporá, sobretudo no tocante à acessibilidade ao conhecimento da comunidade interna, bem como à garantia de sua autonomia e sua representação junto aos segmentos docentes e discentes.

2.2.2. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá, professor **Me. Leandro Ribeiro Miwa**, é contratado nos moldes da CLT, com regime integral de 40 horas semanais.

2.3. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Nesse sentido, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 5 anos de experiência acadêmica e não -acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Bacharelado em Direito, bem como de outros cursos de graduação da IES, são constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exerce o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno, junto a estudantes e a professores, quanto no plano externo, junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negocia com as dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motivar estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisiona a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhece e contribui para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Fórmula fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribui para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integra os professores e estimula a articulação das unidades curriculares da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Lidera o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimula os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução dos PIs – Projetos Inter unidades curriculares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribui para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontra meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firma contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procura ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a Faculdade de Iporá – FAI tem na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá está sob a responsabilidade do Professor **Me. Leandro Ribeiro Miwa**, que possui Bacharelado em Direito pela (UniRV: Universidade de Rio Verde- GO.2005), Licenciatura em Física (UFG-UNIFAVENI. 2012) Licenciatura em Pedagogia pela (FAI: Faculdade de Iporá.2018), Licenciatura em Educação Física (FABRAS: Faculdade Integrada de Brasília -DF- 2020). Especialização em Direito e Processo do Trabalho (UCAM: Universidade Candido Mendes- RJ. 2008). Especialização em Direito e Processo Civil, (UNICID: Universidade Cidade de São Paulo-SP.2009). Especialização em Direito Ambiental (UNIP: Universidade Paulista.2011) Especialização em Direito Constitucional (FAMEV- Faculdade Metropolitana do Vale do Aço- MG . 2018). Especialização em Direito das Famílias e Sucessões. (DOM ALBERTO: Centro de Ensino Superior Dom Alberto- RS. 2019.) Especialização em Psicologia Jurídica. (FABRAS: Faculdade Integrada de Brasília. 2020). Especialização em Coordenação Pedagógica e Planejamento (ALFAMÉRICA: Faculdade Alfamérica -SP.2021) Especialização em Direitos Humanos (FOCUS- Faculdade Focus - PR- 2021), Especialização em Direito Público (LEGALE- Faculdade Legale - SP- 2021). MBA em Psicologia Organizacional (INTERVALE- 2022) Mestrado em Direito e Relações Internacionais (PUC-GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás-2016). É Doutorando do Programa de Doutorado Acadêmico em Direito do IDP- Instituto Brasiliense de Direito Público, na linha de pesquisa Tutela Penal e Direito Sancionador no Estado Democrático de Direito. É

membro das Comissões de Educação Jurídica (CEJUR), Advogado Professor e OAB/Cidadã, da OAB-Seccional Goiás. Compõe o NDE - Núcleo Docente Estruturante e Colegiado dos Cursos de Direito e Psicologia da FAI- Iporá e Palmeiras de Goiás. É membro do Conselho de Pesquisa e Extensão e do Conselho Pedagógico do NPJ(Núcleo de Práticas Jurídicas) da FAI- Iporá e FAI- Palmeiras de Goiás. É Parecerista do Guia Faculdades da Editora Abril e do Estadão. É membro do Instituto Goiano de Direito Desportivo (IGoDD), do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA) e do Observatório de Direitos Humanos- DF. Tem experiência em gestão acadêmica. Atuando na área do Direito, com ênfase em Direito: Constitucional, Ambiental, Civil, Trabalho, Direitos Humanos, Direito Internacional. Avaliador Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de autorização e reconhecimento de cursos de graduação, mediante a portaria Nº 546, de 19 de novembro de 2021.

2.4. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Iporá constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pela Faculdade de Iporá – FAI, de cursos de pós-graduação Lato Sensu, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferece apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da Faculdade de Iporá – FAI.

Há que se destacar que o corpo docente participa ativamente dos eventos de extensão da Faculdade de Iporá – FAI, tanto na sua concepção como na sua realização, envolvendo toda a comunidade acadêmica em programas sociais e culturais.

São atribuições do corpo docente:

- I. Elaborar o plano de ensino de sua unidade curricular, submetendo à aprovação de seu Colegiado;
- II. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua unidade curricular, cumprindo-lhe integralmente o programa e carga horária;
- III. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação de aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- IV. Registrar nos Diários de Classe, a frequência dos alunos e a matéria lecionada;
- V. Entregar à Secretaria Geral os Diários preenchidos, Planos de Ensino, bem como, os resultados das avaliações do aproveitamento acadêmico, nos prazos fixados;
- VI. Observar o regime unidade curricular da Faculdade;
- VII. Elaborar e executar projetos de Extensão e prestação de serviços;
- VIII. Dedicar-se à produção do conhecimento e à inovação tecnológica, publicar a produção científica e registrá-la adequadamente;
- IX. Participar dos processos seletivos discentes e da orientação acadêmica do aluno;
- X. Dedicar-se à melhoria dos processos pedagógicos e metodológicos de ensino-aprendizagem e das propostas curriculares;
- XI. Atender a todas as convocações efetuadas pelo Diretor Geral, pela Gerência Acadêmica e pelos Coordenadores de Cursos.
- XII. Elaborar e atualizar ementas, programas e bibliografia das unidades curriculares da sua área de conhecimento, bem como estudar e propor melhorias curriculares nas matrizes dos cursos;
- XIII. Cumprir integralmente o programa e a carga horária das unidades curriculares e das demais atividades que lhe são atribuídas;
- XIV. Observar rigorosamente o Calendário Acadêmico e o Calendário de Eventos da Instituição;
- XV. Estar presente na FAI ou à disposição dela, durante o período previsto no contrato de trabalho;
- XVI. Participar dos processos seletivos discentes e da orientação acadêmica do aluno;
- XVII. Participar de programas especiais de capacitação docente, quando convocado.
- XVIII. Abster-se, caso postule em nome de terceiros, contra a FAI, de divulgar segredo profissional e as informações reservadas ou privilegiadas que lhe tenha sido confiada quando ocupante de cargos/funções de confiança na Instituição;

- XIX. Abster-se de participar de causa contrária à ética, à moral ou à validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido; da mesma forma deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se está lhe houver revelado segredo ou obtido seu parecer;
- XX. Guardar sigilo sobre o que saiba em razão de sua função/ cargo, cabendo-lhe recusar-se a depor como testemunha em processo no qual tenha informações reservadas ou privilegiadas;
- XXI. Votar, podendo ser votado, para representante de sua classe no Conselho Superior - CONSUP e no seu Colegiado de Curso;
- XXII. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- XXIII. Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos; e
- XXIV. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Regimento e no Plano de Carreira Docente.

Para ingresso na Faculdade de Iporá e no curso de Bacharelado em Direito os professores serão selecionados pelo Coordenador, oriundos, em sua maioria, da região de Iporá e, quando necessário, de outras cidades e regiões do Estado e do Brasil.

Os requisitos exigidos para a docência são:

- I. Titulação acadêmica: Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com a unidade curriculares a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.
- II. Formação não acadêmica privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).
- III. Experiência acadêmica privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.
- IV. Experiência profissional: Para unidades curriculares mais específicas de Gestão o requisito experiência é fundamental, já para as unidades curriculares de formação geral, a experiência em Gestão não é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

O perfil e a titulação do corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito a estão representados na tabela, a seguir:

DOCENTE	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
Aline dos Santos Sousa	Administração	Mestre
Aline Vanessa Coriolano Jesuíno da Silva	Psicologia	Mestre
Celany Queiroz Andrade	Direito	Mestre
Glauca Cristina Ferreira	Direito	Mestre
Kaio José Silva Maluf Franco	Filosofia	Mestre
Leandro Ribeiro Miwa	Direito	Mestre
Neusa Valadares Siqueira	Direito	Doutora
Rodrigo José Marques Ferreira	Direito	Especialista

2.5. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho a ser adotado é o de tempo parcial ou integral. Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicada a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão entre outras atividades. O coordenador do curso será contratado em regime de trabalho de quarenta horas semanais.

O Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso de Bacharelado em Direito da FAI está representado nas tabelas, a seguir:

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Leandro Ribeiro Miwa	Integral
Aline dos Santos Sousa	Integral
Aline Vanessa Coriolano Jesuíno da Silva	Parcial
Celany Queiroz Andrade	Parcial

Glaucia Cristina Ferreira	Integral
Kaio José Silva Maluf Franco	Parcial
Neusa Valadares Siqueira	Parcial
Rodrigo José Marques Ferreira	Parcial

2.5.1 Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, haverá a busca constante pelo incentivo e por meios de facilitar o acesso do seu corpo docente aos cursos *Stricto Sensu*.

A Faculdade de Iporá – FAI também incentivará os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação.

2.5.2 Plano de Carreira Docente

A IES tem implementado e homologado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que poderão ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

2.6. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE EXCLUÍDO A EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do Curso de Graduação Bacharelado em Farmácia possui professores com experiência profissional comprovada, bem como, experiência no exercício da Docência Superior o que possibilita uma atuação em sala de aula voltada as áreas práticas de atuação, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Segue as experiências profissionais dos docentes:

DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Aline dos Santos Sousa	15 Anos
Aline Vanessa Coriolano Jesuíno da Silva	18 anos
Celany Queiroz Andrade	20 anos
Glaucia Cristina Ferreira	10 anos
Kaio José Silva Maluf Franco	12 anos
Leandro Ribeiro Miwa	16 anos
Neusa Valadares Siqueira	35 anos
Rodrigo José Marques Ferreira	07 anos

2.7. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O exercício profissional da docência superior é complexo e desafiador, vai além da transmissão e construção de saberes presentes em outros momentos do processo de ensino e aprendizagem. No contexto acadêmico, o docente exerce influência mais diretamente ligada à formação do profissional, que num futuro breve será inserido ao mercado de trabalho.

No ensino superior o docente interage com acadêmicos, visto que se trata de uma prática que implica interações humanas. Nesse espaço de interação, o professor tem como responsabilidade a delicada tarefa de contribuir efetivamente na formação de outros profissionais. Para isso, requer-se do docente uma gama de conhecimentos e competências, além da capacidade de ação respaldada pela ética profissional.

O docente precisa estar ciente de suas competências e de que as interações no contexto educacional são abrangentes, onde o educador é avaliado por seus

alunos não somente em relação às habilidades e domínios das técnicas de ensino que emprega. O professor universitário é também avaliado por sua capacidade de interagir e mediar interações entre os acadêmicos, além de se constituir em modelo profissional, que poderá ser imitado ou não.

É nesse contexto que se considera a importância dos atributos constituintes do exercício profissional do ensino na docência superior, considerando conhecimentos, competências e a ética como forma de respaldar as ações do profissional que implica diversas formas de interações sociais.

Para tanto o curso de Bacharelado em Direito detêm docentes que visam identificar as dificuldades dos discentes, expondo em linguagem acessível de acordo com as características individuais os seus conteúdos curriculares, além de elaborar atividades práticas e teóricas pensando na melhoria da aprendizagem e de novas formas de avaliações.

Segue os docentes com suas respectivas experiências na docência do ensino superior:

DOCENTE	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR
Aline dos Santos Sousa	07 anos
Aline Vanessa Coriolano Jesuíno da Silva	09 anos
Celany Queiroz Andrade	13 anos
Glaucia Cristina Ferreira	07 anos
Kaio José Silva Maluf Franco	11 anos
Leandro Ribeiro Miwa	13 anos
Neusa Valadares Siqueira	20 anos
Rodrigo José Marques Ferreira	05 anos

2.8. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para garantir a aderência dos docentes com a Educação a Distância da FAI – Faculdade de Iporá disponibilizará a todos os docentes um curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FAI disponibilizará capacitações

constantes, síncronas e assíncronas, através do AVA, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim.

A experiência no exercício da docência na educação à distância compete 50% dos docentes com mais de 3 anos de experiência. Capacitação e formação continuada a fim de proporcionar efetiva atuação, pedagógica, metodológica no processo de Ensino Aprendizagem.

O Bacharelado em Direito possui na sua equipe de docentes, profissionais habilitados e competentes, com experiência na Educação a Distância, que atuam como polinizadores, socializando suas experiências e metodologias com os profissionais que atuam nesta modalidade, o que permite identificar as dificuldades dos acadêmicos, além de expor o conteúdo em uma linguagem aderente as características de cada turma, apresentando exemplos contextualizados com os conteúdos das disciplinas ministradas, permitindo ao docente identificar discentes com dificuldade e elaborar atividades específicas, e quando necessário encaminhá-lo para o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, assim inovando, avaliando e adaptando suas metodologias, exercendo um papel de liderança, sendo reconhecido pela sua produção.

2.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para garantir a aderência dos tutores com a Educação a Distância da FAI – Faculdade de Iporá será disponibilizado a todos os tutores contratados, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FAI disponibilizará capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do AVA, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim.

A experiência no exercício da tutoria na educação à distância compete 50% dos tutores com mais de 3 anos de experiência. Capacitação e formação continuada a fim de proporcionar efetiva atuação, pedagógica, metodológica no processo de Ensino Aprendizagem.

O Curso de Bacharelado em Direito possui na sua equipe de tutores, profissionais com experiência na Educação a Distância que atuam como polinizadores, socializando suas experiências e metodologias com os profissionais

que atuam nesta modalidade. Os cursos de capacitação para Docentes contribuem também, para qualificação de novos tutores, ofertando cursos e oficinas voltadas à dinâmica do EAD. Estes profissionais tutores, buscam desenvolver atividades de interação entre docentes e discentes, com o intuito de promover uma aprendizagem com equidade entre os acadêmicos.

O Núcleo de Acessibilidade e o Núcleo de Apoio Pedagógico também auxiliam os tutores em suas práticas. Estes Núcleos buscam orientar os tutores sugerindo e auxiliando na utilização das possíveis tecnologias assistivas para acadêmicos com deficiência.

2.10. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A FAI garante às Coordenações de curso e aos respectivos corpos docentes a efetiva participação nos Colegiado dos Cursos, nos termos normativos discriminados a seguir:

O colegiado de curso é órgão deliberativo, normativo e coletivo cuja finalidade é promover a assessoria didática e administrativa no âmbito de cada curso da FAI e tem a seguinte composição:

- O Coordenador do curso, seu Presidente;
- Três representantes do corpo docente;
- Dois representantes do corpo discente.

Compete ao colegiado de curso, entre outras coisas:

- Contribuir na definição do perfil de egresso do curso respectivo;
- Aprovar alterações curriculares propostas pelo NDE, submetendo-as ao Conselho para referendar tais decisões;
- Promover a supervisão didático-pedagógica do curso;
- Aprovar os programas das Unidades Curriculares, planos de aulas, planejamento das atividades articuladas ao ensino, bem como colaborar com a coordenação do curso e NDE, tendo em vista a operacionalização do projeto pedagógico, a integralização da carga horária e desenvolvimento dos componentes curriculares do curso.

- Contribuir para o desenvolvimento e regulamentação das atividades complementares, dos estágios curriculares e demais atividades articuladas ao ensino; entre outros.

Levando-se em consideração as características do colegiado de curso, em seus aspectos composicional e/ou funcional, cabe esclarecer a enorme importância desse espaço de concepção e de debate sobre todas as implicações pedagógicas do curso. Trata-se de um campo, onde são concebidas e indicadas, ações didático-pedagógicas que se transformam em base para a efetivação dessas ações. É esclarecedor registrar que esse espaço reflete as diretrizes preconizadas pelo projeto pedagógico do curso, bem como, as diretrizes institucionais defendidas pela IES, formalizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico-Institucional (PPI).

A partir disso, o Colegiado de Curso, em sua composição e funcionamento, reflete coerentemente as prerrogativas normativas e institucionais da Faculdade de Iporá, sobretudo no tocante à acessibilidade ao conhecimento da comunidade interna, bem como à garantia de sua autonomia e sua representação junto aos segmentos docentes e discentes.

2.11. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito é composto pelo Coordenador do Curso e por 03 (três) docentes e, após a sua autorização, com representação discente. Ao colegiado, na forma como ele será instituído, competirá o seguinte:

- I. Propor as normas e procedimentos que regulamentam o seu funcionamento, as quais deverão ser homologadas pelo Conselho Superior;
- II. Adequar os objetivos gerais e específicos do Curso em conformidade com o PDI, PPI Regimento e legislação, fixando as diretrizes de seu programa pedagógico para homologação pelo Conselho Superior da FAI;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do curso visando garantir a adequada aplicação do Projeto Pedagógico do Curso;

- IV. Definir junto à Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação, em parceria com o NEP e com a CPA, a necessidade de realização de programa e de períodos especiais de interesse do curso;
- V. Examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas pelo corpo discente e docente, cabendo recurso da decisão ao Conselho Superior.
- VI. Participação nas reuniões de Congregação e com o Diretor do Departamento e Núcleos Colegiados.
- VII. Reuniões periódicas com os Representantes de Sala, Agência Empreendedora de Inovação Tecnologia;
- VIII. Apoiar a organização de eventos científicos locais;
- IX. Cumprir e fazer cumprir a legislação de ensino;
- X. Exercer as demais atribuições que, por sua natureza, lhe estejam afetas;
- XI. Exercer atribuições especiais por delegação da Gerência Acadêmica e da Direção FAI.

O Colegiado de Curso, presidido pelo Coordenador de Curso, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados são as que estão estabelecidas em Regimento Interno da FAI.

2.12. TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

O curso de Direito na modalidade presencial com carga horária em 20% em EAD conta com um corpo de tutores capacitados para as atribuições inerentes ao cargo de tutoria a distância. O corpo de tutores possui formação específica em sua área de atuação, como demonstrado no Lattes, Planilhas e documentos comprobatórios. A formação e capacitação demonstrada dos tutores habilita-os a fornecer o suporte necessário às atividades docentes das diferentes unidades curriculares ofertadas durante o curso e fomentar, presencialmente, as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos acadêmicos o que potencializará o processo de ensino e aprendizagem.

2.13. EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Faculdade de Iporá, preocupada com a qualificação de seus tutores, incentiva e oferece formações que subsidiam a prática docente no EAD. O Núcleo de Acessibilidade e o Núcleo de Apoio Pedagógico auxiliam o docente em suas práticas. Estes Núcleos buscam orientar os professores na identificação de alunos com problemas de aprendizagem, bem como sugerir e auxiliar nas adaptações de materiais para estudantes com deficiência.

O Professor de Educação a distância deve ser um integrador, e facilitador para o aluno na construção do conhecimento. Devendo, portanto, ter habilidade para interagir com os estudantes com disponibilidade para ouvir e atendê-los nas suas dúvidas e problemas, de modo que o estudante veja nele um aliado.

A FAI Para garantir a aderência dos tutores com a Educação a Distância disponibiliza a todos os tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena.

Para formação continuada a FAI disponibilizará também capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim.

2.14. MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES, COORDENAÇÃO E ACADÊMICOS

Os mecanismos de interação entre os docentes, tutores, coordenação e acadêmicos podem ser realizados de maneira síncrona e assíncrona. Para as interações síncronas são utilizados os recursos do Chat, onde o professor formador pode responder em tempo real todas as dúvidas referentes ao conteúdo da unidade curricular pelos acadêmicos, por meio de chat. De maneira assíncrona, os acadêmicos podem interagir com os seus docentes e tutores, por meio de fóruns, onde os mesmos conseguem acompanhar todo o histórico de participação e contribuição dos colegas.

A troca de conhecimento e informações entre o professor formador e tutoria presencial é feita através da ferramenta de e-mail, telefone e os fóruns no Ambiente Virtual de Aprendizagem específico para troca de informação entre os tutores presenciais, professores formadores e coordenação de EAD.

2.15. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Inicialmente, vale destacar que a Iniciação Científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes. Desse modo, a FAI busca incentivar seus professores a produzirem o conhecimento em suas áreas e a divulgar seus posicionamentos científicos a partir de periódicos, anais etc. Para acompanhar e incentivar as Produções Científicas, Artísticas ou Tecnológicas o Corpo Docente da FAI conta com o Núcleo de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão, bem como, com a Agência Empreendedora de Inovação Tecnológica.

3. DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores em Tempo Integral, que garantem condições para que os mesmos possam desenvolver suas atividades em condições de silêncio e comodidade. Tais gabinetes estão localizados em local com acessibilidade, conta com mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza, serviço de informática, conservação e acessibilidade. Há gabinetes individuais com capacidade de até 08 docentes em Tempo Integral por período (Matutino, vespertino, Noturno), totalizando uma capacidade de 24 docentes em tempo Integral.

Os seguintes recursos:

- Computadores com acesso à internet
- Impressora ligada à rede.
- Ar-condicionado
- Armários
- TV

Todos os gabinetes são equipados com mesas, cadeiras e utensílios de escritório.

3.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A sala de coordenação do curso de Direito é climatizada, conta com espaço para atendimento individual e coletivo de alunos, armário, telefone com ramal individualizado, oferecendo ao coordenador acesso à internet, wireless e acesso também ao sistema acadêmico.

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem acadêmica. Por isso, o curso em questão possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar-condicionado, computador, impressora e acesso à internet.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornecerá uma secretária acadêmica para atender ao curso.

3.3. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes e permite o descanso e atividades de lazer e integração.

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, a FAI tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, na FAI há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso à internet;
- Ar-condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Sofá;
- Armários com chave de uso individual;
- TV à cabo;
- Geladeira

- Banheiros (masculino e feminino) e PNE

3.4. SALAS DE AULA

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas e flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, a FAI constitui todas as instalações de forma possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, com amplo espaço de convivência, ventilação e limpeza. Também possuem quadro branco, com carteiras estofadas e ergométricas e carteiras para canhotos aumentando o nível de conforto dos alunos.

A Faculdade possui salas de aula que possuem, em média, capacidade de atendimento a 50 alunos.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

- Acústica: Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.
- Iluminação: Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.
- Climatização: Todas as salas de aulas são climatizadas.
- Mobiliário: Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores, Data – Show, Computadores e acesso à internet.
- Limpeza: As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.
- Murais: Todas as salas de aula possuem 1 mural informativo e exclusivo ao curso;

3.5. ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Faculdade de Iporá possui dois laboratórios de Informática. Cada um com vinte e quatro computadores. O acesso a esses computadores é livre desde que não esteja reservado para aulas.

Além disso, a Biblioteca conta com uma sala especial com 12 computadores, nos quais alunos e professores podem ter acesso à internet, somente controlado para não serem usados indevidamente. Na sala dos professores existem dois computadores com internet de livre acesso.

Quanto aos recursos audiovisuais e de multimídia, o acesso dos professores ao equipamento é feito através de reservas feitas junto ao departamento de controle interno por meio de e-mail institucional.

A utilização dos equipamentos também é feita pelos alunos nos horários das aulas dos professores que, através de formulário, fazem a solicitação do laboratório desejado, indicando qual a finalidade da utilização. Todos os equipamentos têm acesso 24 horas por dia à Internet, assim, os Laboratórios oferecem ao nosso corpo docente e discente o acesso gratuito à Internet, possibilitando a utilização de uma ferramenta moderna na produção de seus trabalhos escolares como estudo, ampliação de conhecimentos, observação e elaboração de materiais didáticos, consultoria, reforço estudantil e nivelamento.

São 53 microcomputadores de diferentes arquiteturas exclusivos para os alunos. Os laboratórios climatizados estão sempre à disposição dos alunos para pesquisa, atualização de notícias ou como ambiente de estudo. Cada laboratório está montado com equipamentos de alto nível, cujas configurações são avaliadas permanentemente, de forma a acompanhar os constantes avanços da tecnologia computacional. Os equipamentos utilizados são homologados e identificados de forma individual, possuindo documentação mínima e atualizada para o uso estando de conformidade com a legislação vigente e com as cláusulas contratuais pactuadas com aliados estratégicos.

3.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. O acervo possui exemplares, e assinaturas, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares.

3.7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.

O acervo da bibliografia complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado nas UC.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Laboratório didático de formação específica – NPJ

O Núcleo de Prática Jurídica está localizado nas dependências da própria IES, no térreo. Tal fator agrega e facilita o aprendizado dos acadêmicos/estagiários como forma de solidificação dos conhecimentos teóricos e práticos.

As atividades de estágio prático são desenvolvidas de segunda a sexta-feira, nos horários das 09:00h às 18:00h, sendo que as segundas-feiras o funcionamento é administrativo: agendamento das consultas que serão realizadas ao longo da semana com data e horários pré-designados aos acadêmicos e orientadores do curso de Direito.

A estrutura do NPJ é formada por uma ampla sala de recepção e de espera, possui 04 ambientes, assim distribuídos: secretaria, sala da Coordenação, salas de atendimento individual, 01 sala de Petições dos estagiários. Sala de Mediação, Conciliação e Mediação de Conflitos. 01 banheiro masculino e 01 banheiro feminino contando também com instalações adaptadas para acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Todas as salas são equipadas com computadores, ar-condicionado e internet, nos quais são realizados os atendimentos a população, acompanhamento dos processos em trâmite, elaboração das petições, consultas e estudos necessários.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da FAI tem por objetivo:

- I- proporcionar aos acadêmicos de graduação a visão crítica do direito, a partir de múltiplas práticas relacionadas à área de formação acadêmica, assegurando a abordagem multidisciplinar;
- II- qualificar o acadêmico do curso de Direito para o exercício profissional da advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para

atendimento ao público; inclusive, com a prática de atividades judiciais reais e simuladas.

III- desenvolver atividades, junto à comunidade, de orientação para o exercício da cidadania e educação para os direitos humanos

IV- exercer a negociação e arbitragem como técnicas de resolução de conflitos;

V- relacionar-se com entes governamentais e não-governamentais, mediante convênio e parcerias que possam trazer benefício à comunidade em qualquer das perspectivas de atuação do NPJ;

VI- supervisionar, controlar e orientar o estágio curricular;

VII- manter serviço de assistência judiciária à população carente, diretamente ou em convênio com o CRAS, CREAS e outras entidades ligadas ao Direito e ao Judiciário

VIII- promover projetos de extensão jurídica, diretamente ou em convênio com entidades públicas e/ou privadas, envolvendo os acadêmicos em atividades de prestação de serviço comunitário.

3.8. PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

O material didático que compõe os objetos de aprendizagem produzidos na instituição são elaborados seguindo as seguintes etapas: determinação *desing* instrucional das unidades curriculares que constituem a matriz curricular do curso pela Equipe Multidisciplinar da Faculdade de Iporá e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), da elaboração do plano de ensino pelo professor formador e aprovação pelo coordenador de curso, da elaboração do pelo professor conteudista , da análise e avaliação pela equipe multidisciplinar e testado, obedecendo o seguinte fluxo:

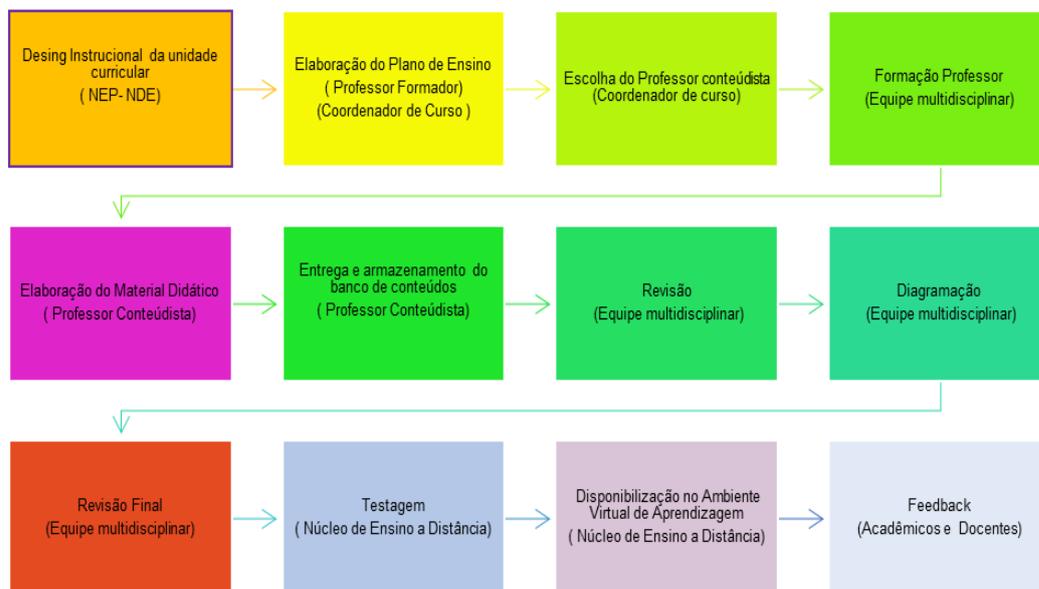


Figura 2: Fluxo de Produção de conteúdo educacional da Faculdade Iporá.

Fonte: Equipe Multidisciplinar da Faculdade de Iporá, 2021.

Todo o fluxo de produção de conteúdo é gerenciado e acompanhado pelo Núcleo de Ensino a Distância da Faculdade de Iporá.

O material didático digital é desenvolvido de maneira a permitir que o acadêmico desempenhe um papel ativo no processo de construção do conhecimento. Para isso, alguns critérios devem estar presentes nos conteúdos educacionais elaborados pelos professores conteudistas da Faculdade de Iporá como: linguagem clara, concisa e acessível, a especificação de quais objetivos de aprendizagem, habilidades e competências que se pretende alcançar, a articulação e a contextualização de conteúdo a partir da utilizando exemplos , ilustrações, hiperlinks e situações do cotidiano do acadêmico e da realidade de local, no intuito de dar significado a aprendizagem, conter bibliografia e sugestões de livros, filmes, *podcasts*, de modo a promover a autonomia do acadêmico e aprofundamento da aprendizagem.

Após entrega pelo professor conteudista, o material é revisado pela equipe multidisciplinar, para que atenda parâmetros de qualidade determinados pelo Núcleo Docente Estruturante do curso. Esta avaliação é feita por meio de um check list, que

contém indicadores de qualidade mensurado em escalas conceituais como é representado no quadro a seguir:

Quadro: Indicadores e escalas para avaliação do material didático

INDICADOR	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	ÓTIMO	EXCELENTE
Exposição dos objetivos de Aprendizagem					
Conteúdos estão de acordo com os objetivos de aprendizagem					
Definição de habilidade e competências a serem alcançadas					
Conteúdos contextualizados					
Indicação de bibliografias complementares(livros, textos, filmes, <i>podcasts</i>)					
Apresenta referência bibliográfica					
Consonância com o projeto político pedagógico do curso					
Formatação de texto em modelo padrão					
As atividades de aprendizagem estão de acordo com os conteúdos					
Os desafios de aprendizagem incentivam a formação de habilidades e competências cognitivas					
Utilização de elementos gráficos visualmente atrativos e condizentes com conteúdo.					

Fonte: Equipe Multidisciplinar da Faculdade Iporá, 2021.

Para elaboração deste instrumento de avaliação, levou-se em consideração os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância indicados pelo Ministério da Educação publicadas em 2007.

Após aprovação, o material didático é disponibilizado para os acadêmicos no AVA (site <https://portal.fai.edu.br/>, pelo aplicativo para celular) com disponibilidade para acesso virtual, *downloads* e impressão. Assim o discente pode acessar o material didático por meio do recurso tecnológico que melhor atender a sua necessidade.

Além da avaliação realizada pela equipe multidisciplinar, após o fim do semestre o material didático também é avaliado pelo acadêmico, por meio da avaliação interna aplicada pela CPA (Comissão própria de Avaliação) e posteriormente sofre atualizações e adequações.

3.9. BIBLIOTECA

3.9.1. Do Funcionamento

A Biblioteca da Faculdade de Iporá – FAI é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo; ainda, possui um guarda-volumes com espaços para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

3.9.2. Acervo

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente, por indicação de alunos e professores, por solicitação das coordenações e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dado prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada Unidade Curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a Política de Aquisição da Instituição.

O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, iniciação Científica e extensão, em livros, periódicos (assinaturas correntes) e multimídia (CDs, DVDs e vídeos).

Além do acervo específico de cada curso, a Biblioteca possui a disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos, contribuindo para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

Há uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo, considerando, principalmente, os projetos pedagógicos dos cursos e a demanda dos docentes. O planejamento econômico-financeiro da mantenedora reserva dotação orçamentária para aquisição, expansão e atualização do acervo, correspondendo, em média, a 2% da receita anual.

A Biblioteca ocupa uma área condizente as necessidades e os espaços destinados aos serviços da biblioteca (administração, tratamento técnico e acervo) atendem aos requisitos e necessidades de uso. As instalações específicas da Biblioteca proporcionam um ambiente próprio para o estudo e a pesquisa bibliográfica, com espaços destinados às leituras individuais e em grupos, terminal de consultas para pesquisa pela Internet, consulta ao acervo, presencial ou remoto, além de prateleiras e móveis próprios para a guarda do acervo. Dispõe de salas para estudo em grupo que pode ser reservada com antecedência, sala de vídeo e sala de pesquisa virtual. Sempre se preocupando em prestar um bom atendimento, a Biblioteca também oferece, além de atendimento presencial.

A Biblioteca fica aberta para comunidade acadêmica de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 22:00 horas e aos sábados das 08:00 às 12:00 horas. O acervo é integrado por livros, periódicos, bases de dados e outros contendo títulos clássicos, obras de referência, títulos da área de humanidades e específicos para os cursos e programas de educação superior desenvolvidos pela Faculdade.

No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos possam pesquisar e se utilizarem do material.

3.9.3. Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 e às expectativas da NBR9050, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a Faculdade de Iporá – FAI constituiu políticas que visam:

- Assegurar o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- Instalar lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- Colocar corrimãos ou construir rampas ou elevadores que facilitem a circulação de cadeiras de rodas;
- Adaptar portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;

- Instalar piso tátil que direcione os alunos com deficiência visual com segurança em toda a extensão da IES;
- Fixar placas e informações em braille para a plena convivência dos alunos com deficiência visual;
- Instalar softwares em computadores específicos do Laboratório de Informática, visando atender aos alunos com necessidades especiais e melhorar a qualidade de seu ensino-aprendizagem e acesso à informação.

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, a IES está comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar sala de apoio contendo: impressora *braille* acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; acervo bibliográfico em áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a um computador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em braille.

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES está igualmente comprometida, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, a proporcionar intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

A IES coloca à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades da IES e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

3.9.4. Desenvolvimento da Capacidade de Acompanhar e Implementar Mudanças nas Condições de Trabalho e Qualidade de Vida

No esforço de contribuir adequadamente para a melhor qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, a IES se empenhará em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas. Para isso:

- Estabelecerá convênios com instituições públicas e privadas, organizações, e empresas interessadas em oferecer oportunidades de estágio para os estudantes da IES;
- Estabelecerá contratos de parcerias com instituições comprometidas com a saúde psíquica e a orientação profissional e vocacional, empreendedorismo, com atividades de trabalho voluntário, de consultoria, com programas de pesquisa, com programas de treinamento/reciclagem, entre outras.